

**Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
Mestrado em Ciência Política**

Lucas Gebara Spinelli

**Territórios da Estratégia Autonômica:  
Os auto-governos rebeldes e a política zapatista**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp sob orientação da Profa. Dra. Andréia Galvão, como requisito para a obtenção de título de mestre em ciência política

**Campinas – SP**  
**2011**  
**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA**  
**BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**  
**Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

<b>Sp46t</b>	<p><b>Spinelli, Lucas Gebara</b> <b>Territórios da estratégia autônômica: os auto-governos rebeldes e a política zapatista / Lucas Gebara Spinelli. - - Campinas, SP : [s. n.], 2011.</b></p> <p><b>Orientador: Andréia Galvão.</b> <b>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</b></p> <p><b>1. Autonomia. 2. Geografia política. 3. Teoria do estado. 4. Movimentos sociais. I. Galvão, Andréia. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</b></p>
--------------	---

**Título em inglês: Territories of the autonomic strategy: the rebels self-governments and the zapatista politiccy**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :**

Autonomy  
Political geography  
State theory  
Social movements

**Área de Concentração: Trabalho, Movimentos Sociais, Cultura e Política**

**Titulação: Mestre em Ciência Política**

**Banca examinadora:**

Andréia Galvão, Armando Boito Junior, Henrique Tahan Novaes

**Data da defesa: 28-03-2011**

**Programa de Pós-Graduação: Ciência Política**

LUCAS GEBARA SPINELLI

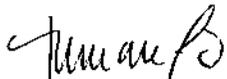
***TERRITÓRIOS DA ESTRATÉGIA AUTONÔMICA: os autos-governos rebeldes e a política zapatista.***

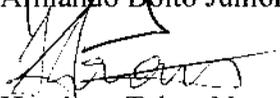
Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Andréia Galvão.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28 / 03 / 2011.

BANCA

  
Prof. Dra. Andréia Galvão (orientadora)

  
Prof. Dr. Armando Boito Junior

  
Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez (suplente)  
Prof. Dr. Lucio Flávio Rodrigues de Almeida (suplente)

MARÇO/2011

## **Resumo:**

Esse estudo pretende abordar o surgimento da autonomia como eixo do discurso e da prática zapatista. Desde o levante armado de 1º de janeiro de 1994, em que tomou sete prefeituras do estado de Chiapas, sul do México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional passou por constantes reformulações de sua estratégia, de forma a possibilitar a sua sobrevivência e a autonomia do movimento diante do Estado. Considerado um exército popular e apoiado por uma ampla base social não-militarizada, o EZLN sustenta até os dias de hoje um discurso de autonomia total contra todas as formas de exercício do poder e regulação social advindas do Estado. Nessa perspectiva buscamos analisar as origens dessa autonomia radical, que não apenas busca criar dentro das comunidades zapatistas e no EZLN, instâncias políticas de decisão independentes do Estado, mas que, vinculadas à tomada dos meios de produção e à reapropriação do trabalho produtivo em nível local e regional, adquirem o aspecto da auto-gestão produtiva, necessária à liberação material de militantes nos rumos de uma estratégia política que visa recriar relações sociais

**Palavras-chave:** Autonomia, geografia política, teoria do Estado, movimentos sociais.



**Abstract:**

This work tries to make an approach on the zapatistas's practical and discursive axis of autonomy. Since the armed uprising on the first January of 1994, when it has assaulted into seven municipal townhouses of Chiapas, south Mexico, the Zapatista National Liberation Army has undergone constant reformulation of its strategy, to enable its survival and the autonomy of movement before the State. Considered a popular army and backed by a broad base of social non-militarized, the EZLN maintains to this day a speech of total autonomy against all forms of exercise of power and social regulation stemming from the State. From this perspective we analyse the origins of this radical autonomy, which not only create search within Zapatista communities and the EZLN, political bodies, independent decision of the State, but which, linked to the means of production and the reowning of productive work in local and regional level, acquire the appearance of auto-productive management needed to release material from militants in the direction of a political strategy that aims to rebuild social relationships

**Keywords: Autonomy, political geography, state theory, social movements**



## Sumário

Agradecimentos .....	11
Introdução.....	15
Capítulo I: A Autonomia como eixo de análise .....	23
1.1 - O novo zapatismo desde o levante de 1994 .....	23
1.2 - Por que a autonomia?.....	29
1.3 - Mudar o mundo sem tomar o poder: Estado ou revolução?.....	36
1.4 - O surgimento da autonomia indígena do EZLN .....	42
1.5 - Abordagens teóricas da autonomia zapatista .....	46
Capítulo II: A longa duração da autonomia.....	51
2.1 Longa duração do colonialismo: o problema indígena e a questão agrária.....	51
2.2 - Raça e Latifúndio: Faces do colonialismo no México .....	53
2.3 - Revolução mexicana: pacto social e institucionalização das forças sociais.....	60
2.4 - Constituição de 1917, Estado pós-revolucionário e institucionalização da política .....	65
2.5 - O nó agrário e a questão camponesa: combustível da rebelião.....	69
2.6 - Gestação da luta autonômica.....	71
Capítulo III: O autogoverno zapatista e a estratégia autonômica.....	75
3.1 - Origens do auto-governo zapatista: da luta agrária à remunicipalização popular.....	75
3.2 - Municípios autônomos e Juntas de Bom Governo: Origens e funcionamento .....	81
3.3 - Existe uma autonomia de fato dos municípios zapatistas? .....	85
3.4 - EZLN: agente autonômico ou poder autoritário?.....	89
3.5 - Justiça Zapatista, Jurisdição e choque de territorialidades.....	93
3.6 - Auto-gestão da economia comunitária.....	99
3.7 - Economia Zapatista e Desenvolvimento Alternativo.....	106
3.8 - A economia moral zapatista .....	110
3.9 - Autonomia como princípio de organização .....	115
3.10 - Territórios da Autonomia Zapatista: conceitos de território .....	119
3.11 - A estratégia contra-insurgente contra as autonomias .....	123
3.12 - O prisma da hegemonia para entender a luta armada.....	129
Considerações Finais .....	135
Posfácio .....	141
Referências Bibliográficas:.....	143
Livros e artigos: .....	143
Fontes e arquivos na internet:.....	149
Figuras Anexas .....	151
Municípios e territórios rebeldes Zapatistas, autônomos e pluriétnicos.....	151
Caracoles del EZLN .....	153
Municipios com presença militar em Chiapas.....	155



## Agradecimentos<sup>1</sup>

(...)

Durante as três últimas gestões a reitoria da Unicamp flexibilizou os regimes de contratação de trabalhadores, repassou dinheiro público às empresas de prestação de serviços estruturais ao funcionamento da universidade (limpeza, vigilância, alimentação, transportes, manutenção, obras públicas), funcionalizou os cursos de graduação e pós-graduação aos ditames mercadológicos de massificação e formação do ensino superior, através de uma racionalização administrativa que encurtou o tempo de permanência do aluno na universidade, acirrou a competição entre estudantes por notas, bolsas, cargos, recursos e assistência estudantil. Além disso, restringiu a contratação de professores, obrigando os departamentos e os cursos não funcionais ao mercado a disputarem entre si poucos recursos liberados pelas agências de financiamento da pesquisa científica. Por fim perseguiu estudantes e trabalhadores vinculados às mobilizações grevistas de 2004, 2005, 2007 e 2009 contra essas políticas neoliberais.

Resumindo, abriu as comportas da iniciativa privada na formulação e no uso da universidade como um instrumento de reprodução do Capital e da disciplina do trabalho útil ao Estado. A universidade forma corpos dóceis, reproduz a educação bancária, atira massas de estudantes no moedor de carne do mercado de trabalho, educando essa força de trabalho qualificada à competição canibal e à destruição mútua. As agências financiadoras e as empresas privadas cumprem um papel central nesse modelo de universidade.

Não acredito na ciência neutra uma vez que nós, cientistas, somos animais sociais e políticos e elegemos questões surgidas de nossas vidas em sociedade, nesse calendário e nessa geografia. Por isso mesmo não busco esconder a simpatia aos trabalhos dos movimentos sociais populares e à sua história de luta, sem deixar de levantar questões que acho pertinentes acerca de pontos fracos que são conhecidos, se não por todos seus ideólogos, ao menos por suas bases sociais.

Nosso modo de produção do conhecimento nos impõe prazos e procedimentos burocráticos de controle, regulação e restrição do ambiente e do conteúdo do trabalho

---

<sup>1</sup> Para melhor compreensão do processo do conceito de modo de produção do conhecimento e para uma crítica mais consistente da academia ler o artigo do periódico Passa-Palavra intitulado “A Miséria da Delinquência Acadêmica ou um planetário de patifarias”, acessado em janeiro de 2009, disponível em <http://passapalavra.info/miseriadadelinquenciaacademica.htm>. assinado por Índio Andante.

intelectual. Insisto em escrever esse estudo como um compromisso pela produção do conhecimento a favor de minhas convicções políticas, uma vez que a universidade me obriga a cumprir um prazo de três anos para a defesa da dissertação, sem que nosso sistema de bolsas de estudo garanta as condições mínimas de sobrevivência do presente pesquisador. Os prazos para as defesas de dissertação dos bolsistas de mestrado até quinze anos atrás eram de seis anos ou mais anos. Hoje os mestrados bolsistas devem entregar suas dissertações em dois anos. Tão absurdo quanto esses prazos são as condições e o prazo limite de três anos que a própria universidade impõe a bolsistas e não-bolsistas.

Prazos que apenas serviram para que eu desenvolvesse uma revolta prática e teórica contra o regime disciplinar de trabalho e a lógica burocrática de controle do trabalho intelectual que limitam nosso horizonte de pesquisa, transformando estudantes em gorilas amestrados. Só os muito míopes não enxergam o impacto desse modelo de aceleração da produção intelectual na qualidade dos trabalhos apresentados...

Passo agora aos agradecimentos...

Agradeço à Andréia por ter me estimulado à incursão no mestrado com suas aulas sobre teoria do Estado na graduação da Unicamp e por ter tido sensibilidade para minha dinâmica de estudante de pós-graduação que trabalha e estuda. Por isso compreende a necessidade de uso de todo o prazo disponível para que eu pudesse defender a dissertação. Também agradeço aos trabalhadores que me formaram direta e indiretamente e que trabalham todos os dias contra as máquinas para evitar a desumanização da universidade. E agradeço à banca examinadora que aceitou ler meu projeto.

Agradeço aos membros do GT Anticapitalismos y Sociabilidades Emergentes (ACYSE) vinculado ao Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, que tanto me ajudaram prática e teoricamente no mergulho na América Central e Chiapas. Em especial Mário, Cássio e Vicente. Nossas prosas valem mais que mil cursos universitários. Em especial agradeço a Alex e Pedro, junto dos quais compartilho euforias, felicidades, lágrimas e feridas próprias do trabalho intelectual.

Agradeço aos meus queridos novos e velhos irmãos e irmãs Pablito, Chico, Fabinho, Luisão (coração de Leão), Inácio (perna rápida), Andri (Cabeça), Floc, Vitor Dudu, Kelly, Juliana, Pati, Aline, Mônica, Kaori, Guilherme, Danilão, Lekão, Marcelão, Thomaz, Nara Roberta, Ana Maria, Joãzinho, Caio, Karen, Olavo, Marcelinho, Héber,

Festi, Tati N, Matusa, Gera, Fernadão-Broke, Juliano. Sei que mesmo que distantes no cotidiano, cada um de vocês sempre esteve e estará ao meu lado seja na luta, seja no bar, seja no choro ou no riso.

Agradeço aos manos do Mangruve onde encontro a salvação da alma contra a racionalidade cartesiana, em especial Zollner (o perna), Igor (Lombas), Fernando Tocha Moita e Rodrigo (nha). E aos aliados sonoros: Rodolfo, Brasília, Juju (rumo à cooperativa de bandas?) e Banda Somo Black.

Agradeço à Valéria, Túlio, Binho, Diogo, Valéria Amâncio, Dona Guiomar e Robson, que sempre me trataram como um membro da casa e de quem guardo saudades e anos de aprendizado. Também agradeço à Júlia, pelos momentos bons que vivi ao seu lado.

Agradeço aos muitos comp@s que nem consigo enumerar aqui, que reinventam práticas abandonadas pela esquerda sem memória e cada vez mais tapada que se debate contra o poder do Estado capitalista e das Transnacionais. Em especial um salve aos comp@s do Cursinho Popular do Parque Oziel, do Coletivo Miséria, do Coletivo Passa-Palavra, do Cursinho Popular de Valinhos e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (o melhor lugar para ganhar a vida e ver um sentido no próprio trabalho) que acompanharam as lutas dentro e fora da universidade e a quem devo grande parte das reflexões coletivas, que sou obrigado a assinar como propriedade privada aqui nesse texto, mas que são fruto de prática e reflexão coletiva. E principalmente mando um salve ao Coletivo Universidade Popular, pela práxis que nunca achei em nenhum outro espaço de organização. Não tenho palavras para dizer como amo todos vocês.

Minhas reflexões são fruto de algumas incursões mais ou menos intensas no cotidiano dos movimentos sociais de Campinas e região. Mando um salve à rapaziada da Flaskô, Fábrica Ocupada que seguem em resistência em defesa de seus empregos e contra as leis do Capital, em especial Fernandão, Shaolin, Pedro, Carol, Bruno Rampone.

Mando um salve também aos trabalhadores terceirizados da Unicamp que todos os dias acordam às 4 horas da manhã, viajam 1h30 de ônibus desde as periferias urbanas da região metropolitana de Campinas, cumprem as tarefas mais fundamentais ao funcionamento da universidade e recebem cerca 450 R\$ por mês por seis dias de trabalho semanal.

Também mando um salve aos trabalhadores rurais sem-terra da regional Campinas do MST. Agradeço a cada um dos militantes com quem compartilho e

compartilhei as mais variadas experiências de luta, numa escala complexa do riso ao choro. E agradeço imensamente cada um dos membros do assentamento Elisabete Teixeira que abriram as portas do movimento ao coletivo do qual faço parte. Citarei aqueles dos quais mais estive próximo em ordem alfabética: Ari, Barriga, Bruna, (Dona) Cida, Clarice, Clayton, Dani, Daise, Élzio, Élzinho, Edu, Fabiano, Gordo, Jefferson, Jô, Joca, Lenira, Luzia, (A) Mãe, Magrão, (Dona) Maria, Maicon, Maurício, Marcão, Mel, Melissa, Mineira, Mineiro, (Dona) Nina, Paulo (em memória), Quitéria, Sebastião, Soraia, Tamires, Telma. Sem vocês, nada do que eu escrevi faria sentido pra mim.

Finalmentes...

Agradeço a João Manoel (nada mais nada menos que um mestre)

E agradeço a Tessy Pri (sem palavras)

“No fim somos meia dúzia de loucos, segurando um no outro para não cair”

Por fim agradeço a Roberto, Laila, Carol, Nádia, Uiran, Maíra e Arsênio (em memória), Roseli e Jane, a quem devo minha visão de mundo. Uma verdadeira família ampliada, que desde as trincheiras e casamatas da vida privada me ensinou a ser gente.

Cada um ao seu modo foi responsável por me fazer insistir em acreditar na humanidade e na busca por um mundo justo e igualitário, digno e fraterno. Guardo todos vocês no lado cada vez mais esquerdo do peito.

## Introdução

Em outubro de 2010 um grupo de pesquisadores da universidade estadual de Campinas teve a oportunidade de participar da reunião do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, denominado “Anti-capitalismos e Sociabilidades Emergentes” na capital da Nicarágua, Manágua. Parte do trabalho lá apresentado serviu de corpo para as reflexões presentes nessa dissertação.

Essa reunião possibilitou o prolongamento da nossa viagem até Chiapas. Era uma oportunidade única de enriquecer as reflexões sobre a autonomia zapatista, na medida em que foi possível observar com os próprios olhos, se não o funcionamento, pelo menos a existência das estruturas materiais de um Caracol zapatista, o centro administrativo das Juntas de Bom Governo, o corpo político administrativo de alcance regional, eleito pelos conselhos dos municípios autônomos zapatistas.

As reflexões aqui contidas pretendem ser uma contribuição às perspectivas de trabalho de base dos movimentos sociais populares, cujo projeto político vise à transformação das relações sociais presentes e a destruição do capitalismo desde abaixo e a partir da esquerda. Expressam aqui algumas indagações sobre as experiências zapatistas, tratadas como um objeto de análise para possibilitar uma reflexão sobre a autonomia, de forma que seja possível abrir uma janela sobre as a prática militante. Nesse sentido, o movimento zapatista constitui nosso objeto de estudo e nosso objetivo é definir o sentido da autonomia entendida como projeto político do movimento zapatista. A questão é saber como essa autonomia é concebida, como funciona e quais são os seus limites.

O conceito de autonomia se traveste de vários significados e é reivindicado por diferentes organizações de esquerda. Diz respeito à autonomia de decisão de um grupo, uma entidade, um partido, uma associação em relação a diferentes instâncias do poder do Estado que expressam, regulam e delimitam as práticas sociais. As instâncias de determinação jurídico-política incidem sobre diferentes aspectos da vida social, que incluem desde o direito sagrado à propriedade privada até as leis mais elementares com as quais lidamos no nosso cotidiano, a exemplo das leis anti-fumo do ex-governador de São Paulo.

Através das leis, o Estado institui a fronteira entre o que é político-institucional e o que não é; ou o que é uma prática política aceitável e legal e o que não é. Pressupõe

um consenso sobre o que é política naturalizando-o, concentra os meios de exercício da violência e submete o controle desses meios às instituições previstas nas leis que instituem e constituem seu poder. O poder do Estado tem incidência na vida social como um todo e sua existência, na perspectiva teórica marxista, é condição para a reprodução do modo de produção e modelo econômico.

Para Engels (1978), o Estado surge com a divisão da sociedade em classes, dada a necessidade de regular a luta entre as classes sociais para que elas não se destruam mutuamente. Caracteriza-se por um agrupamento popular numa determinada conformação territorial, pela instituição de uma força pública sustentada por impostos e por sua natureza de classe, pois o Estado assegura a dominação política da classe economicamente dominante<sup>2</sup>. Em sua face mais moderna, garante a dominação dos capitalistas, dissociando aparentemente o exercício do poder político do poder econômico. Nesse ponto o Estado contemporâneo passa a concentrar para si cada vez mais atividades de regulação social, necessárias à contenção dos conflitos de classe. Posteriormente Gramsci (1980) se concentrará nas análises dessas modalidades múltiplas de regulação social que instituem e constituem o Estado, se dedicando à reconstrução histórica do Estado. Sua distinção entre Estado restrito e Estado ampliado nos serve para compreender que a força pública, a divisão territorial das populações e a distinção dos cidadãos pressupõem um grau necessário de aceitação social da dominação, a hegemonia, nos termos gramscianos.

Pois, como já apontava Engels, se o Estado “civilizado” contemporâneo prevê o sufrágio universal para a eleição de representantes parlamentares, não distingue seus cidadãos através de um sistema formal de direitos e deveres distintivos de acordo com a origem social e as posses dos proprietários (diferentemente de Estados semi-feudais como a Alemanha de Bismarck e a Rússia Czarista), ele assegura a dominação de classe através de múltiplas modalidades de regulação social, que obscurecem a relação entre a acumulação de capital e a exploração do trabalho.

A mais evidente modalidade de regulação social vigente sob o domínio capitalista é o direito à propriedade privada, que universaliza formalmente sujeitos da lei que concretamente possuem posses distintas. Mas não devemos ignorar que o Estado

---

<sup>2</sup> Sobre a concentração dos meios de exercício do poder Engels escreve: “Essa força pública existe em todo Estado; é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo o gênero (...). [Ela] se fortalece na medida em que exacerbam os antagonismos de classe dentro do Estado e na medida em que os Estados contíguos crescem e aumentam a população. (1984: 192-3).

tende a regular todas as formas organização social, estabelecendo normas, regras, procedimentos, protocolos, códigos de conduta que delimitam a esfera da legalidade. E que assume funções de intervenção macroeconômica cada vez mais necessárias ao ciclo de reprodução do capital, o que é apontado em seus primórdios por Engels quando aponta a aliança entre governo e Bolsa de Valores e a própria corrupção direta de funcionários do Estado (1984: 195). O mesmo faz Gramsci, quando analisa o advento cada vez mais freqüente da emissão de títulos da dívida do Estado na bolsa de valores. Comprados por especuladores privados, esses títulos possibilitam a contração de empréstimos por parte do Estado, empréstimos necessários ao poder público para assegurar a dominação de classe em sociedades cada vez mais complexas (Liguore, 2005: 176-177).

Tanto Engels como Gramsci já apontavam o surgimento de modalidades cada vez mais complexas de regulação social por parte do Estado em suas respectivas épocas. Partindo do exército, das câmaras de representantes (parlamentos), dos poderes locais, passando pela justiça, pelas finanças, é possível perceber que todo um conjunto de instituições sociais foram “estatizadas” ao longo da formação dos modernos Estados-Nação, chegando de forma incisiva às instituições ligadas à educação, à saúde, à previdência social, à produção e à assistência social.

Nesse sentido podemos observar que o Estado concentra os meios de exercício do poder, regula as instituições da sociedade civil<sup>3</sup> e da economia, e passa a colocar a questão da revolução e dos sujeitos da revolução anti-capitalista em outro patamar de discussão, na medida em que pensar o Estado e o poder do Estado é um ponto crucial da ruptura com o Capital<sup>4</sup>. Perguntemos então o quê é autonomia frente ao Estado e se é possível aos movimentos sociais anticapitalistas exercerem essa autonomia no interior de uma sociedade capitalista.

Na realidade brasileira um movimento de abrangência nacional como o MST está profundamente imbricado com o Estado. Muitos acampados dependem de liberação

---

<sup>3</sup> O conceito de sociedade civil é um dos conceitos mais controversos das ciências sociais. Nossa análise parte da perspectiva da sociedade civil abordada por Gramsci (1980), entendida como campo de contradições sociais diretamente instituinte e constituínte do poder do Estado. Dentro desta perspectiva estratégica, o autor considera a sociedade civil como trama dos aparelhos privados de hegemonia, espaço da luta encarnizada das forças sociais e suas idéias-força (ideologia). Nesse sentido nos diferenciamos da perspectiva liberal da sociedade civil, entendida como pólo das liberdades civis contra o Estado, que é considerado sinônimo de coerção. Iremos nos dedicar ao debate sobre sociedade civil no capítulo 3.

<sup>4</sup> Em *O estado e a revolução*, escrito em 1917, Lenin escreve os marcos de um programa revolucionário “Nosso objetivo final é a supressão do estado, isto é, de toda a violência organizada e sistemática, de toda coação sobre os homens em geral. Não desejamos o advento de uma ordem social em que caducasse o princípio de submissão da minoria à maioria. (1987: 101)

de cestas básicas por parte do Estado, previstas em lei, para sobreviver. Muitos dirigentes do movimento buscam alianças com a política local para garantir não apenas uma política de aceitação do assentamento e das famílias por parte dos poderes locais, como também assistência e apoio aos assentamentos e acampamentos em nível municipal, ônibus escolares, caminhões-pipa, luz elétrica, instalação de escolas rurais, postos de saúde ou unidades de médicos da família, construção de vias de comunicação. Cooperativas do movimento dependem da aceitação de projetos produtivos por parte do Estado de forma que consigam gerir a produção, beneficiamento e circulação de mercadorias da reforma agrária. De forma um tanto mais indireta lembramos que muitas famílias do MST dependem diretamente das políticas assistenciais de combate à pobreza (aposentadorias rurais, salário mínimo, bolsa-família, primeiro emprego).

Observamos que o MST, ainda que com profundas ligações com os governos do Partido dos Trabalhadores e com o próprio Estado, pratica uma política de luta pela terra formulada e decidida em instâncias autônomas de deliberação política, que não impede o movimento de continuar ocupando prédios públicos e terras devolutas ou com débitos junto Estado, sejam elas improdutivas ou não. Porém, ao mesmo tempo seus dirigentes lutam pela efetivação de direitos por parte do Estado em seus assentamentos e pautam a construção de políticas públicas de crédito rural produtivo, assistência técnica, educação no campo, reserva de mercado para produtos da reforma agrária. Em momento algum proibem suas bases sociais, habitantes de acampamentos e assentamentos, militantes do movimento ou não, de acessarem políticas de assistência social, usufruírem das escolas do Estado, das linhas (precárias) de crédito produtivo, etc.

Para refletir sobre as implicações políticas dessa dependência material do MST em relação ao Estado no Brasil poderíamos elencar uma série de perguntas: Como se dá a desvinculação entre a política do MST e a política do Estado para a reforma agrária, se é que ela existe? Que tipo de trabalho de formação político-ideológico-organizativo pode ser feito num contexto complexo de autonomia precária em relação ao Estado? Ou melhor, que tipo de trabalho é feito em um movimento cujas bases sociais são tão dependentes materialmente do Estado? A ocupação de terras e prédios públicos federais ligados ao INCRA<sup>5</sup> pelo MST ainda é uma forma válida de mobilização, na medida em que o lugar de formulação e tomada de decisão das políticas públicas se localiza em outros espaços? Qual o lugar do poder que o MST deve atacar? A criação de territórios

---

<sup>5</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1967 durante o regime militar.

do MST é um pressuposto da autonomia em relação ao Estado? E seria possível uma autonomia total frente ao Estado?

Todas essas perguntas precisam ser abordadas depois que percebermos que sob o nome MST existem várias instâncias, corpos políticos e agentes em graus e formas de relação múltiplas com o Estado. O exemplo do MST, por ser mais familiar ao brasileiro, e essa multiplicidade de atores nos ajudam a pensar de qual autonomia estamos falando e quais as implicações políticas de cada uma de suas dimensões. Essas e outras perguntas nos inspiram na discussão acerca dos sentidos do projeto político zapatista, ainda que conscientes das dificuldades em adentrar um estudo empírico relativo a seu funcionamento. O caso zapatista é um contraste gritante com o MST, na medida em que o EZLN rejeita qualquer forma de intervenção, regulação, assistência social, advindas do Estado. Buscam se afastar do Estado e enfrentam as conseqüências disso. Por isso buscamos entender, qual é o projeto político zapatista?

As perspectivas teóricas sobre o projeto político zapatista perpassam os temas da luta armada, do diálogo com a sociedade civil e do autogoverno das comunidades indígenas camponesas de Chiapas, de acordo com os diferentes momentos de direcionamento político apontados pelos comunicados oficiais do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Nesse estudo buscamos debater a idéia de que os autogovernos das comunidades zapatistas são o suporte material e simbólico da estratégia autonômica do movimento zapatista. Este é entendido como um amálgama político que envolve comunidades indígenas e um exército camponês de autodefesa a uma vasta rede de simpatizantes nacionais e internacionais como: intelectuais acadêmicos e não acadêmicos brancos, mestiços e indígenas, religiosos, centros de pesquisa, organizações não-governamentais de defesa dos direitos humanos, ou que desenvolvem programas de educação, saúde, organização econômica e produtiva junto às comunidades.

No entanto, enfatizamos aqui a importância do protagonismo dos camponeses indígenas habitantes das comunidades rurais de Chiapas, bases de apoio zapatistas, (BAZ), se organizam em assembléias comunitárias e indicam autoridades dos Municípios Autônomos e das Juntas de Bom Governo. Lembramos que as BAZ e os militantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) são mais indiferenciados entre si do que os serviços de inteligência militar gostariam, o que torna a separação entre uma análise do zapatismo civil e outra do militar uma ilusão

científica, além de um discurso potencialmente alentador às forças de repressão do Estado.

Durante nossa análise incorremos na aceitação de uma perspectiva territorial da autonomia zapatista para pensar nesses sujeitos principais do movimento zapatista, uma vez que pensamos em territórios sobrepostos aos mapas do território oficial mexicano<sup>6</sup>. Nesses lugares as populações indígenas-camponesas locais ocupam, projetam, praticam formas de auto-organização surgidas a partir da política do movimento zapatista.

Entendemos que essa territorialidade (território e identidade) zapatista assume um contorno de grande importância para pensar as ações, as táticas e estratégias dos movimentos sociais, uma vez que parte da população zapatista se organiza em assembleias comunitárias nas quais tomam decisões administrativas acerca da vida cotidiana, elegem autoridades dentre os participantes das assembleias, elegem outro corpo político-administrativo mais amplo de abrangência regional, e estão diretamente relacionadas à estrutura político-militar do exército zapatista enquanto base social, ao menos no plano do discurso, do projeto político autônomo dos zapatistas analisado por uma já expressiva bibliografia. Nesse exercício do poder formulam e aplicam novos sentidos e práticas, disputando a hegemonia sobre as populações indígenas camponesas de Chiapas, contra o exercício de poder por parte do Estado, que assegura a hegemonia vigente.

A metodologia desse estudo é o debate bibliográfico uma vez que, com exceção da visita mencionada no início do texto, não tivemos condições materiais para realizar uma pesquisa de campo. Utilizamos como fontes parte da bibliografia já escrita sobre o zapatismo, observadas as condições e limitações de tempo para uma pesquisa mais profunda e uma seleção mais criteriosa dos livros. Também nos valem de documentos do movimento, considerando que nos comunicados oficiais das autoridades dos municípios autônomos zapatistas e do próprio exército zapatista de libertação nacional estão presentes um discurso normativo e descritivo, o que nos coloca diante do problema de como interpretar um registro condicionado por visões de mundo (ideologia), o que inclui valores, crenças, costumes e estratégias políticas.

---

6 Sobrepondo mapas de ocupações militares do exército mexicano no estado de Chiapas, podemos observar o núcleo do território zapatista desde a perspectiva contra-insurgente das forças de repressão do Estado mexicano. Tal mancha de ocupação militar evidencia outro mapa, que indica a presença das juntas de Bom Governo e dos municípios autônomos zapatistas em locais distintos dos municípios oficiais de Chiapas (Figuras Anexas 1 e 2). A nosso ver, os mapas constituem parte de um discurso de poder, elemento central dos projetos hegemônicos do estado e do mercado. Sobre a função da cartografia e dos profissionais geógrafos na conformação do Estado moderno, ver Porto-Gonçalves (2001: 228).

No Capítulo 1 apresentaremos um histórico do novo zapatismo, seguido de um breve debate bibliográfico acerca de diferentes perspectivas de análise desse fenômeno. Apresentaremos uma periodização do movimento e nos situaremos no campo teórico que aborda a autonomia como eixo de análise. Apresentamos autores que, a partir da análise do discurso do EZLN, substituem a análise da situação concreta da luta zapatista pelo plano das idéias, tomando o discurso político como livre debate teórico e científico, deixando de considerar a conjuntura em que esse discurso é formado. Conjuntura em que a liberdade do debate conceitual e a ciência atuam como idéias-força social e que por esse motivo, fazem com que os conceitos do discurso político não sejam uma formalidade teórica que tem por objetivo a construção do saber científico, mas sim uma questão de estratégia política dos sujeitos do discurso. Tendo por objetivo debater a autonomia como eixo da estratégia política zapatista, buscamos compreender os sentidos da autonomia e suas origens como idéia-força que contrapõe diferentes sujeitos ao Estado.

No capítulo 2 iniciamos uma busca pelas origens da autonomia zapatista a partir de um resgate da história mexicana. Abarcaremos aquilo que denominamos permanências da revolução mexicana, que conectam a causa zapatista à defesa do direito coletivo da propriedade social da terra, em nome do qual iniciaram o levante. Identificamos na herança colonialista da divisão racial do trabalho e da concentração de terras no país e em Chiapas um nó fundamental para compreender o surgimento de movimentos camponeses protagônicos em todas as revoluções contra o poder instituído ocorridas desde a colonização. Essa herança do campesinato mexicano ajuda a explicar o surgimento dos municípios autônomos rebeldes zapatistas em dezembro de 1994, a partir da onda de ocupações de terras convocada pelas organizações camponesas e indígenas pró-zapatistas, que furaram o cerco militar do exército mexicano ao território do EZLN nas montanhas de Chiapas.

No capítulo 3 faremos algumas considerações e ponderações sobre as experiências de autogoverno dos MAREZ, explorando alguns elementos do dia-a-dia das práticas produtivas, organizativas e políticas, evidenciadas por relatórios das Juntas de Bom Governo (JBG), as instâncias de representação e articulação regional dos municípios zapatistas. Faremos algumas considerações sobre a refundação do poder social em sua relação com a base territorial, considerando o território como fundamento do poder social zapatista e do projeto político autonômico. Esperamos ao final desse

estudo conseguir apontar alguns pontos para uma melhor qualificação do conceito de autonomia reivindicado pelo movimento zapatista.

# Capítulo I: A Autonomia como eixo de análise

## 1.1 - O novo zapatismo desde o levante de 1994

Quando apareceu na cena pública em 1º janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) lançou um chamado ao povo mexicano convocando-o a apoiar sua luta. Ao longo das linhas da Declaração da Selva Lacandona (que seria a primeira das seis já escritas) os rebeldes reivindicavam o legado da resistência secular dos povos indígenas contra a colonização espanhola, a herança revolucionária de Emiliano Zapata e Pancho Villa e a luta popular contra a ditadura de Porfírio Dias no início do século XX, até chegar aos anos 90, associando sua condição de miséria extrema à classe política dominante no México. Consideravam que a luta armada era a única saída possível contra uma “camarilla de traidores” da revolução mexicana, donos do poder há mais de 70 anos, em clara alusão ao Partido Revolucionário Institucional (PRI). E propunham a renúncia do presidente da época, Carlos Salinas de Gortari, além da formação de um governo de transição democrática.

Desde então o movimento zapatista ganhou projeção mundial pela sua capacidade de apresentar criativas formas de resistência aos desafios colocados pelo tabuleiro político mexicano. O EZLN enfrentaria um choque aberto contra o exército mexicano ao longo de 12 dias. Seu contingente mobilizado (cerca de 2 a 3 mil homens armados) para a ocupação de sete *cabeceras* municipais do estado de Chiapas era 10 vezes menor que o número de combatentes das forças armadas imediatamente mobilizados pelo governo federal para conter o levante. Como demonstrava a Primeira das seis Declarações da Selva Lacandona<sup>7</sup> publicadas até hoje, o objetivo do EZLN era derrotar o exército mexicano e tomar a capital do México.

Segundo Guilherme Figueiredo os zapatistas buscavam forçar uma “desestabilização do regime que rompesse a lógica do poder instituído e o levasse a ceder espaço para os setores democráticos” (2003, p. 180) como parte de uma estratégia maior de transição pós-capitalista. A resposta do exército mexicano prometeu esmagar o EZLN em poucos dias, com 150 rebeldes, 24 policiais e 19 militares mortos contabilizados segundo estimativas oficiais desde o levante à trégua. A guerra aberta

---

<sup>7</sup> Declarações da Selva Lacandona são comunicados oficiais da cúpula do EZLN.

contra o exército revelava-se arrasadora para os rebelados, mas o impacto público do conflito foi responsável direto pela intensa mobilização que ocorreria nos primeiros dias de janeiro.

O cessar-fogo declarado a partir do 13º dia de confronto foi possibilitado pelas mobilizações de grupos, sindicatos, coletivos, partidos de esquerda, indivíduos e ONG's em todo o México. Foi a demonstração não de uma guerra entre duas forças armadas em nível local, mas de uma luta mais ampla em que as mais variadas organizações civis, dentro e fora do país, tomaram partido ao declarar apoio ao levante e exigir reconhecimento da legitimidade das causas zapatistas: teto, terra, trabalho, saúde, educação, alimentação, liberdade, independência, justiça, democracia e quando todas as outras fossem conquistadas, finalmente a paz. Nesse contexto, dois projetos políticos antagônicos definiam os campos do conflito em torno da questão da democracia no México, do funcionamento das instituições políticas do país, do monopólio do Partido Revolucionário Institucional (PRI) sobre as mais variadas organizações da sociedade civil, das práticas políticas autoritárias vigentes nos mais variados espaços decisórios do país e de reformas voltadas às exigências do mercado.

Em pouco tempo o EZLN firmou-se como articulador de projeto antagônico e alternativo à democracia vigente no México, entre várias outras forças da sociedade civil mexicana. Para isso, abriu diálogo com o Estado, mas principalmente com movimentos, sindicatos, associações e partidos de esquerda, a fim de forçar o reconhecimento de suas demandas pelo governo federal e articulá-las a outras demandas políticas. Além de manifestações políticas violentas (bombas, atentados e ameaças a prédios públicos e infra-estrutura de serviços do país) cometidas por grupos simpatizantes do zapatismo, marchas e mobilizações pacíficas a favor das demandas do EZLN também começaram por todo o México (Figueiredo, 2003). Intelectuais, religiosos, políticos e articulistas tiveram espaço na imprensa para se manifestar sobre o ocorrido. Para a mediação do conflito foi sugerido o nome do bispo de San Cristóban de Las Casas, Samuel Ruiz, ligado à ala progressista da Igreja Católica<sup>8</sup>. Jornais de esquerda traziam notícias da frente de batalha, enquanto missões humanitárias tentavam ultrapassar o cerco militar ao EZLN.

O líder do Partido da Revolução Democrática (PRD), Cuahtémoc Cárdenas sugeriu uma declaração de cessar-fogo unilateral por parte do governo do México. Nas

---

<sup>8</sup> Enquanto escrevo essas linhas fico sabendo que Samuel Ruíz morreu hoje, dia 23 de janeiro de 2011, na Cidade do México

ruas da Cidade do México uma passeata organizada pelo Movimento Proletário Independente (MPI) do estado de Puebla e pelo Sindicato Único dos Trabalhadores do Autotransporte Urbano Rota 100 (SUTAUR), juntou 10 mil manifestantes reivindicando o reconhecimento do EZLN como força beligerante<sup>9</sup>. No dia 12 de janeiro de 1994 foi organizada a maior passeata civil da Cidade do México desde 1988<sup>10</sup>. Cerca de 50 a 100 mil manifestantes demandaram ao governo federal o reconhecimento do EZLN como *força beligerante*, ao passo que pediam a aceitação pelo EZLN das convocatórias governamentais por negociação. No mesmo dia o presidente Carlos Salinas declarou cessar-fogo unilateral. E no dia 13 de janeiro o EZLN convidou o bispo Samuel Ruiz para ser o mediador dos Diálogos pela Paz, estabelecidos com a Comissão Nacional de Intermediação (CONAI). Estava aberta uma instância de diálogo e de mediação entre zapatistas e o Estado. Organizações e personalidades internacionais comentaram o conflito (prêmio Nobel da Paz, governantes da república, Anistia Internacional e Cruz Vermelha) e alçaram o EZLN às primeiras páginas dos noticiários.

A *Segunda Declaração da Selva Lacandona*, publicada em 10 de junho de 1994 revela um EZLN confiante na sociedade civil e desconfiado em relação ao governo<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> A Convenção de Genebra, de 1949, em seu artigo 3, expande a compreensão dos conflitos armados ao âmbito não-internacional, possibilitando o reconhecimento de forças armadas rebeldes e insurgentes como força beligerante por parte dos Estados signatários da Convenção, o que torna os rebeldes passíveis de direitos previstos pelos acordos humanitários, inclusive o direito às mesas de negociação. A FSLN que derrubou Somoza na Nicarágua e a FMLN que lutou contra Figueroa em El Salvador foram reconhecidas internacionalmente como força beligerante nos anos 70. As FARC-EP e o ELN da Colômbia lutam até hoje pelo seu reconhecimento enquanto força beligerante. É pré-condição para essa forma de reconhecimento a organização dos rebeldes de forma similar ao Estado. Obviamente que o exercício das penalidades impostas aos violadores da convenção de Genebra dificilmente são exercidos quando o alvo da violação são Estados contra-insurgentes. Vale lembrar que Raúl Reyes, líder das FARC exterminado por um míssil colombiano em março de 2008, em território equatoriano, buscava a saída negociada do conflito armado a partir do reconhecimento internacional das FARC como força beligerante.

<sup>10</sup> Nesse ano, a população organizada em torno da candidatura de esquerda de Cuauhtémoc Cárdenas, protestou contra a mega-fraude eleitoral – que novamente colocou no poder o candidato conservador do PRI, Carlos Salinas. A mobilização em torno da candidatura Cárdenas engajou movimentos sociais e grupos de esquerda de todo o México, mas não foi capaz de reverter o resultado obscuro daquela disputa eleitoral.

<sup>11</sup> A discussão sobre o projeto político zapatista e a autonomia nos leva a abordar o conceito de sociedade civil e governo (Estado) presentes nos comunicados do EZLN. Ao nosso ver, ambos os conceitos variam ao longo do tempo, mais por razões táticas do que por concepção estratégica. Falaremos sobre os conceitos ao longo da dissertação. Ao nosso ver, o uso de termos como *sociedades civis* no plural e de *organizações independentes* nos comunicados zapatistas deve ser entendido como um esforço de conquistar corações e mentes para a formação de um campo político progressista na sociedade civil, a partir de militantes de partidos de esquerda, funcionários, profissionais liberais, membros de organizações não-governamentais, sindicalistas e pequenos comerciantes que compartilhem do ideal de confrontação ao governo autoritário. Segundo Dinerstein (2009) o EZLN emprega a idéia de sociedade civil na perspectiva marxista gramsciana, em que é evidente a presença da contradição de classes e a preferência do EZLN pelas organizações dos explorados e oprimidos como interlocutores privilegiados. Já a utilização do termo governo busca expressar a crítica do EZLN à concepção de política viciada, corrupta,

Atendo-se ao conceito de “paz digna”, o EZLN fizera uma consulta em suas comunidades de base, que se negaram a aceitar as propostas do governo, feitas nos Diálogos pela Paz. Como afirma Zermeño (1997), tais propostas buscavam circunscrever as demandas zapatistas à *questão indígena* local, e ignoravam o problema nacional da reforma da Lei do *ejido*<sup>12</sup>, ressaltado pelos rebeldes como a gota d’água para o levante.

Em dezembro do mesmo ano homens, mulheres e crianças zapatistas rompem o cerco militar para ocupar e declarar a *autonomia indígena* de 38 municípios, em uma demonstração dos zapatistas de que “seu movimento não era essencialmente militar, e sim essencialmente social e cultural” (Zermeño, 1997: 93). Nos termos de Offe (1992) podemos afirmar que o movimento zapatista passava à fase de luta pela ampliação dos limites da política, politizando e redefinindo os sentidos do conflito, em torno do qual o levante armado (violento, ilegal e apolítico nos termos liberais) se diluiria na questão social dos indígenas de Chiapas, a ser legítima e legalizada no âmbito do Estado de Direito.

Esse seria o aspecto mais expressivo da contribuição zapatista a outro projeto de sociedade, uma contribuição nos termos da luta pelo reconhecimento de direitos pelo Estado. Era o surgimento do “zapatismo civil” e sua luta pelo direito à *autonomia* a ser reconhecida pela Constituição mexicana. Enquanto o movimento buscava apresentar uma forma civil, propositiva e não-violenta de atuação, o mesmo não pode ser dito do governo mexicano. Em janeiro de 1995 a *Tercera Declaración* acusava “múltiplas irregularidades”, “desigualdades e injustiças”, a “corrupção”, “chantagem”, a “intimidação”, o “furto e a falsificação” como marcos da eleição presidencial de 1994: a “mais suja da história do México”.

Atrelando suas reivindicações ao combate direto das formas desse sistema político, o EZLN lança a “todas as forças sociais e políticas do país” um chamado à unidade na luta pela democracia, através da formação do Movimento de Libertação Nacional (MLN) em “todos os meios, todos os níveis e todas as partes”. Nesse mesmo mês o governo do presidente recém-eleito, Ernesto Zedillo, lança nova ofensiva em

---

colonialista, elitista e autoritária do Estado mexicano, o que não significa uma negação da existência do poder do Estado ou uma concepção simplificada do poder.

<sup>12</sup> *Lei do Ejido*: Foi estabelecida pela Constituição de 1917, resultado direto do papel dos camponeses na revolução mexicana. O *ejido* é a noção indígena comunal da terra, não-comercializável até 1994, quando as condições para a entrada do país no NAFTA resultaram na aprovação de emenda que permitia sua venda. Nos anos 70 e 80 se constituía como o último dispositivo legal de defesa dos meios de subsistência das comunidades indígenas-camponesas do México e, principalmente, de Chiapas, onde predominavam esses tipos de propriedade da terra.

busca das lideranças zapatistas; novas manifestações e a *Lei para o Diálogo, a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas*, aprovada no Congresso, acabam por abrir nova rodada de negociações. (Figueiredo, 2003).

Graças à aprovação da *Lei para o Diálogo*, o EZLN abriu negociação com o governo federal, representado pela COCOPA<sup>13</sup> e mediado pela CONAI<sup>14</sup>, aproveitando o espaço de negociação para mobilização do movimento indígena mexicano, em nível nacional: organizações indígenas de todo o país foram chamadas pelo EZLN para participarem das mesas de negociação na cidade de San Andrés<sup>15</sup>. Durante essas rodadas os delegados do EZLN e de povos indígenas de todo o país debateram com representantes do poder executivo federal os termos das leis sobre os direitos dos povos indígenas do México (Hilsenbeck, 2007: 207).

O resultado dessas conflituosas negociações foi o estabelecimento dos *Acordos de San Andrés*. Tais acordos definiram a nova pauta da luta zapatista em torno da *autonomia indígena*, considerada o eixo de um projeto político que buscava superar a questão indígena restrita e se “nacionalizar” junto às organizações de esquerda de todo o país. Em julho de 1998 o EZLN lançaria a V declaração da Selva Lacandona, em que dirige seu discurso aos povos indígenas, à sociedade civil nacional e internacional e ao Congresso da União, a fim de ressaltar a importância dos acordos de San Andrés como um firme ponto de partida jurídico-político a favor da paz em Chiapas, que necessitava ser aprofundado e consolidado por uma reforma constitucional. Também proporia a criação da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), um organização política, não partidária, que devesse congrega as forças de esquerda no México, mas que negasse a tomada do poder e a disputa eleitoral.

Em 2001 seria organizada a *Marcha de la color de la tierra* de Chiapas à Cidade do México, uma ampla campanha de mobilização pelo reconhecimento das autonomias indígenas como direito social na Constituição, na qual dirigentes do EZLN consultaram

---

<sup>13</sup> COCOPA: Comissão de Concórdia e Pacificação composta por integrantes do Congresso da União, a câmara do poder legislativo federal.

<sup>14</sup> CONAI: Comissão Nacional de Intermediação encabeçada pelo arcebispo de San Cristóban de Las Casas e por organizações de defesa dos direitos humanos, apoiadoras da causa zapatista.

<sup>15</sup> Durante os diálogos de San Andrés foram organizadas quatro mesas de trabalho: 1) Direitos e Culturas Indígenas, 2) Democracia e Justiça, 3) Bem-Estar e Desenvolvimento e 4) Direitos da Mulher. As duas últimas não foram realizadas, uma vez que os zapatistas acusaram o governo federal de não estar disposto ao diálogo e à negociação. Os pontos firmados nas primeiras duas mesas, através do esforço de intermediação por parte da COCOPA e da CONAI, ficaram conhecidos como Acordos de San Andrés. Tais acordos firmavam os mecanismos da autonomia dos povos indígenas, entendida pelo princípio de direito de autodeterminação dos povos e a ser integrada pelo Estado de direito como elemento do pluralismo jurídico (um Estado e várias nações).

comunidades camponesas e organizações políticas sobre o conteúdo dos projetos de lei firmados nos *Acordos de San Andrés*. Tal mobilização culminaria na intervenção da Comandanta Ramona no Congresso da União em 2001 que teve forte significado simbólico junto aos esforços de mobilização social, mas que pouco influenciou a favor do reconhecimento legal dos acordos de San Andrés.

Apesar dos acordos com o governo não terem força de lei, como o próprio EZLN já alertava de antemão (Hilsenbeck, 2007: 210), o processo consultivo e reivindicatório constituiu importante espaço de articulação do movimento zapatista com várias organizações da sociedade civil (Genari, 2006 e Hilsenbek, 2007) ao possibilitar, por um lado, a formulação de novas práticas e reflexões por parte dos movimentos indígenas de todo o país e, por outro, a politização das questões sociais que motivaram a rebelião zapatista.

A inclusão das demandas zapatistas na agenda do Estado de Direito conduz a mobilização social a uma lógica de institucionalização política em que a autonomia dos atores políticos passa a ser restringida pela regulamentação racional-legal do Estado e da lógica de disputa eleitoral competitiva. Ainda que estabelecendo o diálogo com representantes do governo, a oposição à lógica do poder é umas das marcas indeléveis do zapatismo até os dias de hoje. Nesse sentido que em 2003 o EZLN anuncia a criação das Juntas de Bom Governo (JBG), corpos político-administrativos encarregados de fortalecer as autonomias dos municípios autônomos zapatistas e aplicar os acordos de San Andrés uma vez que o Estado não havia ratificado o reconhecimento das autonomias e da livre determinação dos povos indígenas na Constituição Federal.

“Para explicar un poco sobre nuestro deber, nuestro trabajo que estamos realizando aquí en la oficina, pues. Aquí la organización es para todos, por eso desde cuando se hubo el diálogo en San Andrés hay doce demandas, pero nosotros, nuestra demanda que se firmó allá en San Andrés, nosotros ya estamos realizando, ya estamos haciendo, porque estamos peleando por los derechos, entonces, si la verdad necesitamos los derechos, entonces hay que hacerlo, no decir nada más.” (JBG Oventic *apud* Gonzalez, 2008: 110)

Na sexta e última declaração datada de 2005, o EZLN coloca os seguintes princípios para uma nova forma de organização das lutas, que denomina como La Otra Campaña, num esforço de apresentar alternativa política anticapitalista ao jogo político eleitoral de 2006 e às instituições da democracia vigente desde abaixo e à esquerda:

No a hacer acuerdos arriba para imponer abajo, sino a hacer acuerdos para ir juntos a escuchar y a organizar la indignación; no a levantar movimientos que Sean después negociados a espaldas de quienes los hacen, sino a tomar en cuenta siempre la opinión de quienes participan; no a buscar regalitos, posiciones, ventajas, puestos públicos, del Poder o de quien aspira a El, sino a ir más lejos de los calendarios electorales; no a tratar de resolver desde

arriba los problemas de nuestra Nación, sino a construir DESDE ABAJO Y POR ABAJO una alternativa a la destrucción neoliberal, una alternativa de izquierda para México (Sexta Declaración de la Selva Lacandona, junho de 2005)

Aqui se enfatiza a necessidade de espaços para livre articulação e discussão pública no campo da esquerda, criticando práticas e acordos de gabinetes, favorecimento político individual ou corporativo em detrimento de um coletivo maior. Também se identifica uma lógica do poder imanente na ação dos atores que buscam ocupar o Estado através da corrida eleitoral. Por fim, o EZLN reivindica uma política surgida a partir dos excluídos, segundo princípios anti-hierárquicos, para possibilitar uma necessária refundação de uma forma de organização alternativa de esquerda.

Nesse breve relato da trajetória zapatista desde 1994 perceberemos uma combinação de condições históricas específicas que determinaram os rumos do movimento, ora para a luta armada, ora para a luta por reconhecimento dos direitos junto de um discurso mais direcionado à sociedade civil, num esforço de dar nome aos interlocutores de forças políticas autônomas em relação ao Estado. Nesse sentido, um canal intermediário para “fazer política” parece ter sido criado pela iminência de uma guerra civil entre as forças armadas do México e uma fração armada da população indígena marginalizada do estado mais pobre do país.

É sob essa linha tênue entre guerra e paz, violência e não-violência, coerção e consenso que alguns teóricos pensaram os caminhos da estratégia zapatista e teorizaram aspectos diferentes do universo de possibilidades abertas pelos rebeldes em 1994. Esse é o tema da nossa próxima seção, quando discutiremos as abordagens teóricas do zapatismo à luz de exemplos da bibliografia disponível sobre o assunto.

## **1.2 - Por que a autonomia?**

Nosso interesse nesse estudo é definir o sentido da autonomia entendida como projeto político do movimento zapatista, cujos principais formuladores no nosso entender são os membros do EZLN e as autoridades civis dos territórios autônomos zapatistas, eleitas pelas suas bases sociais dispostas em territórios descontínuos espacialmente. Antes de iniciarmos, achamos importante ressaltar algumas diferenças dentre as abordagens que se propõem a analisar o movimento zapatista. Achamos necessário periodizar o movimento zapatista em três fases concebidas pelo historiador Carlos Aguirre Rojas (*apud* Hilsenbeck, 2007: 166. Nota 127):

A) a fase do *fogo*, iniciada ainda nos anos 70, remete ao início da organização do núcleo das Forças de Libertação Nacional (FLN) nas montanhas do sul do México, que se consolida como um grupo guerrilheiro com uma trajetória de trabalho de formação junto às comunidades indígenas e passa a se intitular EZLN a partir de 1984, surgindo aos olhos do mundo em 1994;

B) a fase da *palavra*, caracterizada pela abertura do diálogo e pela aglutinação de forças sociais e políticas da sociedade civil mexicana e internacional, a fim da construção de estratégias de ação comum. Essa fase se inicia em janeiro de 1994 com as marchas pela paz, as caravanas de solidariedade às populações indígenas de Chiapas e abarca as rodadas de negociação com Paz, Justiça e Dignidade, pela Convenção Nacional Democrática. Seus principais momentos são: os Diálogos de San Andrés em 1995 e 1996 sobre os termos das Leis do Povos Indígenas, o Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo (1996), a criação da Frente Zapatista de Libertação Nacional em 1997 como organização de aglutinação política das forças sociais em torno do projeto político zapatista e a Marcha ao congresso da União em 2001 em busca da implementação das leis previstas nos acordos de San Andrés;

C) a fase do *ouvido*, caracterizada pela abertura do EZLN às articulações políticas abaixo e à esquerda, anti-eleitorais, iniciadas a partir de 2005, com o lançamento da Otra Campaña e da VI Declaração da Selva Lacandona.

Perpassando essas três fases ressaltamos o eixo da autonomia, que identificamos como orientação central do discurso do EZLN. A questão a autonomia está presente a partir do momento em que a militância do EZLN passa a se voltar à construção dos autogovernos das comunidades indígenas zapatistas de Chiapas, desde sua participação (e protagonismo) na onda civil camponesa de ocupações de terras de dezembro 1994, quando avançou sem armas de fogo através do cerco militar contra o EZLN. Tal eixo também perpassa as mesas de negociação sobre os direitos indígenas em 1995 e 1996 em San Andrés, chegando à elaboração de estruturas político-organizativas de gestão do território indígenas em nível regional a partir da criação dos Caracoles (sedes administrativas) e das Juntas de Bom Governo em 2003. Por fim, o eixo da autonomia também inclui a análise do projeto político iniciado desde a VI Declaração da Selva Lacandona e o lançamento da Otra Campaña em 2005, em que já constam balanços do próprio EZLN sobre os autogovernos zapatistas.

Se a periodização ajuda a compreender historicamente as diferentes ênfases que podemos conferir a cada tema de reflexão em torno do movimento zapatista,

distinguindo temporalmente os direcionamentos do EZLN, de acordo com seus comunicados oficiais e a bibliografia disponível, ela também define os campos de estudo e os objetos que a teoria social elegeu como tema de reflexão prioritário para as ciências sociais.

O campo de estudos que aborda a fase do *fogo* e as teorizações sobre a fase da *palavra* zapatistas tem sido predominante desde o levante de 1994. De fato, para nos limitarmos a alguns elementos da bibliografia publicada no Brasil podemos identificar o estudo seminal *A Guerra é o espetáculo* de Guilherme Figueiredo (2003) como síntese de abordagem que privilegia tanto os estudos do discurso e da prática do EZLN tanto como guerrilha, como quanto movimento civil não-armado.

A partir de bibliografia e fontes dos anos 70 e 80 que abordam a questão das guerrilhas no sul do México, Figueiredo (2003) apresenta no Brasil um importante estudo sobre o surgimento do zapatismo como um exército guerrilheiro armado. Dá especial ênfase ao surgimento do Exército Zapatista de Libertação nacional a partir da estrutura autonomizada de uma célula guerrilheira das Forças de Libertação Nacional (FLN) de orientação maoísta, estabelecidas em Chiapas nos anos 80. Ao longo do seu estudo Guilherme Figueiredo considera a mudança de discurso dos comunicados oficiais zapatistas (as declarações da selva Lacandona) como expressão de uma transformação mais profunda nos rumos e na estratégia política zapatista diante do poder do Estado. Uma mudança de cunho tático iniciada como forma de aglutinar forças sociais em torno do projeto de transição democrática expresso na segunda Declaração da Selva Lacandona tinha por objetivo construir um novo pacto nacional na Convenção Nacional Democrática (CND) de meados de 1994.

Segundo o autor essa disposição à transição democrática e ao diálogo com partidos políticos e forças sociais em torno de uma nova Carta Constitucional contrastaria com os escritos da Primeira Declaração, lançada dias antes do levante zapatista em 1º de janeiro de 1994 e que previa o avanço militar até a capital do país a fim de depor a ditadura de 70 anos do PRI (Partido Revolucionário Institucional). Ao longo de seu trabalho Figueiredo enfatiza a ruptura discursiva entre o projeto de tomada do Estado por uma vanguarda política militar e o projeto zapatista surgido a partir da segunda declaração, em que o EZLN se dispunha ao diálogo e ao uso de ferramentas midiáticas para divulgar idéias, aglutinar forças sociais e intervir na agenda pública e no debate político em escala nacional. Tal transformação acabaria por conduzir toda a

estrutura do Exército Zapatista de Libertação Nacional a uma nova direção estratégica guiada ao diálogo com diferentes forças sociais e políticas da sociedade mexicana.

Entendemos que essa busca pelos recursos midiáticos de projeção nacional e internacional e o uso de uma vasta rede de comunicação alternativa por parte dos zapatistas, principalmente pelo comando do EZLN, cumpriu um papel fundamental ao longo da década de 1990. E o estudo de Figueiredo abarca as possibilidades de continuidade da luta zapatista pela *palavra* a ser construída na sociedade mexicana até 2003, logo após a negativa do poder do estado contra os zapatistas e a lei de direitos indígenas. No final de seu estudo Figueiredo cita as considerações de Adrián Gurza Lavalle (2003) acerca das eleições de 2000 no México, em que o PRI (Partido Revolucionário institucional) foi derrotado na disputa pela presidência pela primeira vez na história. Figueiredo, assim como Zermeño (1997) e Hilsenbeck (2007), considera o zapatismo como um sujeito político central nesse processo de transição democrática, ainda que limitado.

Logo em 2001, num contexto de significativa mobilização nacional a favor das demandas zapatistas pela aprovação de uma nova lei sobre os direitos indígenas, Di Felice (2002) também enfatiza a importância das estruturas da palavra (formas e conteúdos, lugar dos emissores e canais de comunicação) zapatista, apontando o EZLN como um movimento social diferenciado justamente pelo uso da poética lingüística como arma de luta que substitui as armas de fogo. Um dos exemplos que utiliza é o uso do discurso não racional, ou iluminista ocidental, nos comunicados de Marcos, em que não estão presentes “o pensamento único, o dogmatismo neoliberal ou o discurso socialista” (2002: 38), que estariam superados por “visões abertas e plurais que hibridizam conceitos e recusam o princípio imobilizador da verdade singular absoluta” (Ibidem).

Concordamos que a ênfase na análise do discurso pode abrir novas compreensões dos significados das lutas zapatistas e que o uso dos recursos discursivos e da mídia eletrônica pode inclusive disseminar pela sociedade as idéias de um movimento, que reverberam no espaço como uma onda política espontânea e rebelde às apropriações pelo poder vigilante do Estado e seus aparelhos de inteligência e repressão. Porém, consideramos que há por detrás dessa concepção expressa no trabalho de Di Felice uma percepção pulverizada da estratégia política, em que ocorre a aceitação do conceito de poder como força capaz de controlar a totalidade das relações sociais que se

estruturam no espaço e no tempo e diante da qual todas as ações políticas de rebeldia precisam se tornar sublevações temporárias, a fim de não serem reapropriadas:

“As ações zapatistas aparecem e desaparecem rapidamente, não constroem uma prática política institucional e duradoura, fazendo com que as ações não possam se enquadrar nas práticas dos movimentos guerrilheiros tradicionais nem naquelas dos demais movimentos sociais que marcaram as décadas do fim do século XX na América Latina” (Felice, 2002: 39).

Além disso, Di Felice generaliza o caráter temporário e perene das ações zapatistas e toma a marcha de 2001 rumo à Cidade do México como expressão de toda a estratégia zapatista de negação do poder político e da política, considerando assim a efetividade da sublevação indígena como sublevação temporária. Entende assim o projeto zapatista como uma não-estratégia, um não-poder, uma não-política, capaz de exercer um efeito midiático de grande impacto pontual na sociedade, mas que se dilui logo depois enquanto necessidade de uma ação revolucionária de novo tipo, criando uma zona autônoma temporária como defende Di Felice.

Nesse sentido Di Felice ignora o uso estratégico do *diálogo* e da poética das palavras como uma forma de sobrevivência simbólica e material do EZLN enquanto organização política autônoma que luta contra o poder do Estado (Hilsenbeck, 2007: 130). E sugere que o uso das armas da linguagem seria uma escolha livre e deliberada do comando do EZLN diante da conjuntura, sem considerar as sérias limitações que o movimento enfrenta diante da repressão oficial. Por outro lado, Figueiredo (2003), ainda que considere esse uso estratégico das linguagens e das suas estruturas por parte do EZLN, abre a possibilidade para uma análise focada em suas relações com o Estado, do ponto de vista da construção das instituições da democracia liberal. Pois se é inegável – a partir de uma análise do discurso do EZLN baseada nas Declarações da Selva Lacandona – que seus interlocutores são os explorados e oprimidos da terra e do mundo, a sociedade civil e as organizações políticas independentes e as autoridades do Estado mexicano, a idéia inicial de marcha revolucionária à Cidade do México a fim de forçar um regime de transição democrática não foi levada a cabo, ainda que o PRI tenha sido derrotado nas eleições presidenciais de 2000.

Não são poucos os autores no México que analisam as contribuições do zapatismo à transição democrática para além das instituições, enfocando suas contribuições no plano da construção de uma nova hegemonia (uma direção ético-política e moral) sobre a democracia. Sérgio Zermeno (1997) e George Yúdice (2000) oferecem exemplos de acadêmicos que, como parte do campo de oposição teórica ao

projeto neoliberal, observavam com grande expectativa as possíveis transformações sociais produzidas pela forma de utilização estratégica dos recursos midiáticos por parte dos zapatistas. Localizavam o zapatismo civil (em contraposição ao zapatismo militar) dentro de um amplo movimento social de transição democrática no México que incluía uma vasta rede de intelectuais (técnicos e teóricos) que disputavam palmo a palmo a opinião pública do país contra o neoliberalismo imposto pelo Estado controlado pelo PRI desde os anos 1930.

De fato, essa rede social pró-zapatista se organizava em consonância aos discursos políticos do EZLN, que por sua vez manejava com destreza política palavras como *democracia, justiça e paz com dignidade* e conseguia pautar a agenda pública do país, evidenciando as contradições de um Estado autoritário e elitista, que impunha reformas econômicas de abertura de mercados, privatização e adesão à área de livre comércio das América do Norte (NAFTA) draconianas para a grande maioria da população mexicana, com especial ênfase aos habitantes do campo, mas também às classes populares urbanas. O campo de forças sociais alinhadas aos zapatistas aglutinava as mais variadas tendências políticas pró-democráticas, segundo Yúdice, o que significou certa diluição entre as diferentes concepções de democracia, justiça, paz e dignidade. No nosso entender os comunicados do EZLN vão acentuar de a *autonomia* como eixo discursivo e diferencial necessário à definição do que seria um possível campo de aliados válidos dentro da esquerda.

Interessante notar que alguns autores denominariam essa abertura do diálogo com múltiplos atores por parte do EZLN como o pontapé inicial da estratégia zapatista *de guerra social em rede*, em que um grupo com certa capilaridade junto à população de um país busca articular uma teia de relações sociais em vários setores simpatizantes presentes na sociedade civil nacional e internacional, visando conquistar objetivos estratégicos e amenizar as atividades de repressão e exclusão jurídico-política do seu movimento por parte dos braços do Estado de Direito (Ronfeldt, Aquilla, Fuller & Fuller, 1998) <sup>16</sup>. Por outro lado, outros autores consideram essa capilaridade do conflito

---

<sup>16</sup> O estudo de Ronfeldt, Aquilla, Fuller & Fuller foi publicado em nome da RAND corporation, o berço da escola da escolha racional e dos estudos do comportamento político racional-calculador, que muito influenciaram os rumos da ciência política norte-americana desde os anos 70. Importante notar que essa abordagem teórica economicista liberal, que universaliza o sujeito egoísta maximizador de utilidades como referencial analítico do comportamento racional-estratégico na arena política, busca identificar os usos e a teoria de construção da hegemonia na sociedade civil por parte da esquerda, criando conceitos novos para localizar e classificar o inimigo e a ameaça. Nesse sentido a ciência produz conceitos para serem rapidamente utilizados pelos manuais políticos e militares voltados às atividades de manutenção do *status quo* pela coerção e pelo consenso. No Brasil, não ignoramos o papel estratégico que cumpre a

social como uma importante contribuição do zapatismo à construção de uma sociedade civil forte, necessária à consolidação da democracia real a exemplo de David Slater (2000) o já citado George Yúdice (2000).

Não podemos ignorar a estreita relação da intelectualidade que analisa o zapatismo com os debates travados em uma arena pública efervescente, surgida dos ecos do levante armado de 1º de janeiro de 1994. Porque um dos efeitos políticos mais importantes do levante foi obrigar a intelectualidade nacional e internacional a se posicionar no campo das lutas sociais e trazê-las de volta à realidade. Esse ambiente em que a contribuição a uma nova democracia no México por parte dos zapatistas se faz evidente, desde o fortalecimento da sociedade civil ativa contra o Estado autoritário e neoliberal, é o tema central da análise de Sérgio Zermeño (1997) acerca do levante de 1994 e das idas e vindas das forças sociais que se aglutinavam em torno do EZLN.

Segundo Zermeño (1997) as portas fechadas do Estado no México acabam estimulando o uso da luta armada por parte dos excluídos, em detrimento de uma dinâmica de negociação, que tenderia ao desgaste e à cooptação nos meandros de um sistema político particularmente corrupto. Sobre essa falta de espaços reais para expressão de demandas sociais e para promover a mediação entre a sociedade e Estado, Zermeño lembra que “conflitos, movimentos e lutas sociais no México dificilmente se mantêm no âmbito em que nascem, lançando-se imediatamente no plano de toda nação” (1997, p. 92). A tendência é nacionalizar cada crise política que surge num âmbito local, de tal forma que toda a sociedade se vê incumbida de posicionar-se contra ou a favor das causas em questão.

Sem nos prolongarmos muito acerca das contribuições zapatistas à construção da democracia de fato no México, em detrimento de uma democracia meramente formal e restrita à criação de mecanismos de governo próprios do liberalismo (divisão entre poderes executivo, legislativo e judiciário, eleição de representantes em três níveis federativos através de processos eleitorais periódicos, corpo de funcionários amparados no burocratismo republicano), concordamos com Zermeño (1997) quando este afirma que os zapatistas forçaram a transição democrática no México no plano nacional, e com Yúdice (2000) que, desde uma perspectiva da *política cultural dos movimentos*

---

revista VEJA na divulgação desse tipo de teoria reacionária. Em escala internacional não podemos ignorar o sem número de cartilhas contra-insurgentes desenhadas para uso dos serviços de inteligência e das forças de repressão.

*sociais*<sup>17</sup>, afirma que não só os zapatistas ajudaram essa transição democrática como forçaram uma retomada à esquerda do conceito de *sociedade civil*, nos termos apresentados na nota 11, supra.

Ressalvamos, no entanto, que os limites enfrentados pelo próprio movimento à implementação de suas demandas políticas e as contradições com outras forças inseridas dentro do campo pró-democrático se acentuaram a partir das eleições de Vicent Fox pelo Partido da Ação Nacional (PAN) em 2000, quando a frente democrática anti-priista se pulverizaria e as reivindicações zapatistas por uma democracia diferenciada assumiriam contornos considerados utópicos e sectários. Nesse ponto concordamos com a perspectiva de Hilsenbeck (2007) quando este considera a construção da democracia pós-PRI em nível nacional no México como um sintoma da estratégia zapatista de radicalização democrática, mais que um objetivo definido.

Ao mesmo tempo, concordamos com Hilsenbeck (2007) e Vinicius (2010), para quem as abordagens sobre o zapatismo não podem ignorar a materialidade da luta social em questão, considerando que a história da construção da autonomia por parte do EZLN envolve necessariamente as teorizações sobre as experiências de autogoverno dos municípios autônomos zapatistas e a sua relação com um projeto político maior que se baseia na luta pelas autonomias.

### **1.3 - Mudar o mundo sem tomar o poder: Estado ou revolução?**

Por detrás das três periodizações do zapatismo, há uma busca pela compreensão dos sentidos da luta zapatista, das suas ferramentas e da sua estratégia política. Os que se propõem a analisar o projeto político zapatista estão lidando diretamente com um debate teórico sobre o lugar do poder na sociedade e sobre como e por onde é possível enfrentar o poder dominante. Alguns autores buscaram teorizar o discurso zapatista no que diz respeito aos termos empregados em seus comunicados oficiais, sem problematizar as práticas das comunidades zapatistas e as limitações concretas dos seus

---

<sup>17</sup> A partir dessa perspectiva de análise dos movimentos sociais proposta por Dagnino (2000), o zapatismo apresentaria contribuições para outra democracia, para além da formalidade político-institucional conformada pelas eleições livres, partidos políticos e representatividade nos parlamentos e palácios de governo. O movimento incide assim sobre as instituições políticas de um “processo inacabado” de transição democrática, como Olvera (2002) define o regime do México. Concomitantemente sua política cultural enquanto movimento social também se faz presente direta e indiretamente no processo hegemônico, definindo um conteúdo ético-político e moral em torno do qual se busca constituir uma nova hegemonia: uma hegemonia constituída pelo consentimento ativo em torno do projeto de ampliação da cidadania.

auto-governos. De outro lado, alguns deles subvalorizam as práticas autonômicas zapatistas enquanto luta social anti-capitalista, uma vez que não incidem no lugar de poder da sociedade.

O debate sobre o lugar do poder surgido a partir da negação zapatista em tomar o poder foi ponto de controvérsia central na teoria política de esquerda. Inspirado nas práticas e discursos zapatistas, Holloway (2003) desenvolve uma teoria do poder político enquanto relação fetichizada que deve ser negada e demolida por reapropriação do saber-fazer (trabalho humano ontológico) por parte dos explorados e oprimidos sem-voz e sem-rostro. Para este autor, o zapatismo rompe com a tradição instrumental do marxismo científico que considera o Estado como o local privilegiado da revolução, ao negar o objetivo da tomada do poder (situado no Estado). O fetichismo, que caracteriza as relações sociais de Mercado (econômicas) e as relações sociais de Estado (políticas) nessa sociedade, constitui uma categoria central para Holloway desenvolver a idéia de que nenhuma revolução pode ser capaz de romper com a ordem social do Capital se não romper com ela em seu cotidiano, em seu saber-fazer controlado pelo poder-sobre (lógica de dominação).

O tempo e o espaço da revolução devem escapar do processo de identificação, apropriação e racionalização que serve de instrumento da dominação capitalista sobre o saber-fazer. Nesse sentido, seria absurdo que um movimento que tem por objetivo superar o capitalismo tome para si os elementos e as estruturas do Estado existente no modo de produção capitalista. É por esse motivo que a autonomia dos municípios zapatistas materializa novas relações sociais, geradas na contradição do processo de fetichização, componente central das relações sociais de capital.

Para Lazagna (2006), o autor recai em uma concepção economicista de política, como uma instância totalmente determinada pelos conflitos surgidos no âmbito das relações de produção, no que muito assemelharia Holloway às idéias defendidas por João Bernardo em *Economia dos Conflitos Sociais* (2009). Ao buscar eliminar o estatismo do marxismo, considerado como uma aceitação dos procedimentos da política em sua forma capitalista, ambos os autores reduziram a luta de classes às relações de produção, à luta pelo controle da produção

Não nos interessa por ora desenvolver os debates sobre a concepção de poder surgida a partir do livro de Holloway e suas críticas, já comentadas no trabalho de Hilsenbeck (2007). Apenas defendemos aqui que o zapatismo nega a tomada do poder do Estado para construir desde o chão social outras formas de relação de poder, em que

os “governantes mandam obedecendo”, segundo aquilo que poderíamos apontar como metateoria zapatista do poder. E que a negação da tomada do poder não significa uma recusa infantil diante da realidade das relações sociais estatais e mercantis, ou negação da política e da economia capitalista, mas um juízo acerca das formas e conteúdos que advém do Estado capitalista (que determinam predominantemente as relações de poder na nossa sociedade, em variados níveis de intervenção e regulação). Trata-se de uma prática que visa a construção de novas relações sociais anti-capitalistas que, entendidas como relações de poder, são de fato relações políticas, mas não estatais ou políticas no sentido restrito, num paralelo às características que Antonio Gramsci (1980) atribui ao *Estado Restrito*<sup>18</sup>. (faltou fazer a ref. e explicar o conceito de Gramsci)

Interessante notar que no plano teórico as críticas marxistas aos discursos zapatistas problematizam os conceitos de sociedade civil, democracia e autonomia, buscando extirpá-los de qualquer ranço liberal ou socialista utópico. Em debate com John Holloway e alguns apontamentos oficiais dos zapatistas, Borón (2003) aponta dois problemas relativos à negação zapatista da tomada do poder. Primeiramente, defende a permanência do Estado-Nação como lugar central da reprodução das relações de capital, ao contrário do que as teorias da descentralização do poder e desterritorialização do capitalismo sustentam<sup>19</sup> e nas quais sugere que os comunicados zapatistas se fundamentam. Em segundo lugar, Borón ressalta que Lenin considerava a revolução dividida em uma fase de “tomada do poder” e uma fase de “efetivação da revolução” através das ações civilizatórias do socialismo com o uso da máquina do Estado burguês; e retoma Gramsci ao considerar o duplo caráter necessário ao movimento que almeja conquistar a hegemonia, ou melhor, o exercício do poder na sociedade capitalista em que é necessária a vocação para o poder e direção moral e intelectual da sociedade.

---

<sup>18</sup> Para Gramsci (1980: 145-9) as formas estatais orientais, (como se refere à Rússia czarista e Alemanha de Bismarck) se constituem da confusão entre aparelhos privados (sociedade civil) e públicos (sociedade política) de hegemonia (direção ético-política e moral da sociedade), das classes dominantes. O *Estado restrito* é o Estado em sua função repressiva primordial entendida como força pública, corpo administrativo (burocracia), tribunais e ministérios. O Estado Moderno (ocidental), segundo Gramsci, tende a regular, intervir, estatizar a sociedade civil, considerada a *trama dos aparelhos privados de hegemonia* (escolas, partidos, Parlamento, clubes, associações, mídia) necessários ao exercício de sua função como educador do consenso organizado dos governados. Hoje em dia é possível observar que o Estado restrito se confunde com elementos que antes eram parte da sociedade civil (como escolas, hospitais, seguridade social, Parلامentos, sistema de partidos políticos, câmaras de representação), tal o leque de integração que esses corpos civis foram submetidos ao Estado.

<sup>19</sup> No que diz respeito a Holloway e aos próprios zapatistas, Borón ressalta alguns elementos que parecem ressaltar a desnacionalização do capital. Nesse ponto o foco da crítica de Borón são as idéias apresentadas por Michael Hardt e Toni Negri no livro *Império*, que toma como ponto de partida a financeirização e a desnacionalização das relações sociais de capital.

Nesses termos, Borón considera que se o EZLN não direciona suas ações à tomada do Estado na sociedade capitalista, não se apresenta apto ao exercício do poder. Assim, embora o movimento seja detentor de grande legitimidade (direção ética e intelectual), é obrigado a se sujeitar ao funcionamento da sociedade capitalista, através da cooptação ou da repressão.

Mas, novamente, gostaríamos de trazer a teoria crítica de volta ao deserto do real diante do seguinte fato dramático: como é possível travar no plano teórico um livre debate de idéias acerca das práticas zapatistas quando os próprios discursos zapatistas devem sinalizar para o diálogo com as autoridades governamentais e a sociedade civil em geral, em nome da própria sobrevivência?. Segundo Borón os zapatistas não explicitam sua concepção de sociedade civil e acabam por flertar com o termo liberal, com todas as implicações daí decorrentes para seu projeto de autonomia, como por exemplo, homogeneizar as forças da sociedade civil, tratar o estado como um bloco monolítico e destacar-se do poder do Estado, como se fosse possível livrar-se por auto-decreto de todas as relações de intervenção e regulação social estabelecidas pela política do Capital, como se a sociedade civil fosse totalmente autônoma frente ao Estado, a exemplo de como o liberalismo fundamenta as leis nas sociedades capitalistas<sup>20</sup>.

Em contraponto a esses usos da teoria gramsciana por Borón para criticar a concepção de sociedade civil dos pró-zapatistas, Dinerstein argumenta que a práxis autonômica dos movimentos sociais, definida como “auto-determinação, auto-organização e independência política, social e econômica do Estado e do Mercado” (2009: 3), permite a reinvenção de práticas sociais, ou digamos, experiências de organização necessárias e antagônicas à concepção benfazeja de sociedade civil liberal, com a qual flertam alguns teóricos simpáticos ao EZLN, segundo Borón (2003: 208-212).

Observando o funcionamento da autonomia de fato nos territórios zapatistas, Dinerstein considera que a aplicação das políticas previstas nos Acordos de San Andrés

---

<sup>20</sup> Sobre a ideologia liberal da separação entre Estado e Sociedade Civil Antonio Gramsci afirma: “A formulação do movimento de livre troca baseia-se num erro teórico do qual não é difícil identificar a origem prática: a distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metódica se transforma e é apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, como na realidade fática sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado; isto é, a modificar a distribuição de renda nacional” (Gramsci, 1980: 32).

mas não reconhecidas como leis pelo Estado, leva ao conflito entre o legal e o legítimo. Nesse sentido a prática da autonomia substantiva nos territórios zapatistas emerge desde a divisão entre esferas social, econômica e política, típicas das sociedades liberais, negando-a simultaneamente. E através da autonomia zapatista “a sociedade civil deixa de ser o lugar da legitimação da hegemonia capitalista para se tornar o lugar político e simbólico de choque entre práticas hegemônicas e contra-hegemônicas” (Dinerstein, 2009: 13).

De nossa parte, consideramos que o zapatismo faz uma crítica radical às instituições do Estado sob o capitalismo e a todas as formas de luta política que se direcionam e se limitam à perspectiva institucional do poder dominante, mas que ao longo de sua trajetória tem dialogado com diferentes sujeitos inseridos e determinados pelas relações sociais advindas do poder do Estado.

Em sua crítica à lógica dos calendários e das geografias dos donos do poder, Marcos aponta que em 2007 as agressões contra os zapatistas “provém diretamente de governos de suposta esquerda”, que elegem representantes dos latifundiários para ocupar postos-chave no executivo do estado de Chiapas. Ao mesmo tempo, o líder do EZLN denuncia uma campanha de difamação por parte da “esquerda institucional” e seus intelectuais, unificados em torno da candidatura à presidência de Antonio Manuel López Obrador (AMLO), ex-prefeito da Cidade do México pelo PRD, que foi derrotado nas eleições de 2006 por Felipe Calderón, atual presidente do país pelo PAN (Partido da Acción Nacional). Levantando críticas ao *fazer político* dos partidos em geral, o subcomandante do EZLN acusa o PRD de aplicar as mesmas políticas da direita ao tomar o poder do Estado, justificando dessa forma a recusa zapatista em apoiar a candidatura de AMLO à presidência:

“...la propiedad de la tierra pertenía, antes del alzamiento, a los hacendados o finqueros que, por cierto, son el sector más retrógrado de los poderosos. Si alguien quiere conocer de veras cómo piensa y actúa la ultraderecha reaccionaria, platique con un finquero chiapaneco. Y lês paso um nombre de uno de ellos, que cuando menos hasta hace poço, era uno de los aliados de Andrés Manuel López Obrador en Chiapas y, junto con el Croquetas Alborews y el PRD, llevó al poder a Juan Sabines (el que arrumbó, primero en un burdel desmantelado y luego en una bodega de café, a las familias zapatistas desalojadas hace unos meses de Montes Azules – por cierto, sin que los intelectuales progresistas dijeran ni una palabra de protesta). El nombre del finquero es Constantino Kanter, y fue el autor de aquella ya famosa frase, dicha cuando el calendario marcaba el mês de mayo del año de 1993: ‘En Chiapas vale más un pollo que la vida de un indígena’. (...) Les pido que noten que nosotros no estamos hablando de personas con las que tengamos diferencias de estrategia o táctica, o de concepción de reforma o revolución. Estamos hablando de nuestros perseguidores de nuestros verdugos, de nuestros asesinos. Si hubiéramos apoyado esa supuesta opción contra la derecha, ahora estaríamos en un ‘bajón’ y una frustración similares a las que describió el compañero Ricardo Gebrim, del Movimiento de Los Sin Tierra, del Brasil.” (Marcos, 2007: 30)

Nesse trecho Marcos se refere a uma área que foi expropriada após o levante zapatista e a aplicação da *Lei Agrária Revolucionária*, que culminou na expulsão dos *finqueros* (latifundiários) dos territórios ocupados pelos indígenas zapatistas<sup>21</sup>. E também se refere à composição de governos de partidos da esquerda com representantes dos *finqueros* (latifundiários). Assim Marcos culpa certos intelectuais progressistas de ignorarem os povos indígenas de Chiapas em nome de uma candidatura presidencial que, a seguir os exemplos locais e regionais de exercício do poder pelo PRD, em nada melhoraria a condição das bases sociais zapatistas. A comparação com o MST em relação aos governos do PT no Brasil aparece logo depois e indica o traço da crítica ao *fazer político* como sinônimo de escolha das elites políticas em competição.

O líder do EZLN critica a política partidária e os acordos que passam por cima dos objetivos políticos e das lutas populares, em nome dos quais “intelectuais progressistas” condenam o sectarismo zapatista e dos movimentos da Otra Campaña contra a via eleitoral. Marcos afirma que as regras do jogo no sistema político engolem as iniciativas que incomodam o sistema e sustenta que outra forma de sociabilidade não-hierárquica e não-mercadológica deve ser tentada no cotidiano, em forma de protesto e demonstração de princípios outros que não aqueles que fundamentam a vida política estabelecida. Esses são os termos do projeto político zapatista expresso na Otra Campaña e na VI Declaração da Selva Lacandona, a partir de 2005.

Lançar mão de palavras de ordem do socialismo, da revolução armada e da tomada do poder do Estado no nível do discurso readequaria o EZLN ao campo das forças revolucionárias de esquerda. Mas não seria tarefa dos intelectuais perguntar se a retomada do discurso revolucionário marxista de assalto ao poder poderia ou não custar o aniquilamento do movimento como um todo? Segundo a lógica da organização política zapatista o uso de um discurso mais ou menos revolucionário, segundo os critérios da teoria marxista de Atílio Borón, pode infringir diretamente os princípios da democracia de base e do governo exercido segundo o *mandar obedecendo* aos oprimidos e explorados, os de baixo. Mais do que isso, pode colocar suas bases sociais na linha de tiro das mais variadas forças de repressão estatais e para-estatais. Nesse caso, frisamos a necessidade de afastar o purismo teoricista da crítica marxista em face da materialidade da luta social, em que as armas da crítica devem estar muito bem

---

<sup>21</sup> Voltaremos a falar sobre a Lei Agrária Revolucionária no capítulo 3

fundamentadas na dura realidade da crítica das armas<sup>22</sup>. As análises que, em nome da ênfase no plano das estruturas e da análise do discurso, ignoram a materialidade das lutas sociais, acabam por recair no mesmo erro do idealismo que Marx critica no século XIX. As idéias podem se constituir como força social, visão de mundo, ideologia, se instrumentalizadas para conquistar e construir a hegemonia e direcionar a prática. Mas sem a perspectiva de conquistar corações e mentes, ou apossar-se dos homens como diz Marx, continuam sendo apenas idéias, por mais críticas que sejam suas formas. Por isso que a análise do discurso zapatista não pode ser dissociada de uma historicização dos termos empregados.

Por esse motivo que, para além da sua atuação na sociedade civil como força aglutinadora do bloco anti-priista favorável à transição democrática e interlocutor do governo mexicano em mesas de negociação, sujeito que constrói conceitos desde sua prática política, acreditamos que o movimento zapatista reivindica uma forma de autonomia política e territorial das comunidades indígenas de Chiapas como nexo de seu projeto estratégico. E também consideramos que o EZLN e as suas bases sociais tocam nas estruturas das relações de poder em pontos ainda mais caros à hegemonia instituída, a exemplo do que defendem autores como Ornelas (2005), Holloway (2003), Hilsenbeck (2007), Brancaloneo (2010), Lopez y Rivas (2008) e Aubry (2008) desde uma análise das práticas e dos discursos do EZLN e dos sujeitos dos auto-governos das comunidades zapatistas.

É nesse campo dos estudiosos que buscam compreender os significados da autonomia zapatista que nosso presente estudo se situa, buscando uma perspectiva que enfatize a busca por uma compreensão do funcionamento cotidiano e do debate teórico do projeto autônômico zapatista.

#### **1.4 - O surgimento da autonomia indígena do EZLN**

Para abordarmos as perspectivas teóricas que analisam a autonomia zapatista, precisamos abordar alguns marcos discursivos do EZLN em torno desse tema. A autonomia adquiriu sentidos diversos ao longo da história zapatista. Mas só se tornou

---

<sup>22</sup> Com isso não buscamos anular a importância da reflexão teórica, mas enfatizar que o materialismo histórico necessita de uma dialética entre prática e reflexão, em que uma não pode substituir a outra: Como diz Marx na sua Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel “As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens” (Marx, 2002).

núcleo da estratégia do EZLN depois do fracasso em nacionalizar suas lutas e efetivar alianças com outras forças políticas, cujo principal marco foi a Marcha da Cor da Terra em 2001, segundo Almeyra (2005: 159). Mas em que contexto a autonomia é alçada ao centro da estratégia zapatista?

Em dezembro de 1994 o EZLN decide romper o cerco militar estabelecido contra sua zona vital desde a guerra de 12 dias contra o governo federal. Segundo aponta Figueiredo (2003), entre 11 e 25 de dezembro daquele ano o EZLN “contornou as posições do exército mexicano e, sem disparar um único tiro, ocupou posições correspondentes a 38 municípios de Chiapas” anunciando, uma “geografia política nova” (2003: 277). Com esse movimento civil as bases de apoio zapatistas<sup>23</sup> sinalizavam aos camponeses indígenas e suas organizações da região, não pertencentes às fileiras do zapatismo, a necessidade de avançar sobre as terras dos latifundiários sem a utilização de armas de fogo. Também declarou desde então a autonomia rebelde de 30 municípios zapatistas, demonstrando sua grande influência nas regiões do Norte, da Selva, Altos e Fronteira.

Apesar das greves de fome solidárias ao zapatismo (do arcebispo Samuel Ruiz de San Cristóbal de Las Casas e de mais de 600 simpatizantes de todo o país) e o reconhecimento da CONAI<sup>24</sup> no início do ano, a reação do governo federal à insurreição zapatista buscava responder aos investidores internacionais, que efetuavam um ataque especulativo ao peso mexicano e promoviam a fuga de capitais do país, alegando problemas de incerteza política (Figueiredo, 2003: 286). Assim, em fevereiro o governo federal posiciona o exército mexicano na Selva Lacandona na iminência de romper o cessar-fogo de janeiro de 1994 e avança sobre as áreas do EZLN na selva<sup>25</sup> em busca das lideranças. Na fronteira da Guatemala 11 mil homens das tropas de elite do exército se posicionam para evitar a fuga dos rebelados para o outro lado da fronteira<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> As bases de apoio zapatistas são compreendidas como pé de apoio civil do EZLN. Em 1994 eram compostas por membros de organizações camponesas, sindicatos, associações rurais de comunidades pró-zapatistas, que dificilmente podemos diferenciar dos próprios membros do baixo escalão da hierarquia militar do EZLN. Para um quadro explicativo da hierarquia militar do EZLN conferir o estudo de Saavedra (2009: 490) sobre as comunidades armadas rebeldes e o EZLN.

<sup>24</sup> Comissão Nacional de Intermediação formada em dezembro de 1994, liderada pelo arcebispo Samuel Ruiz e composta por organizações de defesa dos direitos humanos e indígenas.

<sup>25</sup> Tal ofensiva foi parte de uma estratégia maior do governo que buscava a dissolução do EZLN como força militar. Nela ocorreram violações de direitos humanos (tortura, perseguição, detenções e execuções sumárias), ataques de organizações civis anti-zapatistas contra grupos de apoiadores, bloqueio à ajuda humanitária, perseguições a suspeitos de apoiarem o zapatismo em todo o país, incluindo movimentos camponeses, comunidades indígenas, sindicatos e partidos políticos de esquerda.

<sup>26</sup> Importante lembrar que em 1995 ocorreram as últimas rodadas de negociação do governo guatemalteco com a guerrilha de esquerda que atuava no norte do país.

O ataque ocasiona a fuga em massa de 26 mil indígenas camponeses que se refugiaram nos confins das montanhas, e estimula denúncias de violação aos direitos humanos das populações indígenas por parte de organizações da sociedade civil. Daí decorre uma contínua mobilização nacional e internacional pela paz em Chiapas que obriga o governo federal à negociação. Em 3 de março o poder executivo encaminha ao Senado projeto de Lei para o Diálogo e a Paz chiapaneca<sup>27</sup> de onde se originam as rodadas de San Andrés entre EZLN e representantes do poder legislativo federal.

As rodadas de negociação de San Andrés foram iniciadas em 19 de abril de 1995 em clima tenso. O governo calculava forças com o EZLN através de suas incursões no território zapatista e seus ataques a organizações indígenas e camponesas suspeitas de apoiarem o zapatismo e interrogatórios em busca de informações militares do EZLN. Tentava desarmar o EZLN e inserir seus líderes na política institucional em posição subalterna, sem fazer concessões (Figueredo, 2003: 300-1). Cada rodada de negociação era realizada entre períodos de um mês que o EZLN alegava utilizar para consultar suas bases. Foi nesse ambiente que o EZLN lança em junho uma consulta nacional à população acerca de temas de alcance nacional, pertinentes à sua estratégia política<sup>28</sup> e deixa claro “sua disposição de inclusão amplos setores da sociedade para a concretização de novas formas de fazer política, extremamente democráticas” (Hilsenbeck, 2007: 207).

Como parte de esforços organizativos de articulação da sociedade em torno das demandas negociadas com o governo federal, o EZLN convoca dirigentes indígenas de todo o país para o Fórum Nacional Indígena<sup>29</sup> em janeiro de 1996 como consultores nas

---

<sup>27</sup> A Lei para o Diálogo e a Paz chiapaneca ficou conhecida como Lei Cocopa. Determinava a suspensão das ordens de prisão aos líderes do EZLN e criava a Comissão de Concórdia Pacificação (Cocopa) por membros do poder legislativo, com a atribuição de abrir os termos da negociação com o EZLN. Em 9 de abril a Cocopa se encontrou com sete comandantes do EZLN em San Miguel, Chiapas. Após 12 horas de negociação assinaram o Protocolo de Bases para o Acordo de Concórdia e Pacificação, que deveriam ocorrer no município de San Andrés Larrainzar. (Figueredo, 2003: 298)

<sup>28</sup> É a partir da práticas de consulta nacional para amarrar suas pautas de reivindicações que o EZLN se torna um articulador central das mobilizações sociais no México ao longo dos anos 90. No entanto, Saavedra (2009) afirma que tais esforços em nacionalizar suas pautas acabaram por afastar o EZLN dos trabalhos organizativos junto às suas bases sociais em Chiapas, que só serão retomados como linha política central do EZLN a partir da criação dos Caracóis e das Juntas de Bom Governo nos anos 2003, marco da definição pela autonomia como estratégia do EZLN.

<sup>29</sup> No Fórum Nacional Indígena se determina a criação do Congresso Nacional Indígena (CNI) em outubro de 1996, que surge como “herdeiro organizativo dos acordos de San Andrés” reivindicando até os dias de hoje a efetivação desses acordos, segundo Navarro (2009). Desde seu surgimento se consolidou como a mais ampla e representativa organização indígena de alcance nacional do México. É composto por grande variedade de povos, comunidades e organizações indígenas. Algumas delas surgiram do campo das organizações que lutam por reforma agrária, outras a partir de reivindicações econômico-produtivas e outras surgiram da mobilização étno-política. (Navarro, 2009: 35). Reúne quantidade significativa de lideranças indígenas surgidas no calor das mobilizações contra a celebração dos 500 anos

negociações sobre as leis de direitos e cultura indígenas. É nessa fase que a questão indígena é alçada a tema de debate nacional e a autonomia dos povos indígenas assume papel de destaque, como uma demanda de povos em busca de direitos e não de assistência. (Navarro, 2009: 36).

De fato, a autonomia ganhou enorme destaque como idéia-força do zapatismo: a partir de sua articulação com o movimento indígena nacional (centrado no CNI), os zapatistas conseguiram firmar alguns marcos de referência jurídico-política nas rodadas de negociação de San Andrés sobre o tema. Com a realização da mesa sobre Direitos e Culturas indígenas<sup>30</sup> foram estabelecidos os termos da autonomia, que se converte em demanda histórica do movimento nacional indígena (Gomez, 2008: 80).

A autonomia dos povos indígenas definida nos acordos de San Andrés pressupõe quatro pré-condições para sua existência: uma base político-territorial, uma jurisdição própria, nos termos da qual se exercem o governo e a justiça, um auto-governo, competências e faculdades próprias exclusivas ou compartilhadas com outras instâncias de governo (que configuram a descentralização política). Tudo isso reconhecido legalmente e constitucionalmente como parte do regime jurídico do Estado (Gomez, 2008: 82). Em fevereiro de 1996 a Comissão de Concórdia e Pacificação redige um texto final em que o governo federal se prontifica a reconhecer os povos indígenas como sujeitos dos direitos à livre-determinação e à autonomia. O EZLN realiza consulta às suas bases que aprovam em massa a assinatura do acordo com o governo.

Com a assinatura do acordo o governo havia assumido os seguintes compromissos com os povos indígenas de todo o México: Reconhecimento do direito à livre-determinação dos povos indígenas no marco constitucional de autonomia assegurando a unidade nacional; ampliação à participação e representação política local e nacional dos povos indígenas, garantia de acesso pleno à justiça, reconhecimento à pluriculturalidade; respeito e promoção das culturas indígenas; estabelecimento de um novo marco jurídico nacional e nas unidades federativas (Gomez, 1982: 82). Nesse

---

da chegada dos colonizadores brancos na América, iniciadas entre 1989 e 1992. Também reúne dirigentes indígenas e autoridades tradicionais formadas no ambiente efervescente da insurreição zapatista de 1994, que dão um caráter multi-facetado ao CNI. Diferentes níveis de representação com base territorial convivem com diferentes tipos de representação de categorias funcionais: professores e profissionais indígenas convivem com representantes de comunidades e regiões.

<sup>30</sup> As rodadas de negociação de San Andrés foram realizadas em um contexto de contínua tensão entre as forças do exército mexicano e o EZLN. Por conta desses conflitos o EZLN declarou o fim da rodada de negociações em momentos diferentes de 1995 e 1996, até suspender definitivamente os diálogos em 1997 acusando o governo de não estar disposto à construção dos acordos. Além das mesas sobre direitos e cultura e indígena, ficaram pendentes as mesas sobre Democracia e Justiça, Bem-estar e Desenvolvimento e Direitos da Mulher (Gonzalez, 2008: 80)

sentido a autonomia zapatista diz respeito ao estabelecimento de marcos jurídicos junto ao Estado de Direito de tal forma que este reconheça na Constituição as autonomias dos povos indígenas.

Para Hilsenbeck a livre-determinação e autonomia dos povos indígenas implica a modificação da constituição mexicana, pois “incorpora ao princípio do cidadão [individualizado formalmente], o princípio dos povos indígenas, não mais restritos aos termos do direito positivo” (2007: 210-1) mas constituintes de um regime jurídico plural, caracterizado pela convivência de sistemas diferenciados de legislação no qual estão previstos o sujeito coletivo do direito. Já para Héctor Diaz Polanco a efetividade dos termos previstos nos acordos de San Andrés dependeria da instauração de um regime de autonomia regional, intermediário entre municípios e poderes estatais, o que na prática acarretaria o direito de secessão dos territórios autônomos em relação ao Estado-Nação. (*apud* Hilsenbeck, 2007: 209, nota 163) e acentuaria um elemento separatista no projeto das autonomias indígenas.

Em 2001, já sob a presidência de Vicente Fox, o Congresso altera o texto dos acordos de San Andrés sobre os direitos indígenas de forma unilateral e aprova, com o aval de todos os partidos, um ferrolho jurídico que na prática impede a aplicação dos acordos (Lopez y Rivas *apud* Hilsenbeck, 2007: 209). Paralelamente à longa caminhada do trajeto institucional de reconhecimento precário das autonomias indígenas, a aplicação e a efetividade desses acordos nos marcos da criação das Juntas de Bom governo em 2003 se tornam palavra de ordem por parte do EZLN.

Dessa forma os zapatistas demarcam o início de um maior direcionamento da militância zapatista em relação ao desenvolvimento das estruturas de poder local junto às comunidades camponesas indígenas, passando a conceber a autonomia como projeto político zapatista a ser desenvolvido em nível regional.

## **1.5 - Abordagens teóricas da autonomia zapatista**

“La autonomía está funcionando bastante porque además de tener la facilidad de resolver nuestros problemas internamente y no con la necesidad de que llegue algún comisionado del gobierno o algo, la misma comunidad, la misma gente pues resuelve sus problemas, no sé cómo le hace, pero el chiste es que se resuelve.” (Rosy, promotora de derechos humanos del MAREZ “Tierra y Libertad”, Motozintla *apud* GONZALEZ, 2008: 106)

O objetivo desse estudo é buscar compreender o lugar da autonomia como idéia-força do movimento zapatista. Partimos da hipótese de que o termo é fundamental para compreender o projeto político zapatista na medida em que, em dezembro de 1994 uma onda de ocupações de terra promovida pelas comunidades indígenas no estado de Chiapas, sul do México, torna evidente a centralidade da questão agrária na questão indígena, implícita desde o surgimento público do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em 1º de janeiro daquele ano. Nos espaços desses territórios ocupados serão estabelecidos por parte dessas comunidades indígenas os Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ), estruturas políticas locais de organização da vida social, apoiadas na idéia de *autonomia*. Nosso debate pressupõe a centralidade da *autonomia* na reinvenção das estratégias de luta dos movimentos sociais, desde uma *práxis* crítica às trajetórias da esquerda marxista, do movimento camponês e do movimento indígena no México e na América Latina. A questão é saber como essa autonomia é concebida, como funciona e quais os seus limites.

Ornelas (2005) também enfatiza dois elementos que sugerem uma relativa autonomia dos auto-governos zapatistas em relação ao Estado capitalista do México, efetivados no dia-a-dia das comunidades: o processo de criação autogestionada da vida social e a construção das condições materiais para a resistência. A autonomia do movimento passa necessariamente pela *práxis* econômica e política integrada socialmente e auto-gerida no dia-a-dia das comunidades, a base dos municípios autônomos (MAREZ), de onde são definidos representantes em caráter rotativo para os conselhos municipais, a mais alta instância local de decisão.

Estes representantes participam em alguma das ‘comissões’ ou ‘comitês’ encarregados de tarefas específicas: justiça, assuntos agrários, saúde, educação, cultura, produção, entre as mais comuns (...) É essa instância colegiada que deu vida aos Municípios Autônomos desde 1994. Paulatinamente os Conselhos Autônomos consolidaram sua presença e autoridade graças às iniciativas para melhorar a vida das comunidades e as suas práticas de ‘bom governo’, isto é, privilegiar a busca de acordos em vez do enfrentamento ou da repressão, assim como a aplicação do direito ‘consuetudinário’, que prefere a reparação do dano à sanção. (...) Nesse sentido os Conselhos Autônomos têm desempenhado um papel essencial no desenvolvimento da luta zapatista. No interior das comunidades, o projeto autônômico ganhou legitimidade graças às tarefas de saúde, educação, culturais e produtivas que permitiram melhorar as condições de vida (Ornelas, 2005: 136-7)

Alguns autores que estudam a autonomia zapatista afirmam que aquela é resignificada pelo EZLN, mas não nasce com ele. Para Borquez y Ventura (2005) considerando os artigos da lei agrária revolucionária do EZLN, não podemos ignorar de

o esforço zapatista de conquistar corações e mentes das organizações camponesas tradicionais de Chiapas em torno de suas lutas históricas por terras. Nos rumos tomados pelos zapatistas existem algumas continuidades da identidade política e dos princípios de organização indígena e camponesa das assembléias ejidais e do cooperativismo amparado na legislação federal mexicana, em torno de uma (re)apropriação política, cultural e econômica da propriedade social da terra contra o controle exercido pelos partidários do PRI.

No entender de Cal y Mayor (2009), os municípios zapatistas são frutos de um longo processo de retomada do controle dessas comunidades camponesas indígenas sobre seus territórios, exercendo uma municipalização de fato contra a existência formalista dos poderes locais, autoritários, corruptos, apáticos e insensíveis aos problemas sociais das comunidades camponesas. Como afirma Brancaloneo (2010: 2) os municípios autônomos zapatistas remetem a “experimentos evocados como herdeiros da tradição comunitária indígena e camponesa ácrata”. E implicam no

“restablecimiento, readaptación y desarrollo de formas de propiedad comunal asediadas por la vorágine de la mundialización neoliberal, de la asamblea como órgano máximo de poder comunal y la vigencia del sistema de cargos, el tequio o trabajo colectivo gratuito, la festividad como cohesión socio cultural y el territorio como espacio de relación con la naturaleza y de reproducción material y cosmogónica de los pueblos. (Lopez y Rivas, 2008: 8)

Esses processos definem um enraizamento da democracia direta e da autonomia que, segundo Ornélas, dialoga na prática e na teoria com as experiências das milícias anarquistas em Aragão e na Catalunha durante a guerra civil espanhola de 1932-1937 e do exército makhnovista na Ucrânia 1918-1920, caracterizados pela organização e liberação dos territórios auto-gestionados<sup>31</sup> (Ornelas, 2005: 150). As comparações das experiências zapatistas com outras experiências de autogoverno dos desvalidos da terra em outros tempos também estão presentes nas reflexões dos mais críticos.

Atílio Borón ressalta a necessária comparação entre a autonomia e os autogovernos zapatistas e as experiências da Comuna de Paris em 1871. Aponta que em ambos os casos o “protagonismo das classes e grupos explorados e oprimidos” nos dá a dimensão histórica aos acontecimentos, ainda que sejam consideradas as diferenças entre a rebelião indígena camponesa surgida no estado mais miserável de um país do

---

<sup>31</sup> Segundo Ornélas, o fim dessas experiências de autogestão e liberação territorial foram frutos da militarização da vida comunitária, daí ocasionada pela iminência de enfrentamento com exércitos inimigos. No caso Ucrâniano a ação contra-insurgente foi obra exército vermelho liderado por Trotsky. No caso das experiências autonômicas em Aragão e Catalunha, a militarização foi consequência direta da luta contra as forças franquistas e das dissidências internas na organização anarquista. (2005: 164)

terceiro mundo em 1994 e o levante de massas urbano (operários e pequena burguesia) de Paris, metrópole industrial situada em um dos países centrais do imperialismo do século XIX. Borón observa que Marx e Engels assistiram ao advento da Comuna como um exemplo de autogoverno dos produtores diretos, que ensinaria ao mundo “a forma política por fim descoberta para levar a cabo em seu interior a emancipação econômica do trabalho” (Marx *apud* Borón, 2003: 227).

Essa forma política é a prática e a teoria da organização daí decorrentes, que inspiraram Engels a defender que “o operariado deve criar um conjunto de novas instituições idôneas para enfrentar com êxito a tarefa de fundar um novo tipo de sociedade” (Borón, 2003: 228). Tais instituições deveriam ser capazes de aprofundar e radicalizar a democracia através de uma “genuína ‘tomada de poder’ do povo” (Ibidem), o que exige a destruição do aparelho repressivo e a total revogação dos mandatos de funcionários e políticos eleitos. Borón questiona se o zapatismo poderia estar revelando o segredo de uma nova forma política, tal como fizeram os sujeitos da comuna de Paris, e ressalta a importância de evitar os erros de tática e estratégia, para evitar o fim que tiveram os insurrectos de 1871.

Para Pablo Gonzalez Casanova a “declaração dos zapatistas em que sustentam que não lhes interessa o poder do estado não parece ter, como muitos crêem, semelhança alguma com posições aparentemente parecidas dos anarquistas” (*apud* Hilsenbeck, 2007: 173). Como argumenta Hilsenbeck, os primeiros diálogos de paz com o governo mexicano, as mesas de negociação dos acordos de San Andrés, a luta pelo reconhecimento de direitos indígenas na Constituição e a própria existência do EZLN como força beligerante em território nacional, regulada pela Lei Cocopa significam que o zapatismo não desconsidera o Estado-Nação como uma escala política válida, ao contrário do que uma leitura rápida dos comunicados da Selva Lacandona poderia sugerir.

“Los zapatistas pueden así mantener un margen autónomo de acción (aunque, siempre amenazada y negociada con el Estado) haciendo posible el autogobierno rebelde. Este marco legal ha dado al EZLN una protección especial, que ninguna otra organización y/o región indígena del país tiene. Ésta es una limitación para que cualquier otra organización indígena de México pueda poner en replica la experiencia zapatista. Por ello, la influencia de los rebeldes ha sido principalmente simbólica; referente de inspiración de luchas argumentadas en gramática autonómica; pero sin posibilidades de réplica idéntica de los mismos” (Cal y MAyor, 2009: 157)

Aliás, a Lei da Comissão de Pacificação e Concórdia (lei COCOPA) firmou os termos jurídico-legais da trégua em Chiapas, o que faz com que seja possível a existência do exército rebelde dentro do território mexicano. Esse grau de legalidade do zapatismo dentro do ordenamento jurídico do Estado mexicano é um trunfo e um grande limitador ao projeto autonômico com pretensões de se tornar hegemônico. Pois isola o EZLN de outros movimentos sociais enquanto um agente privilegiado das autonomias.

Porém, isso não deve ser confundido com uma aceitação do EZLN pela via política que se direciona ao Estado na sua prática e no seu discurso. Para o antropólogo Andrés Aubry (2008) a autonomia zapatista se diferencia das organizações e dos processos políticos indígenas como aqueles ocorridos no Equador e na Bolívia, uma vez que tais processos lutam para conseguir transformações a partir da luta pelo poder estatal que, segundo o autor, está cerceado pelo “sistema inter-estatal sistêmico global” (Aubry, 2008: 6). Sem desmerecer tais movimentos considera que o zapatismo se diferencia de tal projeto ao propôr e praticar um governo dos “de baixo” e não para o Estado, de forma a não legitimar esse sistema.

A pergunta sobre o lugar do poder nas sociedades contemporâneas perpassa as análises das experiências de auto-governo comparadas ao zapatismo, uma vez que a teoria está em busca de uma compreensão generalizável acerca das práticas políticas efetivas para uma ruptura com o capital. Nesse sentido, o ponto central da discussão continua sendo *o como* gerar o anti-estado ou o anti-poder? Como construir o poder popular? Quais são os exemplos mais importantes de organização do poder “abaixo e à esquerda” e em que dimensões da vida cotidiana se efetuam?

Tendo em vista a dependência histórica das bases sociais dos movimentos em relação às políticas públicas de assistência, saúde, educação e seguridade social, avaliaremos a seguir a sobreposição entre os processos autonômicos que culminaram no zapatismo e as formas de “regulação” estatal da vida social. Estas, por sua vez, são compreendidas desde seu surgimento não apenas como relações coercitivas abertas, mas como fruto de mobilizações anteriores voltadas à conquista de mínimos direitos sociais junto ao poder do Estado. E por isso que buscamos compreender, no capítulo seguinte, a história de longa duração da luta pela terra e da questão indígena no México, antes de adentrarmos às considerações práticas das autonomias.

## Capítulo II: A longa duração da autonomia

### 2.1 Longa duração do colonialismo: o problema indígena e a questão agrária

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin importales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos. (Declaração da Selva Lacandona, 1993-4)

Ao estudarmos o zapatismo de 1994 não podemos ignorar o marco histórico da revolução mexicana de 1910 e suas permanências. Pois os conflitos sociais que eclodiram naquele episódio são, em grande medida, decorrência da situação de extrema miséria da população rural, experiência de classe<sup>32</sup> compartilhada pela massa de habitantes do meio rural composta por membros de comunidades indígenas, posseiros, trabalhadores e parceiros das grandes propriedades rurais verdadeira herança colonial.

Nosso objetivo nesse capítulo não é fazer um resgate minucioso da história política do México até o levante zapatista de 1994. Vamos nos ater à conjuntura do México rural e indígena do estado de Chiapas, que devido à sua distância e afastamento geográfico em relação aos centros de atividade revolucionária<sup>33</sup>, percorreu uma história muito particular. Antigos latifundiários se tornam de uma hora a outra lideranças militares locais do partido de governo pós-revolucionário, dotados de grande autonomia político-administrativa, de forma a deixar a região excluída das limitadas, porém

---

<sup>32</sup> A noção de *experiência de classe* foi concebida por Thompson (1981) como uma categoria de mediação entre sujeito e estrutura social, entre *consciência social* e *ser social*, que possibilitasse a compreensão dos processos históricos a partir dos termos da classe trabalhadora. A experiência é considerada tudo aquilo que é vivido pelos sujeitos do processo histórico. A partir dessas vivências múltiplas estruturadas em torno do processo de exploração capitalista sobre o trabalho humano, os sujeitos pensam, refletem, deduzem novas práticas, fundamentando a definição de consciência de classe enquanto processo histórico contingente. A luta de classes seria então, uma disputa entre sujeitos históricos guiados e ancorados por valores, moral, ética, visões de mundo, sentimentos, etc. Ela é resultado das escolhas dos indivíduos dentro de dadas condições históricas que herdamos.

<sup>33</sup> Aqui estamos nos referindo à revolução mexicana de 1910.

socialmente relevantes, leis de reforma agrária dos governos pós-revolucionários, que segundo Lavallo (2000), exerceram um eficaz modo de inclusão e pacificação social das massas. Chiapas passaria ao largo das reformas agrárias, do liberalismo político, da cidadania restrita proporcionada pela legislação trabalhista, assegurando o domínio de caciques locais do PRI e de suas *guardias blancas* (polícias privadas) sobre as populações rurais e a continuidade da marcha de expropriação agrária capitalista e de relações de super-exploração do trabalho.

Embora façam clara alusão aos revolucionários de 1910 organizados em torno do Exército do Sul de Emiliano Zapata composto em sua maioria por camponeses, a base social dos novos zapatistas dá um novo sentido ao elemento indígena. Para compreendê-lo, não podemos deslocar o recorte étnico de uma análise das estruturas sociais no âmbito econômico, político e ideológico. Apesar de haver elementos comuns, a organização zapatista não constitui uma repetição histórica do exército popular de Zapata. Em certo sentido, os neozapatistas herdaram o legado das lutas camponesas, bem como as guerrilhas marxistas, mas transformam-nas. Em entrevista à revista *Atenção*, a figura pública mais conhecida do EZLN<sup>34</sup> aponta as raízes da organização:

O grupo urbano era pequeno, de orientação marxista-leninista, formado por gente de classe média que viu fechar suas alternativas políticas pelo monopólio do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Era uma organização clandestina que procurava crescer com trabalho político, sabendo que um dia iria aderir à luta armada. Como precisava de um lugar para se preparar militarmente, entrou em contato com indígenas de Chiapas que também haviam concluído que a via pacífica havia se esgotado. Da convergência de interesses surgiu o EZLN, em novembro de 1983 (Marcos, 1996: 41).

As palavras de Marcos são um breve esboço da autocrítica da liderança zapatista sobre as formas de conceber a luta política dos grupos que primeiramente aportaram em Chiapas nos anos 70. Tanto os guerrilheiros revolucionários de inspiração leninista<sup>35</sup>, vindos do meio urbano e universitário de classe média, como as comunidades indígenas passaram por um processo de reorganização de seus interesses e objetivos. Ou melhor, resignificaram a própria idéia de política e do fazer político.

---

<sup>34</sup> Figura mais conhecida do EZLN, Marcos se declara diretamente submetido às decisões do Comitê Clandestino Indígena Revolucionário (CCIR), que reivindica para si a legitimidade das comunidades indígenas em rebelião. Por isso é definido como subcomandante.

<sup>35</sup> Leninismo é o termo utilizado para definir o método da revolução desenvolvido por Lênin em *O Estado e a Revolução* a partir de sua interpretação do aspecto político presente na obra de Marx e Engels, fundamentalmente centrado na tomada do aparelho do Estado dirigida pelo partido de vanguarda revolucionária: "... os partidos leninistas eram essencialmente construídos como elites (vanguardas) de líderes (ou melhor, antes das revoluções serem vencidas, 'contra-elites')..." (Hobsbawm 2007: 82).

Desse modo, o nó agrário e etno-racial é central para a compreensão do peso político atribuído pelo movimento zapatista à autonomia dos municípios autônomos de Chiapas. E não por outra razão, buscamos retomar a gestação desta problemática no México, desde a colonização até a reforma agrária neoliberal dos anos 80 e 90, que aparece como gota d'água para o levante zapatista de 1994.

## **2.2 - Raça e Latifúndio: Faces do colonialismo no México**

O território da América Latina é uma das pré-condições para a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção centradas na exploração do trabalho assalariado industrial na Europa e posteriormente nos EUA, desde as grandes navegações. O sub-continente constituiu um verdadeiro laboratório de experimentos técnico-metodológicos de controle e disciplina social, voltados à organização e exploração do trabalho e dos recursos naturais. É nesse sentido que a idéia de raça é reforçada como tecnologia de divisão social do trabalho, aplicada desde os primórdios da colonização sobre significativas parcelas da população ameríndia e africana (Quijano, 2005: 232). O capitalismo colonial, hegemonizado pelo capital comercial das metrópoles européias, associou populações indígenas e afrodescendentes ao trabalho compulsório e, de fato, equiparou seres humanos à renda da terra: os próprios “produtores diretos” organizados em regimes de trabalho compulsório variados entre servidão, reciprocidade e escravidão, eram vendidos e comprados por valores-de-troca intercambiáveis pelos produtos resultados do extrativismo vegetal e mineral, da lavoura, dos engenhos e manufaturas no qual eles próprios eram empregados. O comércio de seres humanos mobilizou significativas parcelas da população mundial (principalmente européia) em torno de atividades de transporte, aprisionamento, vigilância, disciplinamento e venda dos homens coisificados por esse comércio.

Aníbal Quijano (2005) define como um traço elementar da *colonialidade do poder* o desenvolvimento e a vinculação de variados regimes de exploração e organização do trabalho ao regime de acumulação do capitalismo comercial europeu. Adotando uma perspectiva de sistema-mundo, o autor considera que o capitalismo surge em âmbito global a partir da era das grandes navegações, quando a relação de capital submete pela primeira vez em escala planetária as mais variadas formas de exploração e organização do trabalho à lógica do valor-de-troca. No México, assim como em toda a

América Latina, falar das formas de exploração do trabalho, significa revelar os mecanismos (técnicas e metodologias) que foram aplicados na organização da divisão social do trabalho: divisão e classificação de terras, raças e culturas para identificar o objeto da exploração.

Nesse sentido, faz-se necessário relacionar tal situação à história de exploração colonial do trabalho indígena iniciada com a expropriação sistemática dos meios de sobrevivência dessas populações e da imposição de diferentes regimes de exploração do trabalho. No México a *encomienda* constituiu um regime de exploração do trabalho que, embora não caracterizável como regime de propriedade de terras, subentende uma “alocação de propriedade territorial” sob o jugo de um senhor (Nunes, 1975: 15), e de fato sobrepos propriedades fundiárias exclusivas da Coroa, da Igreja e de particulares às terras indígenas. Ainda que as principais formas de propriedade comunal indígena fossem consideradas oficialmente terras inalienáveis, ao longo da colonização, *encomienderos* particulares, administradores da Coroa e clérigos da Igreja Católica oficializaram e constituíram de fato um regime de propriedade de terras, se valendo da validação e legitimação de direitos de posse privada sobre as terras indígenas junto ao Estado espanhol em nome de Deus

A partir dos debates teológicos sobre a existência das almas dentre a população indígena, debates esses posteriores aos genocídios cometidos no início da colonização espanhola, a Coroa acatara a missão de salvação pela cristianização, estabelecendo a necessidade de garantir as terras e a sobrevivência dos nativos. Definiu por lei quatro tipos de propriedade de terra indígena<sup>36</sup> e proibiu a compra e venda dessas populações como mercadorias, condicionando tais populações à *encomienda*. A administração do trabalho indígena por parte dos colonos *encomienderos* buscou estabelecer a disciplina do trabalho (cada vez mais necessária) sobre a mão-de-obra, primeiramente de forma “voluntária” e em seguida tornada compulsória, sob o regime de *cuatequil*. Além da aplicação de torturas, exílios, estupros e execuções cometidas contra o pecado e a

---

<sup>36</sup> Sobre as formas de distinção legal das terras indígenas Américo Nunes escreve: “Se o regime de *peonagem* remonta à época colonial, as autoridades espanholas tentam, ainda assim, fazer respeitar a propriedade comunal indígena. Apoiando-se nas leis espanholas, L. Mendieta y Nuñez distingue na propriedade comunal quatro categorias de terrenos que diferem quanto à sua origem e quanto à sua aplicação: o *fundo legal*, destinado à criação de lares indígenas, e mais tarde à cultura e à criação do rebanho; o *fundo legal* pertence ao *pueblo* e é inalienável; o *ejido*, terreno situado na saída da aldeia e de uso comum; propriedade do povo e de utilização coletiva, ele é legalmente inalienável; as *terras de repartimiento* pertencem às famílias que habitam os *pueblos*; cada família tem a obrigação de utilizá-las regularmente, sob pena de ver seu lote cedido a outra família que o solicite; os próprios, parcelas dos *calpulli*, que são cultivados coletivamente pelos habitantes do distrito ao qual pertencem, e destinados a cobrir certas despesas públicas” (Nunes, 1975: 16).

indisciplina para o trabalho das populações indígenas, os colonizadores impuseram sob as franjas do direito o sistema de servidão e escravidão por dívidas das *tiendas de raya*, condicionando as possibilidades de sobrevivência das comunidades nativas à compra de produtos básicos monopolizados pelos próprios *encomienderos* (Nunes, 1975: 17), garantindo a exploração de geração em geração, através da herança de dívidas por parte dos descendentes.

À parte da posição da Igreja na pacificação das relações entre os conquistadores e as populações indígenas<sup>37</sup>, o papel das diferentes ordens católicas no disciplinamento de corpos e mentes e na apropriação da mão de obra indígena também se firmou como verdadeira tecnologia de exploração do trabalho e, de forma mais eficiente, converteu a Igreja na maior possuidora de terras, beneficiada pelo produto do trabalho indígena catequizado e pacificado.

Tendo em vista este pano de fundo observamos um processo monumental e pioneiro de expropriação de terras, fundamental na sustentação do capital comercial europeu e do sistema colonial, uma vez que avança sobre o território de populações indígenas e concentra o poder nas mãos de uma aristocracia agrária *criolla*, gestada nessa empreitada. É por esse motivo que a primeira guerra de independência contra a Espanha no início do século XIX pode ser compreendida nos termos de uma luta de ódio dos explorados da terra contra a aristocracia rural local, uma luta de classes entre produtores diretos e os senhores proprietários de terra:

---

<sup>37</sup> Alguns historiadores reforçam que o frei Bartholomeu de Las Casas, hábil político, soube dialogar com a Coroa espanhola pela salvação das almas indígenas, considerados seres humanos. Apresentou ao rei Felipe II as vantagens da inclusão da população indígena no mundo europeu, como uma forma de aumentar a quantidade de impostos e de acessar as fontes de metal precioso no México. Ao mesmo tempo, buscou acentuar a importância da catequização e do aprendizado das línguas pelas duas partes para possibilitar o entendimento entre os dois mundos, em detrimento da repressão, tortura e dos castigos civilizadores implementados pelos soldados junto ao clero. Outros membros do clero, como Diego Duran e Francisco Bernardino Sahagun, buscaram compreender o mundo indígena e traduzi-lo aos espanhóis amparados pelo precedente aberto por Las Casas, a ponto de defenderem os nativos abertamente, considerando-os seguidores mais fiéis do cristianismo e do verdadeiro Deus que os próprios europeus. Também se argumenta que a adesão de comunidades indígenas ao catolicismo continha um caráter político, constituindo uma estratégia de sobrevivência e permanência dos vencidos. A indisciplina dos indígenas ao trabalho nas minas e nos campos é notável na colonização espanhola. Mesmo diante da oferta salarial, não se dispunham a trabalhar para os *encomienderos*. Com a intensificação da expropriação de terras, da utilização de mecanismos de vigilância sobre a disciplina do trabalho e da escravidão por dívidas, os indígenas foram conduzidos ao trabalho forçado. Mesmo assim alguns povos indígenas atrapalharam o processo extrativista e produtivo, no que caracteriza uma forma de sabotagem. Os mecanismos de controle do trabalho foram apurados com o tempo e se articularam de fato às estratégias de sobrevivência dos indígenas. Nesse sentido, a Igreja exerceu um papel central e ambíguo no controle e educação para o trabalho dos indígenas e na mediação do ímpeto genocida dos conquistadores espanhóis sobre tais populações. Tais argumentos estão presentes no texto de Bruit (1992).

Não é a rebelião da aristocracia local contra a metrópole, mas a do povo contra a aristocracia local. Isso explica por que os revolucionários emprestaram maior importância a certas reformas do que à própria independência: Hidalgo decreta a abolição da escravatura; Morelos, a repartição das terras. A guerra de Independência foi uma guerra de classes: compreendermos mal o seu caráter se esquecermos que, contrariamente ao que se passou na América do Sul, nossa Independência foi uma revolução agrária em gestação (Otávio Paz *apud* Nunes, *op. cit.*, p. 17)

Em 1810 ocorre de fato uma revolução social contra os espanhóis, que acaba derrotada justamente pela forte imbricação dos interesses de alguns setores da aristocracia latifundiária, da Coroa e da Igreja, favoráveis à independência, mas contrários ao conteúdo das reformas sociais propostas por Hidalgo e Morelos. (Nunes, 1975: 21). No entanto, uma reviravolta determina a necessidade dessa mesma elite conservadora lutar pela independência: A tomada do poder pelos liberais iluministas na Espanha põe em jogo a estrutura do poder nas colônias americanas. Assim, o alto clero, a burocracia, os militares e os grandes proprietários *criollos* levantam novamente as bandeiras da independência mexicana com o apoio da Inglaterra. Tornam-se independentes em 1822 para assegurar a permanência da estrutura social colonial no novo país.

É fundamental lembrar que o México atravessará, a partir da proclamação de independência, um turbulento período de levantes militares, rebeliões indígenas, conflitos externos com os EUA e guerras internas entre liberais e conservadores. A constituição do monopólio dos meios de exercício da coerção física e logo do poder político centralizado, que segundo Max Weber define o Estado moderno, é na prática um processo de lutas sociais encarniçadas entre classes e frações de classe, sempre relacionadas ao regime de produção dominante.

A nacionalização dos bens da Igreja Católica e a reforma agrária defendidas pelos liberais desde a Constituição de 1824 vão encontrar respaldo em uma crescente, mas incipiente, classe média urbana, composta pela burocracia pública e pelos profissionais liberais. Não por outro motivo que, diante das primeiras propostas de confisco dos bens do clero, abolição dos privilégios e expropriação dos bens do exército nos idos de 1830 – a fim de centralizar as fontes de um duplo poder em relação ao Estado – a reação conservadora organizada pela Igreja e pelo alto escalão militar culmina num golpe e na ditadura do general Antonio Lopez Santa Anna de 1833 até 1854<sup>38</sup>. Esta só seria derrubada com a revolução da Ayutla e a conquista do poder pelos

---

<sup>38</sup> Em 1848, durante a ditadura de Lopez Santa Anna no México, os Estados Unidos oficializam sua expansão territorial sobre 40 % do território mexicano à época, que hoje abrange os atuais estados da

liberais, quando novamente serão propostas reformas com vistas à secularização do Estado (Nunes, 1975: 23).

Em 1856 é aprovada a lei Lerdo, que assegurava a expropriação das propriedades de antigas corporações e do clero, no campo e nas cidades, verdadeiras reminiscências patrimonialistas do antigo regime que se convertem em bens de “*mano muerta*” passíveis de usufruto ou compra por parte de proprietários privados que pudessem pagar ao Estado. O objetivo era estimular a criação da média e pequena propriedade privada no campo e inserir essas propriedades no circuito econômico, a fim de que através de impostos cobrados sobre a produção e a circulação, o Estado saísse de sua crise financeira. No campo, o resultado atingido foi o contrário, uma vez que em detrimento dos pequenos agricultores, arrendatários e meeiros (adjudicatários), o direito de posse dessas enormes extensões de terra acabou transferido aos *denunciadores*, normalmente grandes proprietários dotados de recursos econômicos, influência e informações privilegiadas para efetivação da denúncia junto ao Estado (Nunes, 1975: 25).

As despesas com a adjudicação cabem ao adjudicatário. Assim, o comprador é obrigado a pagar impostos, que em muitos casos, são superiores à soma paga anteriormente com o aluguel, e a refazer a escritura para se tornar proprietário. As denúncias, ao contrário, - além de darem direito a 1/8 do preço da fazenda - tiveram no decorrer das adjudicações uma supremacia esmagadora. Os bens de *mano muerta* em lugar de passarem aos seus respectivos arrendatários, transformaram-se, em sua maior parte, em propriedade de denunciadores (Nunes, 1975: 25)

A reforma agrária liberal também suscitou uma marcha de apropriação privada sobre as terras indígenas, cujas populações nem mesmo sabiam da necessidade de reconhecimento de suas terras junto ao Estado. Muitas das terras *ejidales* indígenas estavam estabelecidas sob um duplo estatuto: muitos dos *ejidos* e *pueblos* eram significativas fatias das propriedades rurais da Igreja e a expropriação dos bens do clero submeteu os habitantes indígenas ao mercado de trabalho, enquanto mão-de-obra livre assalariável. O resultado foi a criação de uma massa ainda maior de indígenas *labriegos* (sem-terra), protagonistas de rebeliões no campo, que acabaram por forçar o governo a

---

Califórnia, Nevada, Utah, Novo México, Arizona, Colorado e Texas segundo Alimonda, (1995). A política estadunidense de colonização a oeste das treze colônias foi parte de uma marcha de deslocamento populacional vital para contornar a pressão fundiária de pequenos proprietários sobre a elite que encabeçou a guerra de independência e os primeiros governos dos EUA. A marcha para o oeste não apenas tomou os territórios mexicanos como também serviu para garantir a expropriação estadunidense de vastas zonas de subsistência dos povos indígenas habitantes daquela área. A oficialização desses domínios atravessou a fase mais violenta durante 1865-1890 quando, após a guerra de secessão, os EUA utilizaram a cavalaria regular e os bandos armados sulistas na colonização e pacificação dos antigos territórios mexicanos e indígenas. É notável o ímpeto do movimento imperialista dos EUA desde o início do século XIX. Sobre isso, cf. Brown (2003).

reconhecer as terras comunais como propriedade privada de seus possuidores (Nunes, 1975: 26). Contrariados pela maleabilidade do governo liberal, os grandes proprietários rurais logo apoiariam o estabelecimento de um novo governo mais favorável à expansão da grande propriedade no campo.

Vale lembrar que o impacto das relações sociais capitalistas no campo tornou novos e antigos pequenos proprietários camponeses (indígenas e mestiços) presas fáceis frente aos grandes proprietários de terra, não só porque eram incapazes de produzir, escoar e competir com os latifundiários mas porque, como em sua maioria não sabiam se comportar diante do mercado liberal, se desfizeram de suas propriedades privadas por presos irrisórios e tornaram-se dependentes do emprego nas grandes fazendas ou sujeitos ao êxodo urbano.

À parte do complexo sistema de relações internacionais inter-imperialistas e suas repercussões sobre os conflitos internos do México ao longo do século XIX<sup>39</sup>, o legado do regime colonial de exploração do trabalho é fundamental para compreender o enorme poder concentrado nas mãos dos latifundiários mexicanos e a continuidade da questão agrária e indígena como contradição não resolvida, apesar da maior complexificação e estratificação social que ocorreria no México desde as reformas liberais. Na análise de Nunes (1975), a década de 1870 consolida o surgimento de uma nova classe média alta urbana, de onde surgiria o “núcleo industrial da classe dirigente” no Norte e no Leste. Primeiramente atrelada aos serviços de infra-estrutura industrial, este núcleo conformaria uma burguesia nacional que, junto a certos setores das classes médias urbanas e da incipiente burguesia agrária, resgataria a plataforma das reformas liberais no campo e na cidade dando corpo ao movimento madeirista, de cunho liberal e nacionalista. Mais tarde esse movimento se oporia ao regime de Diaz.

A conformação, desde as primeiras leis de reforma do campo, de um exército industrial de reserva cada vez maior possibilitara o surgimento da força de trabalho

---

<sup>39</sup> Em oposição às reformas liberais o Clero se organiza juntos aos setores mais conservadores do exército e dos grandes proprietários de terra e trava a Guerra da Reforma de 1858 a 1860 contra o governo de Benito Juarez, que consegue auxílio dos federados nortistas dos EUA. A dívida contraída durante a guerra interna faz com que Juarez suspenda o pagamento das dívidas do Estado com seus credores europeus. Em contrapartida, Inglaterra, França e Espanha, rivais dos nortistas, buscam estabelecer no México uma base de operações para apoiar os sulistas, base de exportação de algodão para as ilhas britânicas e sua indústria têxtil. Instalam no governo do México a corte de Maximiliano Habsburgo, filho do Imperador da Áustria, com quem Luís Bonaparte estabelecera uma aliança. Tal base de operações é impossibilitada pela resistência armada liderada pelos liberais partidários de Benito Juarez e pelos nortistas dos EUA. Em 1867 o exército de Maximiliano é derrotado, o imperador é fuzilado e é restabelecida a república no país, que vai durar até o levante militar liderado por Porfírio Diaz em 1876. Este, por sua vez, instala uma ditadura que perdura até a revolução mexicana de 1910.

necessária ao enriquecimento abrupto das elites financeiras e dos grandes proprietários de terra do país, cada vez mais atrelados ao capital estrangeiro. Daí decorre o surto de industrialização, com a instalação de companhias de exploração de minérios e petróleo, graças aos financiamentos conseguidos junto aos credores estrangeiros, seguida da atração das empresas têxteis, de geração e produção de energia elétrica, de ferrovias, serviços urbanos e lojas de departamento (Alimonda, 1995: 4). Em torno desses setores econômicos se constitui a classe operária nas cidades, recém-expropriada do campo e que, em menor escala que os camponeses, vai se constituir como importante ator social da revolução mexicana, organizados em torno da Casa del Obrero Mundial

No campo, a estrutura de classes permanece intocada em muitos aspectos até a revolução mexicana de 1910, uma vez que se acentua o avanço da grande propriedade sobre as terras de camponeses e comunidades indígenas. A consequência direta disso é a manutenção da coação e da submissão de uma crescente população expropriada e sem-terra ao regime de *trabalho compulsório estabelecido por endividamento* nas grandes propriedades agrícolas ou mineiras, que conforma a *peonagem*.

Porfírio Diaz, general do exército mexicano, encabeça um golpe militar em 1876 e derruba o governo de Sebastián Lerdo de Tejada. É notável que em 31 de maio de 1875 o governo civil aprovava a lei geral sobre a colonização como parte de um plano de ocupação branca do campo e em 1883, durante a ditadura porfirista, o governo amplia essa lei. No que diz respeito ao campo o porfirismo reforça as políticas pró-imigração européia, os mecanismos legais de colonização branca do campo e cria uma numerosa polícia federal rural diretamente controlada pelos grandes fazendeiros e senhores de terra (denominados *caciques* locais), voltada à imposição da paz no campo (Nunes, 1975: 30).

Não apenas os imigrantes europeus puderam se estabelecer em melhores condições que os indígenas no campo, acentuando o traço racista da divisão social do trabalho e da propriedade no país. Também grandes empresas desbravadoras (*compañias deslindadoras*) se constituíram durante o período porfirista para abrir as fronteiras agrícolas e oferecê-las aos imigrantes, à burguesia rural, aos especuladores e latifundiários. De fato essas empresas concentraram uma enorme quantidade de terras e chegaram a possuir 1/3 do total de terras desbravadas no México: através de práticas comuns de livre mercado “açambarcavam terras cujos possuidores – índios em sua maioria – são incapazes de apresentar títulos de propriedade em devida forma” (Nunes, 1975:30). Até 1889 seus principais financistas eram proprietários de 27.500.000

hectares de terras, ou seja, detinham controle de 13 a 14 % do território mexicano. Arrendavam, especulavam ou vendiam aos colonos imigrantes e latifundiários tradicionais. Em aliança com esses últimos organizaram a expulsão de pequenos proprietários (Nunes, 1975: 32) em um novo ciclo de expropriação agrária e mercantilização do campo.

Segundo o recenseamento de 1910 cerca de 3 % das terras rurais eram posses dos *pueblos* e pequenos proprietários e 97 % das terras eram grandes propriedades (Nunes, 1975: 33) pertencentes aos velhos latifundiários, às empresas colonizadoras e a uma nova classe de capitalistas do campo. Ao mesmo tempo, a agricultura se encontrava estagnada e o país importava a maior parte dos cereais necessários ao abastecimento (Alimonda, 1995: 4) das populações urbanas em crescimento. Por ora é o suficiente enfatizar que o saldo da modernização porfirista resultou no aumento da concentração de terras e de rendas extraídas da massa rural, que viu suas poucas garantias de subsistência escaparem por entre os dedos. É essa a base social formada por camponeses recém-expropriados, pequenos proprietários, comunidades indígenas, trabalhadores rurais em geral que vai se somar em armas às fileiras do exército do Sul, de Emiliano Zapata, e do exército do Norte, de Pancho Villa, na luta contra o porfirismo.

### **2.3 - Revolução mexicana: pacto social e institucionalização das forças sociais**

Os vários sentidos atribuídos à revolução mexicana são sintomas da disputa política pelo seu legado e da importância daquele momento para a construção do Estado no México. A maquinaria institucional do PRI (Partido Revolucionário Institucional), limita os olhos do observador a considerações sobre o projeto político vencedor, em detrimento das múltiplas forças sociais do campo e da cidade envolvidas na disputa pelo poder, não só durante a revolução propriamente dita, dentre 1910-1917, mas também nas décadas seguintes. De fato, o surgimento desse partido de Estado, ou estado de Partido, que monopoliza as eleições presidenciais do país desde seu surgimento como PNR em 1928 até sua derrota nas eleições de 2000, é manifestação do grau de fracionamento e antagonismo social do país no período pós-revolucionário, que dificultava o exercício do poder político pelos governos federais. Constitui, segundo

Adrian Lavallo (2000), um esforço político dos presidentes pós-revolucionários em legitimar o Estado surgido da Constituição de 1917 e desarmar as forças sociais conflitantes, institucionalizando a arena política como espaço de resolução das contradições de forma não-violenta.

Os *maderistas* (partidários de Francisco Madero, opositor do regime de Porfírio Díaz) defendiam o direito a disputar as eleições contra Porfírio Díaz em 1910 e conformariam um bloco heterogêneo, unido apenas pela crescente oposição à ditadura *porfirista* (Nunes, 1975, 29) e seu regime baseado na oligarquia fundiária – cada vez mais voltada à expropriação e à especulação agrária em função do capital financeiro – e nos burocratas civis e militares, instalados no alto escalão do poder Estado<sup>40</sup>, nas empresas de desbravamento e loteamento do território, nas grandes mineradoras e petrolíferas das potências imperialistas e na nova burguesia agrária exploradora da mão-de-obra barata no meio rural.

De forma sintética, a revolução mexicana decorre de um processo histórico de radicalização das lutas dos camponeses, dos trabalhadores sindicalizados e da oposição liberal da pequena burguesia e da burguesia industrial nacionalista contra a repressão e o autoritarismo do regime porfirista, sob significativa influência do imperialismo inglês e alemão no país. Observado o peso dos EUA na história do México e apesar do importante apoio das companhias petrolíferas estadunidenses e do próprio governo dos EUA ao candidato Francisco Madero, em contraposição aos privilégios concedidos pelo porfirismo às companhias inglesas de exploração do petróleo, não podemos considerar a revolução mexicana como uma decorrência provocada exclusiva e automaticamente pelas disputas imperialistas em torno do México. Mas não se pode ignorar o papel pontual das companhias inglesas e estadunidenses (e do governo dos EUA) no fortalecimento deste ou daquele grupo durante a revolução mexicana.

As eleições para o Congresso e para a presidência ocorriam com regularidade, mas o porfirismo garantia a inexistência de qualquer oposição eleitoral através da repressão, da cooptação personalista e dos currais eleitorais localizados nos rincões

---

<sup>40</sup> Vale lembrar que a ditadura de Porfírio Díaz impulsiona a criação de indústrias no país, atraindo empresários e financistas da Europa e dos EUA, ao oferecer generosas concessões de exploração dos recursos naturais como terras, minas e no fim do século XIX, o petróleo. Entre 1830 e 1833, na primeira tentativa de industrialização, apenas o setor têxtil fora capaz de progredir. Durante a Reforma, desde finais de 1850, houve um aumento progressivo de mecanização das mineradoras e da indústria têxtil. Caracterizando uma situação de dependência, o capital estrangeiro financiou a infra-estrutura industrial do país, constituindo ferrovias, portos e companhias de interesse público, o que possibilita, por um lado, a entrada de mercadorias e manufaturados estrangeiros no mercado consumidor interno e, por outro, torna possível a exportação produtos primários. (Nunes, 1975: 32)

rurais, tão característicos dos primeiros regimes republicanos latino-americanos. Diante disso, em 1908 o engenheiro agrônomo Francisco Madero publica panfleto em defesa de eleições abertas no país, angariando apoios em diferentes setores da sociedade ao apresentar um programa de reformas políticas: reforma eleitoral, defesa das liberdades civis, melhoria das condições de vida dos camponeses e indígenas e unidade latino-americana (Alimonda, 1995:4).

Madero era filho de uma família de industriais do Norte, possuidora de minas, terras e de uma fundição em Monterrey. É nessa região que vai surgir uma importante classe de grandes proprietários de terras, produtores de cereais e gado, voltados às grandes cidades da região e aos EUA, além de uma classe de capitalistas proprietários de minas e plantações de algodão. Possibilitados pelos rendimentos dessas atividades alguns proprietários decidem investir nas indústrias locais voltadas ao mercado interno e interessadas no aumento da independência econômica do país em relação ao capital financeiro estrangeiro que, em aliança com os latifúndios, acumulava capital com atividades de especulação e arrendamento.

Vale lembrar, no entanto, que uma significativa base operária de influência internacionalista, anarquista e comunista reunida em torno do programa do Partido Liberal dos irmãos Flores Magón, é protagonista de importantes greves operárias nas empresas mineradoras, ferroviárias e têxteis ao longo dos primeiros anos do século XX. Conquistam importantes leis regionais de regulamentação das jornadas de trabalho e nivelção de salários entre trabalhadores americanos e mexicanos com greves significativas, mas são contidos em suas pautas mais radicais pela repressão aberta da ditadura porfirista. Tais correntes organizam guerrilhas operárias que não apoiaram as reivindicações maderistas por entender que, mais que uma revolução política, era necessária uma revolução social que socializasse os meios de produção expropriando das classes proprietárias.

De qualquer forma, havia um contexto de convulsão social no país que conferia força ao movimento maderista como aglutinador da oposição contra a ditadura de Porfírio Díaz. Este seria novamente eleito de forma fraudulenta nas eleições presidenciais de junho de 1910 e o opositor Madero ficaria preso pelo regime porfirista até outubro daquele ano. Madero sai da cadeia e a partir do exílio nos EUA denuncia a farsa eleitoral e conclama a população à luta armada contra o regime porfirista, apresentando o *Plan de San Luís de Potosí*, dotado de importante plataforma agrarista,

com vistas a angariar apoios dos camponeses e outros setores descontentes com o sistema de concentração de terras mantido no meio rural:

Graças À lei sobre as terras incultas, numerosos pequenos proprietários, índios em sua maioria, foram despojados de seus terrenos com a aquiescência da 'Secretaria de Fomento', ou por meio de punições dos Tribunais da República. É mais que justo que restituir aos antigos proprietários as terras das quais eles foram arbitrariamente despojados. Determina-se a revisão de tais disposições ou decisões, impondo-se àqueles, ou a seus herdeiros, que as adquiram de maneira tão imoral, a restituição a seus antigos proprietários, aos quais pagarão também uma indenização pelos prejuízos sofridos. Somente no caso de essas terras terem passado às mãos de terceiros, os antigos proprietários receberão uma indenização daqueles a quem as espoliações beneficiaram. (*Plan de San Luís de Potosi* in Nunes, 1975: 69)

Os maderistas consideravam essencial conquistar o apoio do campesinato. No estado de Morelos, formado pelos campos ao sul das montanhas da cidade do México, comunidades indígenas camponesas que “viviam em pequenos povoados (*pueblos*), elegendo suas próprias autoridades, explorando a terra coletivamente e comercializando seus produtos com a capital estadual, Cuernavaca, e com a própria capital federal” (Alimonda, 1995: 7), enfrentavam a concorrência comercial e territorial de grandes engenhos de cana, instalados a partir do início do regime porfirista e cada vez mais agressivos na ocupação das terras tradicionais dos *pueblos*. No início de 1910 o presidente do conselho comunal de San Miguel Anenecuilco, Emiliano Zapata, apela às vias legais federais e estaduais, apresentando títulos de propriedade da época colonial, contra o processo de expropriação das terras e tenta negociar com os proprietários e administradores da fazenda Cohauixtla. Diante das portas fechadas do Estado e do Capital, Zapata se decide por liderar a população do *pueblo* na retomada de suas terras. Sob influência desse foco de rebelião algumas comunidades vizinhas de Morelos fazem o mesmo. E quando as guardas rurais porfiristas tentam reprimir os rebeldes em maio de 1911, são derrotados por 4 mil camponeses armados.

Outros caudilhos como Pancho Villa e Pascual Orozco aderem à causa de Madero liderando em Chihuahua e Ciudad Guerrero verdadeiras guerrilhas populares compostas pelo proletariado das minas, das fazendas de criação e das empresas de transporte das pequenas cidades contra as tropas federais porfiristas. No mesmo período a família Madero investe na compra de armas e munições dos EUA e reorganiza um significativo setor das forças armadas, que tomam Ciudad Juarez, na fronteira com os EUA em 1911. A partir daí abrem negociação com Porfírio Diaz e seu vice-presidente. Ambos se demitem e o governo federal é assumido provisoriamente pelo porfirista Francisco de La Barra, que em acordo com Madero, compõe um gabinete ministerial conservador. Tal gabinete colocará em prática políticas de contenção, cooptação,

desmobilização e repressão dos sindicalistas, peões e camponeses que compunham as fileiras das forças revolucionárias.

As discordâncias entre as forças mais radicalizadas da revolução mexicana e os maderistas irão se expressar com mais força.. De fato, o governo de Madero constituído a partir de 1911 conservara intacta a estrutura de poder da burocracia do Estado para o alto escalão porfirista. Setores do exército funcionam autonomamente em relação ao presidente Madero e passam a atacar os exércitos rebeldes de Villa e Zapata. O primeiro busca rearticular as forças populares no norte, traçando alianças estratégicas com os militares maderistas, os EUA e alguns grandes proprietários, dentre eles Venustiano Carranza, com quem entra em choque de forma cada vez mais acentuada. Zapata faz uma retirada estratégica para as montanhas e reinicia a guerra de guerrilhas contra o governo federal. Nessa época publica o *Plan d' Ayala*, importante programa de reforma agrária, crítico à grande propriedade privada em defesa da propriedade comunal indígena tradicional:

(...) 6°. Como parte adicional do plano que invocamos (plan de san Luis de Potosí), fazemos saber: que os terrenos, montes e águas usurpados pelos *hacendados*, *científicos* ou *caciques* à sombra da justiça venal, serão recuperados desde então pelos *pueblos* ou cidadãos que disponham de títulos correspondentes a estas propriedades de que foram privados pela má fé de nossos opressores, e eles conservarão a qualquer preço, de armas em punho, as possessões mencionadas; quanto aos usurpadores que julgarão ter direitos sobre elas, poderão recorrer aos tribunais especiais que serão instaurados após o triunfo da Revolução. (...)

(...) 7°. Como a maioria dos *pueblos* e dos cidadãos mexicanos só são donos do chão que tem sob seus pés, sofrendo horrores da miséria sem poder melhorar no que quer que seja a sua situação social, e como não se podem consagrar à Indústria ou à Agricultura, pois as terras, montes e águas são monopolizados por poucos, expropriar-se-á, mediante uma indenização prévia, um terço destes monopólios a seus poderosos proprietários, a fim de que os *pueblos* e cidadãos do México obtenham *ejidos*, colônias, *fundos legales* para os *pueblos* ou terrenos de sementeira ou de trabalho e melhorar sob todos os pontos de vista o nível de vida dos mexicanos. (...)

(...) 8°. Os *hacendados*, *científicos* e *caciques* que se oponham direta ou indiretamente ao presente plano verão seus bens nacionalizados, sendo que dois terços deles se destinarão a indenizações de guerra, a pensões de viúvas e órfãos das vítimas que tombaram na luta em favor deste plano (...)

(Plan D' Ayala, 25 de novembro de 1911 *apud* Nunes, 1975: 117-8)

Madero vê seu programa de reformas sociais ser esvaziado pelas mãos do aparelho de Estado conservador e passa a somar antagonistas tanto entre as forças populares como entre as elites que viam com maus olhos a instabilidade política do México. Em 1913 sofre o golpe do general Victoriano Huerta e é fuzilado. A partir daí tem início uma guerra civil generalizada entre as forças sociais do país: facções do exército divididas entre constitucionalistas e porfiristas-huertistas, brigadas armadas de sindicatos, forças de autodefesa camponesas e grupos armados organizados pelos

grandes proprietários de terra, com atuação regional. Ao final do conflito em 1917, seriam contabilizados mais de dois milhões de mortos<sup>41</sup> e, deve-se lembrar, a situação de tensão política perduraria por toda a década de 1920 e 30, até a eleição de Lázaro Cárdenas em 1934.

## **2.4 - Constituição de 1917, Estado pós-revolucionário e institucionalização da política**

Consideramos necessário frisar a sucessão dos seguintes acontecimentos para compreender a correlação de forças sociais que de, certa forma, definirá os rumos da revolução mexicana e do Estado pós-revolucionário, mantendo a centralidade do problema agrário no país: fundação em 1912 da Casa del Obrero Mundial, central sindical de cunho jacobino, nacionalista e anti-clerical opositora ao sindicalismo independente e do internacionalismo revolucionário do Partido Liberal de Ricardo Flores Magón; queda de Madero em 1913 e ascensão do conservador Huerta; derrota dos golpistas e de Huerta por parte do exército constitucionalista encabeçado por Venustiano Carranza em 1914; racha entre as bases constitucionalistas e crescente oposição entre as lideranças populares (Pancho Villa e Emiliano Zapata) e o governo de Carranza; organização da Convenção de Aguascalientes em 1914 contra o poder de Carranza por iniciativa dos generais constitucionalistas radicais (Álvaro Obregón e Elias Calles); conflitos entre as forças de Pancho Villa e Zapata; fracionamento do país em 1915 entre as forças de Pancho Villa, ao norte, convencionistas de Zapata no estado de Morelos no centro sul e constitucionalistas de Carranza no resto do país; publicação da lei agrária de 1915 por parte da Convenção, instalada em Morelos contando com apoio massivo da base zapatista; formação das brigadas vermelhas, grupos armados de sindicalistas da Casa del Obrero Mundial, fortemente influenciados pelo general Álvaro Obregón e adversários de Carranza; aumento das greves operárias contra o governo Carranza; e finalmente promulgação da nova Constituição em 1917, quando Carranza cede às pressões dos sindicalistas, trabalhadores e camponeses, bases sociais das forças armadas populares de Villa e Zapata e firma a primeira constituição social do mundo.

Tais acontecimentos demonstram o acirrado grau de antagonismo entre as forças sociais do país e a busca desesperada pela conquista da legitimidade por parte dos

---

<sup>41</sup> Para se ter uma idéia do significado desse expressivo número de mortos durante a revolução mexicana, a cataclísmica primeira guerra mundial entre 1914 e 1918 contabilizaria cerca de 9 milhões de mortos.

governantes. Venustiano Carranza é o presidente constitucionalista que, apoiado pelos EUA, pela burguesia industrial, pelos profissionais liberais e pelos grandes capitalistas do campo e da cidade, entra em choque contra os exércitos camponeses de Villa e Zapata. Primeiramente busca angariar apoio dos camponeses contra Pancho Villa e seu exército de “bandidos, peões, empregados como assalariados em estradas de ferro, peões refugiados, condutores de mulas, vendedores ambulantes, contrabandistas, ladrões de gado”, aprovando a Lei de Reforma Agrária em 1915, sem grande sucesso. Ao mesmo tempo, busca costurar uma aliança com os sindicalistas da *Casa del Obrero Mundial* e o consegue graças aos constitucionalistas radicais que detêm maior trânsito entre os trabalhadores: Álvaro Obregón e Plutarco Elias Calles. Até 1916 Carranza se servirá das brigadas de sindicalistas nas fileiras do exército constitucionalista, opondo proletariado industrial aos exércitos populares de Villa e Zapata em nome da continuidade da revolução, contra o clericalismo e o separatismo pró-imperialista, do que eram acusados os líderes populares.

Contava contra Carranza sua pouca inserção junto às classes populares, advindas da sua condição social de grande proprietário e de sua ideologia liberal elitista. De fato, quando dos debates para a elaboração da Carta de 1917,

os ‘radicais’ (Obregon, P. Elias Calles, Dr. Atl, Francisco G. Mugica, entre outros) fazem aprovar contra o liberal-conservador Carranza, projetos de reformas sociais que estão na base dos artigos 27 e 123 da Constituição de 1917. O artigo 123 estipula uma legislação do trabalho excessivamente ‘progressista’ que ganhará toda a sua dimensão durante o governo de Lázaro Cárdenas. A Constituição reaproxima de novo o movimento trabalhista (salvo os operários da IWW) e o governo constitucionalista (Nunes, 1975: 100)

É esse respaldo junto aos sindicalistas que, já na década de 20, garantiria a ascensão de Obregón e Elias Callles ao poder, em oposição a Carranza e ao carranzismo. Durante seus governos consolidam uma aliança trabalhista que passa a atrelar os sindicalistas ao Estado, esmagando o sindicalismo independente e favorecendo a burguesia industrial no campo e na cidade. Mas essa institucionalização da política é uma das faces do movimento de centralização do poder do Estado durante o período revolucionário, que lançou mão da desarticulação das bases sociais dos exércitos populares e da eliminação física de suas lideranças.

Os camponeses zapatistas, isolados pelas tropas de Carranza do resto do país, haviam estabelecido os autogovernos de suas comunidades em Morelos e parte de Oaxaca. Zapata era um crescente incômodo à estabilização política em favor do governo constitucionalista, como figura representativa de um poder paralelo efetivo dos

camponeses indígenas do centro-sul e é assassinado em 1919, a mando de Carranza. As novas lideranças zapatistas em Morelos passam a apoiar Obregón, que entra na disputa eleitoral em 1920 contra Carranza. Obregón vence as eleições. Por fim, em meio a uma greve de soldados e guerrilhas contra-revolucionárias nos campos de petróleo<sup>42</sup>, Carranza é assassinado em 1920, por obra de uma conspiração<sup>43</sup>.

Lavalle (2000) analisa a trajetória das instituições políticas do Estado no México enfatizando a capacidade de manutenção e autopreservação daquelas ao longo do século XX, amparadas no pacto social da revolução mexicana, legitimado e condensado na Carta Constitucional de 1917. Segundo o autor, o Congresso Constituinte de 1917 teria sido marcado pelo estabelecimento de um Estado social pioneiro, amparado pelo reconhecimento legal dos interesses diversos e antagônicos das forças sociais que levaram a cabo a revolução mexicana.

A figura dos direitos sociais coletivos na Constituição mexicana é considerada extraordinária pelo autor, uma vez que seu “perfil social foi consagrado pela definição do direito à terra (art. 27), dos direitos trabalhistas (art. 123), do direito à educação pública, laica e gratuita (art. 3), à saúde (art. 4) e à habitação(127)” (Lavalle, 2000: 9). Entendida como uma verdadeira Constituição social, a Carta de 1917 levaria em conta a figura do camponês como “sujeito econômico do novo projeto nacional” e não apenas como camada social residual da modernização econômica, a exemplo de países sul-americanos como o Brasil (Lavalle, 2000: 9). Isso, decerto, ajuda a explicar a relativa estabilidade política do movimento camponês e o relativo dinamismo da economia rural, entendida como suporte ao capital industrial das cidades até a década de 1970.

Lavalle considera que o Estado pós-revolucionário no México se amparou na estatização da sociedade civil e na institucionalização política de forças sociais militarizadas ao longo da guerra civil, criando um partido capaz de disputar eleições em caráter de concorrente preferencial até o ano 2000, bem como estruturas de representação e inserção corporativa de camponeses, trabalhadores, militares e posteriormente das classes médias urbanas<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> As rebeliões nos campos de petróleo são sustentadas pelas petrolíferas em oposição à cobrança de imposto sobre o petróleo extraído pelas companhias estrangeiras em solo mexicano, como previsto pela Constituição de 1917

<sup>43</sup> Carranza teria sido assassinado por interesse de Obregón, durante a fuga posterior à sua derrota militar diante das forças constitucionalistas.

<sup>44</sup> O governo do general Lázaro Cárdenas de 1934-40 foi decisivo para a criação das estruturas corporativistas de representação das forças sociais protagonistas da revolução mexicana. Cárdenas aglutinou os camponeses na CNC (Confederação Nacional dos Camponeses), os trabalhadores urbanos na CTM (Confederação dos Trabalhadores Mexicanos), os militares no PARM (Partido Autêntico da

Podemos, no entanto, dizer de forma complementar que a ascensão de Obregón ao poder, contra Carranza, consolida a vitória dos trabalhistas da central sindical herdeira da *Casa del obrero Mundial*, da classe média independente e dos efetivos do exército constitucionalista contra o carranzismo apoiado no aparelho do Estado, no Tesouro, nos oficiais e burocratas enriquecidos com a apropriação privada do erário. Uma vez eleito, Obregón busca angariar o apoio das massas camponesas no norte e no sul, aprovando leis de aplicação da reforma agrária. Pancho Villa é morto no ostracismo em 1923 e suas forças militares são dispersadas. O general zapatista Gildardo Magaña passa a compor a direção do governo Obregón. Os camponeses de Morelos reconquistam suas terras e o exército camponês de Zapata passa a compor as fileiras do exército constitucional.

Consideramos relevante iluminar a trajetória das forças sociais da revolução mexicana para compreender a adesão de indígenas camponeses ao novo zapatismo, a partir dos anos 80. O pacto social estabelecido desde o Estado social fundado na Constituição de 1917 é considerado fundamental para assegurar a preferência, a legitimidade e a adesão dos representantes das classes subalternas ao PRI, uma obra de engenharia social apurada capaz de monopolizar o ambiente político institucional do país. Podemos verificar que a primeira forma de desarmar as forças políticas do país se dá com a criação do PNR (Partido Nacional Revolucionário) durante o governo do general Plutarco Elias Calles em 1928. Em 1938 mudaria seu nome para Partido da Revolução Mexicana e em 1946 se tornaria o Partido Revolucionário Institucional (PRI).

O controle do PRI sobre a política mexicana não foi resultado apenas do recurso à força, por meio da qual o Estado exercia o controle sobre toda a sociedade civil em nome do legado da revolução. Como sugere Octavio Paz na “morfologia fantástica de um bichão papão bondoso, o *ogro filantrópico*” (Lavallo, 2000: 11), esse controle envolve outras dimensões. Amparado por instituições de inclusão social pela *via política* (ascensão social pela carreira político-partidária), a *via burocrática* (ascensão profissional por dentro do Estado) e a *via dos benefícios sociais*, o Estado mexicano se

---

Revolução Mexicana). Em meados dos anos 1940 as classes médias seriam aglutinadas em torno da Confederação Nacional de Organizações Populares (CNOP). Por fim, mas não menos importante, os empresários se reuniram em torno do Partido da Ação Nacional (PAN) em 1939, também diretamente atrelado ao Estado e dotado de grande influência junto aos planos de desenvolvimento do governo. Cada uma dessas organizações se tornou um braço do partido de governo e compôs uma eficaz estrutura de atrelamento, centralização e cooptação das forças sociais junto ao Estado e ao *status quo* político. (Lavallo, 2000: 12)

legitimou perante os interesses de múltiplos grupos sociais de forma consistente, obrigando as organizações dissidentes de esquerda a uma longa caminhada pela autonomia em relação ao Estado.

## **2.5 - O nó agrário e a questão camponesa: combustível da rebelião**

Para nossos propósitos achamos necessário lembrar que os impactos sociais surgidos pelo enxugamento da capacidade de intervenção macroeconômica estatal a partir do programa de ajustes estruturais neoliberais levado a cabo desde 1982 até o ano 2000 por três mandatos presidenciais consecutivos, resultam na corrosão dos termos de compromisso firmados entre o PRI e as camadas populares (Lavalle, 2000: 18-20) desde a revolução mexicana. Alguns elementos do novo zapatismo são parte de correntes políticas inconformadas com o funcionamento autoritário do sistema político desde os anos 60 (Casanova, 1986).

É justamente no momento de inflexão das políticas sociais, iniciado pelas crises econômicas dos anos 70 que o PRI é abalado em sua capilaridade e legitimidade junto às classes populares, suscitando um movimento de oposição política crescente no México. Trataremos agora de identificar quais eram os mecanismos dessas políticas que estabilizaram o campo ao longo dos anos e que vieram à pique de forma decisiva nos anos 70 e 80.

O núcleo do pacto social fundador do Estado mexicano até os anos 90 do século XX foi estabelecido durante a longa revolução mexicana iniciada em 1910. No que diz respeito às massas rurais o pacto social foi cristalizado no artigo 27 da Constituição de 1917: a chamada Lei do Ejido era a garantia da propriedade social da terra para usufruto de comunidades rurais e povos originários e fundamentou juridicamente a reforma agrária no país até 1992 (Bórquez e Ventura, 2005: 50). Desde as reivindicações dos camponeses zapatistas de 1910, terras, florestas e recursos hídricos foram expropriados dos grandes latifundiários pelo conjunto de revoltas agrárias e insurreições armadas no campo que caracterizam a revolução social mexicana até a conquista da Lei Agrária de 1915 e a promulgação da Constituição de 1917.

Até 1934 o governo mexicano distribuiria 10 milhões de hectares à massa de camponeses sem-terra, base social do exército do sul de Emiliano Zapata, mediante indenização de um terço do valor venal (Tanaka, 2004: 122); durante o governo

Cárdenas (1934-1940) e em meio a um contexto mais radicalizado foram distribuídos cerca de 19 milhões de hectares. Ao longo dos anos a propriedade social da terra, compreendida por *ejidos* e comunidades rurais constituiria mais que uma unidade produtiva, uma forma de organização da vida social e política no campo, uma unidade de representação de interesses políticos, muitas vezes diretamente atrelada ao controle do Estado via controle partidário do PRI sobre as lideranças locais.

O *ejido* era definido juridicamente como direito social de três formas diferentes: como um conjunto de terras, bosques e águas ligados a um núcleo de povoamento; como um núcleo de povoamento e empresa social; e como unidade produtiva agrária. Tal diferenciação na lei deu margens aos usos e interpretações das mais variadas, que conformaram no México um espaço rural heterogêneo onde minifúndios, arrendatários, posseiros conviviam com comunidades indígenas e camponesas organizadas. A importância da propriedade social da terra é representada pelo significativo território que ocupa no México, mesmo após a flexibilização do estatuto jurídico do *ejido*: 53,9 % da superfície do país segundo dados de 2004 (Bórquez e Ventura, 2005: 50).

A partir dos anos 70 a propriedade social passou a ser tratada como um entrave “reacionário” às forças modernizadoras do país. Com as possibilidades de investimentos públicos e privados seriamente limitadas pelo fim dos créditos fáceis contraídos com base no lastro dólar-ouro durante o regime econômico fundado em Bretton Woods, os governos mexicanos, a exemplo dos demais países latino-americanos, conduziram o país paulatinamente à aplicação dos receituários de abertura econômica neoliberal propostos pelo Banco Mundial.

Em 1976, o México abre os mercados nacionais às importações estrangeiras de produtos agrícolas, principalmente estadunidenses, dotados de preços muito mais competitivos possibilitados pela intensificação no uso de tecnologias bioquímicas e do maquinário agrícola do que foi denominado revolução verde; além disso o Estado suspende os subsídios estatais aos médios e pequenos produtores rurais e aos *ejidos*, e passa a financiar a automatização dos meios de produção no campo e a utilização intensiva do solo a partir do uso ampliado de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos. É bom frisar que a adesão do meio agrícola ao pacote tecnológico (maquinários, adubo químico, fertilizantes agrícolas) advindo dos países do primeiro mundo favoreceu os ganhos dos grandes proprietários de terras que modernizaram seus latifúndios, reduziram seus custos de produção, expeliram os pequenos camponeses (comunidades, pequenos proprietários) do mercado ao ofertar produtos agrícolas mais baratos,

aumentaram o contingente do exército industrial de reserva dos trabalhadores rurais e se voltaram a um novo processo de expansão de suas propriedades.

“A estabilidade política institucional mexicana tem seu maior trunfo na relação que estabeleceu com o campo. A constituição de 1917 manteve os ejidos, uma modalidade de propriedade coletiva da terra voltada especialmente para a subsistência, herança indígena-camponesa colonial que, em sua lógica de funcionamento, compatilhava algumas semelhanças com mir russo, como a principal célula de reprodução econômica no campo. Com isso, em muitas regiões do país, com especial exceção o sul México, foram criados obstáculos para o desenvolvimento das haciendas, estas sim, grandes propriedades rurais voltadas para o monocultivo de exportação. Muitas delas foram desapropriadas e colocadas à disposição dos camponeses ao longo das insurreições do período. O resultado foi que governo mexicano quase sempre teve ao seu lado, pelo menos até a década de 1980, as principais e mais poderosas organizações camponesas, em um país onde ainda hoje os camponeses constituem cerca de 30% da população”. (BRANCALEONE, 2010: 4-5)

O processo de contra-reforma agrária no México chegaria ao ponto máximo a partir de 1992, quando o governo do presidente Carlos Salinas de Gortari consegue aprovar a reforma da Lei do Ejido, artigo 27, permitindo a conversão da propriedade social da terra em propriedade privada passível de venda (Tanaka, 2004: 125). O aumento da dependência de produtos alimentícios do exterior e a mercantilização dos *ejidos* preparavam o terreno para a entrada subalterna do país no NAFTA, o acordo de livre-comércio da América do Norte (Calderón Aragón, 2006: 247). Em 1º de janeiro de 1994, data oficial de entrada do país no tratado de livre comércio, o estado de Chiapas, no extremo sul do país, seria palco do levante armado zapatista.

## 2.6 - Gestação da luta autonômica

A globalização neoliberal significou o avanço das relações sociais de propriedade privada sobre os últimos territórios de refúgio, sejam eles territórios legais, intelectuais, ambientais, trabalhistas ou qualquer outro conquistado pelas lutas sociais. (Holloway, 2003). Nesse contexto as florestas nativas, parques nacionais ou a propriedade social da terra, como o *ejido* mexicano, são afrontas ao Mercado por não serem pura e simplesmente considerados mercadorias segundo as visões de mundo de suas populações.

O indígena surge como sujeito crítico da modernidade capitalista, no sentido de uma resistência ancestral, organizada e consciente, ou ao menos latente, contra o projeto capitalista de sujeição da natureza (homens “não-civilizados”, animais, águas, ar, terras) à lei do valor-de-troca. Para Casanova (1996) a rebelião em Chiapas é motivada pelo

legado de resistência da população maia do sul do México e de toda a Mesoamérica contra a ocupação e exploração de seu território vital, somada à rebeldia de outros povos indígenas instalados na região desde tempos mais recentes (com especial ênfase aos refugiados guatemaltecos); a crise da fazenda tradicional de café nos anos 30 (associada à crise de 1929) e a dispensa dos peões de fazendas de gado nos anos 50 em Chiapas marcam o processo de expulsão e migração de grandes contingentes de mão-de-obra rural indígena para as grandes cidades<sup>45</sup>; outra parte dessas massas se deslocou para as regiões mais remotas da Selva Lacandona – onde diferentes grupos indígenas passaram a constituir uma identidade própria de resistência aos fazendeiros, pecuaristas e grileiros; vários princípios de organização indígena iniciaram-se a partir da ação pastoral católica, ligada à teologia da libertação, que passa a atuar desde os anos 60 junto às comunidades em questão e que ajudaria na formação, organização e politização de quadros indígenas militantes; por fim, o ambiente urbano repressivo do pós-1968 marcado pela memória do Massacre de Tlatelolco<sup>46</sup> demarca a chegada de pequenos grupos políticos em busca de espaço para atuação e militância em Chiapas.

Em seu importante estudo sobre origem das bases de apoio zapatistas, Saavedra (2007) considera quatro formações sociais na região da selva de Chiapas: as comunidades agrárias surgidas desde os anos 30, a comunidade cristã católica surgida pelo trabalho de cristianização voltado à organização popular principalmente desde os anos 60, a república de organizações de massa que surgiu através da organização sindical junto aos agricultores e camponeses e a formação de uniões *ejidais* desde os anos 70; comunidade armada rebelde ligada ao núcleo guerrilheiro das FLN que origina posteriormente o EZLN.

Vale lembrar que a forma de organização autônoma zapatista em nível comunitário também remete às instâncias das assembleias de gestão *ejidal* previstas na Constituição mexicana desde 1917 que, ao longo dos anos, foi sendo constantemente alterada em função da legislação nacional, voltada a manter o controle político sobre

---

<sup>45</sup> A partir dos anos 70, com a crise da industrialização por substituição de importações no México e o aumento das importações de produtos norte-americanos, esse indígenas conformariam uma massa de desempregados urbanos sem perspectiva de vida nas cidades industriais, que retornaria aos rincões cada vez mais isolados das selvas chiapanecas, atrelando-se à propriedade social da terra, assegurada na Constituição de 1917, como última salvaguarda para a própria sobrevivência. (Casanova, 1996). Não é de se admirar que a radicalização dos movimentos indígenas ocorra simultaneamente à flexibilização da propriedade social da terra.

<sup>46</sup> Massacre de Tlatelolco: episódio em que as tropas do governo federal abriram fogo contra manifestantes que protestavam contra o governo federal no centro histórico da Cidade do México no ano de 1968.

essas populações ocupantes das propriedades sociais da terra no México. Nesse sentido as novas autonomias herdaram as funções de institucionalização política dos *ejidos* enquanto instâncias de controle estatal sobre as comunidades, ao mesmo tempo em que evidenciam a auto-organização camponesa pela reapropriação social dessa institucionalidade.

A Lei de Reforma Agrária de 1971 determinou que todo o *ejido* deveria ser dotado de uma “assembléia geral, composta pelo conjunto de *ejidatários*, uma diretoria executiva e um conselho fiscal, com poderes legais para controles e balanços” (Tanaka, 2004: 123), que sob as mãos de dirigentes priistas, estabeleceu um controle político constante das cooperativas *ejidais*. É inegável o impacto que essa exigência legal teve sobre as organizações camponesas do México, não só no exercício e atrelamento das cooperativas e assembléias das comunidades ao Estado, via direção priista, mas nas consciências dos militantes das organizações camponesas.

Nas primeiras mobilizações massivas como produtores, camponeses e pequenos comerciantes de Chiapas, ainda nos anos 70, era central o protagonismo de uma “nova intelectualidade indígena de base, que escapou do poder tradicional dos anciãos e das estruturas do partido governamental” (Almeyra, 2009: 157) que cooptava líderes locais para convertê-los em correrias de transmissão. Tal intelectualidade foi fruto de um trabalho de formação de longo prazo, possibilitado pela igreja da libertação, pela chegada em massa de trabalhadores rurais excedentes das demais regiões do país para sobreviverem amparados na propriedade social da terra, do redirecionamento dos recursos e poder do clero a favor do sistema organizativo comunitário e das demandas camponesas.

Tornava-se cada vez mais difícil o controle do movimento camponês chiapaneco. Por isso que Casanova ressalta a questão agrária no processo de formação do zapatismo. O artigo 27 da Constituição Revolucionária de 1917 era um dos únicos dispositivos legais que assegurava a existência das terras indígenas comunais, os *ejidos*. Os conflitos no campo, estimulados pelo avanço das grandes propriedades rurais sobre essas terras acirraram o racismo contra populações indígenas de Chiapas, acentuando a violência dos grupos de repressão oficiais e paramilitares controlados pelos grandes latifundiários, madeireiros e empreiteiros nacionais e estrangeiros. A busca por transformações sociais a partir de atuação política por parte dos grupos indígenas e camponeses organizados foi levada à frente desde finais dos anos 70, mas caía

constantemente na rede burocrática sindical e partidária controlada pelos *caciques* do PRI<sup>47</sup>.

Com profunda descrença nessas instituições políticas, algumas das comunidades indígenas acabam por tomar a guerrilha zapatista para si em 1983, embora muitas das organizações dedicassem grandes esforços às disputas eleitorais. Em 1988 ocorre nova derrota dos movimentos camponeses, quando Cuauhltemóc Cárdenas<sup>48</sup> candidato de esquerda à presidência do México, perde as eleições para Carlos Salinas de Gortari, candidato conservador do PRI. Ao assumir a presidência em 1989, o novo presidente buscou negociar os termos para a entrada do México no NAFTA. O início deste tratado de livre-comércio, firmado com Estados Unidos e Canadá, era apenas mais um dos pontos que, junto ao projeto político de reformas levadas a cabo pelos governos do PRI ao longo de toda a década de 80, demarcaria a entrada do país na era neoliberal.

Múltiplas condições sociais levaram homens e mulheres a tomarem determinadas decisões sobre os próprios rumos. Julgar suas práticas como incoseqüentes ou utópicas é ignorar as múltiplas possibilidades que se abrem quando condições herdadas são processadas e refletidas pelos agentes sociais. Os indivíduos jogam um jogo que foi dado pela história que os precede. Nesse sentido, está dado e estruturado. Mas jogam. E jogam conforme suas vontades e possibilidades de interpretação, reflexão e valoração dessas regras aprendidas e herdadas através dos processos históricos estruturados. Como diz Thompson:

“A diferença entre ‘jogar’ um jogo e ‘ser jogado’ ilustra a diferença entre a estruturação dos acontecimentos históricos governada por regras (dentro da qual homens e mulheres continuam como sujeitos da própria história) e o estruturalismo.” (Thompson, 1981: 170)

Thompson afirma que os homens e mulheres são nós de determinações externas e internas. E é destrinchando os sentidos e percepções condensadas nos sujeitos a partir das suas experiências que podemos compreender por que as organizações de Chiapas amadurecem a idéia da rebelião zapatista (Casanova, 1996) e adotam a luta armada.

---

<sup>47</sup> O clientelismo, levado a cabo pelas práticas personalistas dos caciques filiados ao PRI, constituiu a moeda corrente das negociações entre movimentos indígenas camponeses e proprietários mediados pelo Estado que pouco favoreciam as bases das organizações priistas, mas que garantiam o regime de privilégio às lideranças.

<sup>48</sup> A candidatura Cuauhltemóc Cárdenas surge da cisão interna de grupos esquerdistas do PRI, descontentes com a imposição do *dedazo* como tradicional forma de sucessão presidencial, na qual cada presidente eleito apontava seu sucessor dentre os quadros do partido, sete meses antes das eleições. Os dissidentes formaram o Partido da Revolução Democrática (PRD).

## Capítulo III: O autogoverno zapatista e a estratégia autonômica

### 3.1 - Origens do auto-governo zapatista: da luta agrária à remunicipalização popular

Lembremos que o levante de 1º de janeiro de 1994 extrapolou as fileiras militares do EZLN, resultando um boom de ocupações de terra em Chiapas por organizações camponesas não necessariamente ligadas diretamente ao zapatismo. Uma complexa rede de organizações políticas e produtivas (econômicas) atuantes no meio rural de Chiapas apoiou ativa e passivamente o levante armado zapatista, na medida em que se apropriavam da lei agrária revolucionária publicada pelo EZLN nos primeiros dias de janeiro de 1994:

*Primero.- Esta ley tiene validez para todo el territorio mexicano y beneficia a todos los campesinos pobres y jornaleros agrícolas mexicanos sin importar su filiación política, credo religioso, sexo, raza o color.(...)*

*Segundo.- Esta ley afecta todas las propiedades agrícolas y empresas agropecuarias nacionales o extranjeras dentro del territorio mexicano.(...).*

*Tercero.- Serán objeto de afectación agraria revolucionaria todas las extensiones de tierra que excedan las 100 hectáreas en condiciones de mala calidad y de 50 hectáreas en condiciones de buena calidad. A los propietarios cuyas tierras excedan los límites arriba mencionados se les quitarán los excedentes y quedarán con el mínimo permitido por esta ley pudiendo permanecer como pequeños propietarios o sumarse al movimiento campesino de cooperativas, sociedades campesinas o tierras comunales.(...)*

*Cuarto.- No serán objeto de afectación agraria las tierras comunales, ejidales o en tenencia de cooperativas populares aunque excedan los límites mencionados en el artículo tercero de esta ley.(...)*

*Quinto.- Las tierras afectadas por esta ley agraria, serán repartidas a los campesinos sin tierra y jornaleros agrícolas, que así lo soliciten, en PROPIEDAD COLECTIVA para la formación de cooperativas, sociedades campesinas o colectivos de producción agrícola y ganadera. Las tierras afectadas deberán trabajarse en colectivo.... (Lei Agrária Revolucionária, dezembro de 1993 apud Marcos, 2007)*

Ainda que não tenha sido aplicada em todos os seus termos devido à oposição armada dos latifundiários, de suas guardas particulares, grupos paramilitares, da polícia e do exército, tais disposições apontam discursivamente e teoricamente a tomada dos meios de produção e o trabalho associado como pré-condições da autonomia indígena. Suscita elementos do discurso de esquerda latino-americano, voltado a compreender as especificidades do camponês indígena num contexto de expropriação generalizada de terras e super-exploração do trabalho. E lança os princípios de auto-organização comunitária em base territorial que prescinde da ocupação e do exercício do poder territorial.

Segundo Bórquez e Ventura (2005: 56) dados oficiais apontam que entre 1994 e 1998 foram entregues 60 mil hectares de terra advindos de 2100 ações agrárias, muitos deles depois reconhecidos formalmente pelo governo federal. Para esses autores tal reconhecimento legal pelas instituições governamentais resulta não só do reconhecimento das demandas camponesas, mas da necessidade do governo federal enfraquecer as bases sociais do EZLN, criando um verdadeiro cordão de isolamento social em torno das zonas de expansão das comunidades zapatistas: possibilidade aberta pela negação zapatista em buscar formalização das terras ocupadas pelos seus simpatizantes junto ao Estado. Mesmo assim o EZLN enfatiza a importância de seu projeto agrarista na medida em que busca se diferenciar das práticas dos agentes do Estado a partir do exercício dos auto-governos.

“... parece ser que en los territorios que llegaron a controlar los rebeldes, se aplicó esta ley y que los finqueros fueron expulsados de sus grandes propiedades y esas tierras se repartieron entre los indígenas que, cuentan, lo primero que hicieron fue *desalambarrar* los cercos que protegían las casas de los hacendados.(...) Cuentan también que ese atentado contra la propiedad privada lo hicieron cantando la rola del mismo nombre (...). Según rumores, años después los alzados crearon sus propias formas de autogobierno y formaron lo que llaman “comisiones agrarias” para vigilar el reparto de tierras y el cumplimiento de esta ley.(...) Lo que sí sabemos es que no son pocas las dificultades que han encontrado y encuentran, y que las resuelven según sus propias facultades y medios, en lugar de recurrir a asesores, especialistas e intelectuales que les digan lo que deben hacer, cómo deben hacerlo y les evalúen lo hecho y deshecho” (Marcos, *Gustar el café...*)

Nesse trecho Marcos conta a história do surgimento de comissões de divisão de terras autônomas, organizadas pelas próprias comunidades e voltadas à resolução de questões relacionadas à demarcação e distribuição de terra. Em um momento posterior são essas comissões que darão corpo às formas de organização encarregadas de executar as disposições das assembleias dos municípios autônomos zapatistas, que formam o corpo político-organizativo dos municípios autônomos zapatistas.

Em comunicado à população do município autônomo San Pedro de Michoacán em maio de 1997, o major insurgente Tacho discorre sobre a luta zapatista por um governo do povo, e ressalta que “desde hace cuatro años ya no dejamos que nos gobierne el gobierno de los ricos”. Tacho explica o funcionamento e o processo de escolha das autoridades que ocuparão de forma alternada o conselho municipal dos municípios autônomos zapatistas, onde “todos mandam obedecendo”. E aponta para a importância da dimensão cotidiana da autonomia zapatista, enquanto uma política própria de auto-organização da sua base social:

Ahora si son los pueblos en lucha que hacen y cumplen sus leyes para gobernarse, castigar a los que cometan las injusticias; ahora si conocen quién es su autoridad municipal, ya pueden decir lo que hacen bien y lo que hacen mal, lo pueden quitar y poner otro si no cumple, si no gobierna para el pueblo(...) Esto soñamos y queremos que así se gobierne a los pueblos de México; en todo el país llegará su día, como a todo un movimiento llega su día de su triunfo, cumpliendo todo su deber, si es de vivir por la patria o morir por la libertad (Major Insurgente Tacho, 1997)

Os usos e costumes das tradições indígenas e camponesas são considerados o fundamento da organização política dos municípios autônomos, herdados pelos séculos de resistência anti-colonial e pela experiência zapatista (*VI Declaración da Selva Lacandona*). Para os povos indígenas a mãe-terra representa fundamento material e simbólico de sua existência e resistência. A concepção de natureza e humanidade como um fruto uno da mãe-terra é base de uma mais recente busca dos povos originários “por poder local em defesa da terra e dos recursos naturais”. Para além da cosmovisão indígena alguns autores inserem o movimento zapatista num contexto maior de mobilização camponesa que desde meados dos anos 80 do século XX tem tomado um em cada dez municípios de até 5 mil habitantes do país, construindo uma autonomia em nível municipal e até mesmo regional (BÓRQUEZ e VENTURA, 2005: 49).

Outro autor (Cal y Mayor, 2009) parte da idéia de que as organizações indígenas camponesas de Chiapas não tem a luta pela terra como demanda principal desde os anos 80, mas sim a municipalização a partir da apropriação dos recursos materiais e simbólicos necessários ao exercício do poder. A tomada de edifícios governamentais por parte das organizações camponesas, antes reunidas em torno do Consejo Estatal de Organizaciones Indígenas y Campesinas (CEOIC), se sustentava nas demandas por autonomia e autogoverno municipal, obrigando a destituição dos corpos políticos eleitos constitucionalmente e instaurando conselhos municipais como mecanismos de exercício do poder municipal. (Cal y Mayor, 2009: 140).

Os municípios livres eram reconhecidos na constituição de 1917 e compunham parte do legado revolucionário conquistado pelos exércitos camponeses de Villa e Zapata contra o controle porfirista do poder local. O conceito de município compreende desde cidades até pequenas comunidades rurais. Nos municípios livres, uma complexa relação com as instituições da administração pública combinou durante muitos anos o auto-governo e a participação das comunidades, principalmente nas localidades de predominância indígena, localizadas no sul do país. (Navarro, 2007: 49).

Importante frisar que a tomada dos meios de poder municipal foi o objetivo militar do EZLN em 1º de janeiro de 1994, quando ocuparam sistematicamente as

*cabeceras* de governo (edifícios político-administrativos) dos municípios de Altamirano, Ocosingo, San Cristóban de Las casas, Chanal e Huixtan, Oxchuc. Seguiam um procedimento padrão em suas ações, segundo consta em jornais da época:

Primero realizaban la ocupación militar de la cabecera municipal; luego procedían a la apropiación del edificio expulsando a los trabajadores; después se daba la retención o secuestro de autoridades de alto mando; así como la destrucción, saqueo y quema del mobiliario. Finalmente, la apropiación del edificio como barricada; por último, la retirada. (Cal y mayor, 2009: 144)

Segundo o autor buscavam ocupar os espaços de exercício simbólico e material do poder econômico e político local e regional. Por esse motivo atacaram também as sedes dos comitês do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e de associações dos proprietários rurais, como ocorreu em Ocosingo. (Ibidem).

Outras organizações indígenas camponesas centradas na luta pela terra e profundamente afetadas pela reforma de Carlos Salinas de Gortari contra o artigo 27 relativo à lei de reforma agrária, viram na ocasião do levante zapatista de 1º de janeiro de 1994 uma oportunidade para aplicar uma reforma agrária pelas próprias mãos. Muitos proprietários e administradores das grandes fazendas fugiram por temerem a guerrilha e a onda pró-zapatista. Nesse contexto quase trezentas agrupações de origens político-ideológicas das mais distintas criam o Consejo Estatal de Organizaciones Indígenas y Campesinas (CEOIC), onde passam a desenhar suas demandas por autonomia, junto às novas e velhas palavras-de-ordem pelo direito coletivo à terra, ao território e ao auto-governo (Cal y Mayor, 2009: 146).

Se por um lado a guerra entre EZLN e o exército foi suspensa em 12 dias, a partir de fevereiro de 1994 as organizações da CEOIC organizaram uma marcha de milhares de indígenas em San Cristóban de Las Casas, exigindo a destituição imediata de todos os presidentes municipais do estado de Chiapas. É nesse sentido que para Cal y Mayor, a luta camponesa de Chiapas assumiu duas frentes a partir do levante zapatista: tomada dos territórios e tomada de edifícios administrativos municipais. Não só os fazendeiros haviam perdido suas terras como também haviam perdido os meios de exercício do poder político local, através do regime de representação política em nível municipal.

As elites mestiças e brancas se tornaram minorias não somente populacionais, mas também minorias políticas, diante das novas configurações do governo local em que os indígenas passaram a exercer de fato o poder local. Entre 1984 e 1995 as velhas lideranças tradicionais (caciques) e toda a rede de sociabilidade política em Chiapas

controlada pelo PRI ruiu. As fileiras do EZLN engrossaram rapidamente por parte de milhares de novos membros auto-declarados bases de apoio zapatista (BAZ). Os níveis de conflito social no estado exigiam um posicionamento político cada vez mais claro de todos os sujeitos, uma vez que ocorria

“guerra, tomada de prefeituras, destituição de presidentes municipais, nomeação de conselhos municipais, invasões de prédios e fazendas, mobilizações de forças populares e tradicionais, desocupação de praças públicas e edifícios municipais e prédios, sequestros, assassinatos de dirigentes indígenas e enfrentamentos armados entre camponeses, fazendeiros e *guardias blancas* (jagunços)”. (traduzido de Morquecho *apud* Cal y Mayor, 2009: 149)

O EZLN se diversificou, incorporando em suas fileiras uma militância diversa que às vezes participava de três tipos de espaços de atuação-política (movimento armado, partido político e organização social) dentro e fora do EZLN. Diante das mobilizações camponesas em torno da tomada massiva de prédios e fazendas em 1994 e 1995 o governo de Chiapas substituiu 38 prefeitos por conselhos municipais, ao mesmo tempo se produziu um pluralismo político-partidário e étnico que não existia antes no estado.

A inclusão das forças sociais camponesas e indígenas nos processos oficiais de escolha dos representantes municipais em Chiapas ensejou diferentes interpretações. Segundo Cal y Mayor (2009), ela ocasionou o enfraquecimento das fileiras do EZLN, pois muitas lideranças indígenas passaram a ocupar os conselhos municipais pelas vias da democracia eleitoral procedimental, legitimados pelas demandas históricas de suas bases sociais em luta por auto-governo e traduzindo-as como auto-governo municipal e comunitário.

Ao mesmo tempo, o EZLN sugeriu às suas bases militantes o boicote à participação nas eleições municipais a partir de 1995, depois de sua militância ter participado ativamente das eleições de 1994, muitas vezes como membros do Partido da Revolução democrática (PRD). A negação das urnas significou um distanciamento cada vez maior entre aqueles que aderiam à via eleitoral em nome do PRD para disputar os governos municipais e aqueles que seguiam as diretrizes da autonomia zapatista. Ainda de acordo com Cal y Mayor (2009) a abertura do campo político-eleitoral como “uma arena para disputar o poder” ofereceu a possibilidade de baixar o grau de beligerância do conflito político instaurado e em muitas comunidades foi entendida como uma forma de exercício de fato do auto-governo indígena.

Para outros autores, diferentemente, é na contra-mão dessa institucionalização das novas municipalidades que o EZLN firma os termos da sua concepção de

autonomia, desde meados dos anos 90. Isso se explica, conforme Saavedra (2007), como parte de uma estratégia revolucionária do EZLN que, inspirada nas guerrilhas centro-americanas dos anos 80, buscava a liberação de zonas e o estabelecimento de governos revolucionários nesses territórios, durante o avanço de suas forças rumo à tomada do Estado (2007: 536). Nesse sentido, a criação dos municípios autônomos zapatistas não seria fruto do protagonismo indígena e camponês, mas parte dos planos estratégicos de atores estrangeiros manipuladores das populações dos municípios autônomos.

Para outros autores, tal afirmação de Saavedra seria por demais precipitada:

La remunicipalización es una añeja demanda insatisfecha que los pueblos de varias regiones de Chiapas enarbolaran antes de la insurrección de 1994. Sólo los habitantes de San Juan Cancuc recibieron una solución satisfactoria a su petición. La lejanía geográfica y la falta de comunicaciones de centenares de comunidades con la cabecera de los municipios oficialmente reconocidos, el hecho de que las autoridades sean, con frecuencia, parte de los recursos y su distribución inequitativa y la falta de correspondencia entre los límites territoriales de los municipios y el hábitat de sus pobladores, han alimentado durante décadas las aspiraciones remunicipalizadoras (Navarro, 2009: 51)

O difícil acesso das comunidades mais distantes dos centros urbanos e administrativos dos municípios autônomos inteiras?, os poucos recursos materiais dos camponeses habitantes desses municípios, o distanciamento dos equipamentos públicos de saúde, transporte, saneamento e educação, e as comunicações precárias com as sedes dos municípios para compra de produtos de primeira necessidade e venda de produtos agrícolas, respaldava a remunicipalização por parte do movimento camponês e indígena, contra e apesar do Estado (Brancaleone, 2010, Cal y Mayor, 2009; Hilsenbeck, 2007). Se o EZLN esteve sensível a essas demandas é inegável que soube articular os sentidos da autonomia com suas bases sociais. A tese de Saavedra, mesmo que fundamentada, incorre no erro de ignorar o protagonismo camponês e indígena e suas experiências negativas com a antiga forma de municipalidade estatal.

Além de uma estratégia prática e discursiva de resistência à conjuntura, que toma o caminho da autonomia frente às instituições do Estado para “fortalecer a independência relativa das comunidades e das regiões mediante o auto-sustento de bens e serviços através de autogovernos fundados em usos e costumes” (Bartra, 2005 *apud* Bórquez e Ventura, 2005: 56), o EZLN apresenta importante elemento discursivo em favor da reconquista histórica de terras camponesas, que revela algo da formação de suas bases sociais profundamente identificadas a um dado território ancestral e aos legados da revolução mexicana.

### **3.2 - Municípios autônomos e Juntas de Bom Governo: Origens e funcionamento**

Hermanos y hermanas este es nuestro sueño que soñamos y que soñaron nuestros compañeros caídos el 1º de enero de 1994. Y un 19 de diciembre de 1994, el EZLN, dio a conocer al pueblo de México y al mundo, pero sobre todo al mal gobierno, los 38 municipios Zapatistas en rebeldía, desconociendo así, los municipios que el mal gobierno nos imponía. Y este es uno de los Consejos municipales que hoy hombre y mujeres con corazones de alegría y esperanza estamos aquí, porque supimos, los vivos y los muertos ganarlo. (Mensaje del EZLN a los pobladores de Tierra y Libertad, mayo de 1997 *apud* Cartas, Comunicados e Discursos 1994-2006)

As estruturas político-organizativas da autonomia zapatista estão baseadas na construção de mecanismos de formulação e tomada de decisão em três níveis territoriais: assembleias gerais de cada uma das comunidades zapatistas que compõem um município autônomo; os municípios autônomos rebeldes zapatistas (MAREZ), conformados pelos representantes das assembleias comunitárias e o território dessas comunidades; e as Juntas de Bom Governo, composta pelos indicados a partir do conjunto de municípios autônomos zapatistas que delas fazem parte.

A criação dos municípios zapatistas em dezembro 1994 não resolveu automaticamente todos os problemas que apresentavam os velhos municípios oficiais. Em alguns casos evidenciou fissuras e divergências nas bases sociais zapatistas. Todo o entorno político e econômico que caracteriza o território dos municípios autônomos não poderia deixar de reproduzir as idiosincrasias do ambiente político e econômico contraditório e turbulento tanto no que diz respeito aos problemas político organizativos como aos problemas econômico-produtivos da autonomia. Reconhecendo algumas limitações dos municípios autônomos, em 2003 o EZLN anuncia a criação das Juntas de Bom Governo.

Bueno, pues empezamos entonces a echarle ganas a los municipios autonomos rebeldes zapatistas, que es como se organizaron los pueblos para y gobernarse, para hacerlos más fuertes. Este modo de gobierno autónomo no es inventado así no más por el EZLN, sino que viene de varios siglos de resistencia indígena y de la propia experiencia zapatista, y es como el autogobierno de las comunidades. Pero entonces vimos que los municipios autónomos no estaban parejos, sino que había unos que estaban más avanzados y tenían más apoyos de las sociedad civil, y otros estaban más abandonados. O sea que faltaba organizar para que fuera más parejo. (VI Declaración de la Selva Lacandona, 2005)

No comunicado de anúncio de criação das Juntas de Bom Governo em 2003 o subcomandante Marcos lhes atribui as seguintes funções: equilibrar o desenvolvimento dos municípios autônomos e das comunidades dentro de sua zona de abrangência, sem aceitar restos, sobras e esmolas de projetos; mediar conflitos; atender as denúncias de

violações de direitos humanos, monitorar a execução a realização de projetos e tarefas comunitárias sem permitir doações e apoios que signifiquem favorecimentos pessoais de habitantes das comunidades e dos municípios autônomos; vigiar o cumprimento das leis; atender e orientar a sociedade civil nacional e internacional para visitar as comunidades, iniciar projetos produtivos, instalar acampamentos da paz, realizar pesquisas; promover e aprovar a participação dos municípios autônomos rebeldes zapatistas (MAREZ) em atividades ou eventos fora das comunidades rebeldes; emitir certificações e cartas de apresentação aos responsáveis da comunidade por pedir dinheiro para doentes, projetos, viagens e afins; cobrar 10 % do apoio econômico recebido por uma comunidade para redirecioná-lo à outra comunidade que não recebe apoio; distribuir os excedentes ou bonificações pela comercialização dos produtos de cooperativas e sociedades zapatistas para que se apoiem os companheiros e companheiras que não possam comercializar seus produtos ou que não recebem nenhum tipo de apoio; centralizar os registros das pessoas, comunidades, cooperativas e sociedades de produção e comercialização que permitem o reconhecimento dessas enquanto zapatistas. (Gonzalez, 2008: 102)

Na *Sexta Declaração da Selva Lacandona* de junho de 2005, o comando do EZLN avalia o direcionamento dos seus esforços para a reorganização, gestão e a execução das leis sobre cultura e direitos indígenas de forma unilateral, nas comunidades zapatistas. Pois desde a *Marcha del color de la tierra* de 2001, quando foram frustrados em busca da aprovação do projeto de lei Constitucional remendado e descaracterizado pelos congressistas que reconheceria as autonomias indígenas negociadas nas rodadas de San Andrés em 1996, os zapatistas decidiram reivindicar a legitimidade daqueles acordos para iniciar o auto-governo das comunidades (Aubry, 2008: 3) como prática militante do EZLN.

Para Saavedra a criação das JBG teve claras finalidades de contenção do desgaste entre as bases sociais zapatistas, organizações e comunidades não zapatistas e de disputa da hegemonia em torno da ordenação da vida social em seus territórios com o Estado em seus mais variados níveis (2009: 543). Em seus escritos afirma que as JBG apresentam uma formação que busca copiar as atribuições do estado, com sérias desvantagens em relação ao poder instituído.

Nos dizeres desse autor as JBG buscam uma estratégia de formação estatal definida pelas seguintes características: Demarcação geográfica de um território zapatista; formulação de leis, exercício de regulamentos, registros civis e visto de

autorizações; cobrança de impostos e distribuição dessas cobranças entre as comunidades em forma de projetos de desenvolvimento comunitário; exercício de poder judiciário; e por fim exercício de tarefas administrativas de governo civil (Saavedra, 2009: 545-7).

Desde o estabelecimento das Juntas de Bom Governo e a construção de suas sedes administrativas (Caracóis), o zapatismo dá forma a um sistema de autoridades e comissão de tarefas que representam três escalas territoriais:

Estes representantes participam em alguma das ‘comissões’ ou ‘comitês’ encarregados de tarefas específicas: justiça, assuntos agrários, saúde, educação, cultura, produção, entre as mais comuns (...). É essa instância colegiada que deu vida aos Municípios Autônomos desde 1994. Paulatinamente os Conselhos Autônomos consolidaram sua presença e autoridade graças às iniciativas para melhorar a vida das comunidades e as suas práticas de ‘bom governo’, isto é, privilegiar a busca de acordos em vez do enfrentamento ou da repressão, assim como a aplicação do direito ‘consuetudinário’, que prefere a reparação do dano à sanção. (...) Nesse sentido os Conselhos Autônomos têm desempenhado um papel essencial no desenvolvimento da luta zapatista. No interior das comunidades, o projeto autonômico ganhou legitimidade graças às tarefas de saúde, educação, culturais e produtivas que permitiram melhorar as condições de vida (Ornélas, 2005: 136-7)

De acordo com a Sexta Declaração os municípios autônomos passaram por uma espécie de reforma administrativa em 2003, desde a criação dos Caracoles as sedes administrativas de suas respectivas Juntas de Bom Governo (JBG). Essa reorganização territorial buscou respeitar laços comunitários das populações indígenas, de forma a fazer frente ao problema da desigualdade entre os municípios autônomos. Cada uma das JBG possuem suas sedes (Caracóis) político-administrativas em uma das comunidades condizentes à sua região de abrangência. Segundo Saavedra (2007: 537-9) as 5 Juntas de Bom Governo sediadas nas comunidades de La Realidad<sup>49</sup>, Oventic<sup>50</sup>, Roberto Barrios<sup>51</sup>, Morelia<sup>52</sup> e La Garrucha<sup>53</sup> são responsáveis por 32 MAREZ. Além desses, outros 6 municípios autônomos, dos 38 formados desde 1994, estariam dispersos no

---

<sup>49</sup> O Caracol sediado na comunidade de La Realidad está sediado nas terras do município oficial de Las Margaritas e governa 5 municípios autônomos: San Pedro michoacán, José Maria Morelos y Pavón, Tierra y Libertad e La Libertad de Los Pueblos Mayas.

<sup>50</sup> O caracol sediado na comunidade de Oventic está localizado nas terras do município oficial de San Andrés Larrainzar e governa 7 MAREZ: San Andrés Sakam´chen de Los Pobres, San Pedor Polo, 16 de Febrero, San Juan de La Libertad, Santa Catarina, San Juan Apostól Cancuc e Magdalena de la Paz..

<sup>51</sup> O caracol sediado na comunidade de Roberto Barrios está localizado nas terras do município oficial de Palenque e abrange 7 MAREZ: Vicente Guerrero, Del Trabajo, Francisco Villa, Benito Huarez, La Montaña San José em Rebeldía e La Paz.

<sup>52</sup> O caracol sediado na comunidade de Morelia está localizado nas terras do município oficial de Altamirano e governa também 7 MAREZ: 17 de noviembre, Vicente Guerrero, Miguel Hidalgo, Lúcio Cabañas, 1º de Enero, Ernesto Che Guevara e Olga Isabel.

<sup>53</sup> O caracol sediado na comunidade de La Garrucha está localizado nas terras do município oficial de Ocosingo e governa 4 MAREZ: Francisco Gómez, Francisco Villa, Ricardo Flores Magón e San Samuel.

território ou não desenvolveram um corpo de representação política capaz de ser incorporado e incorporar algumas das Juntas de Bom Governo.

As Juntas de Bom Governo foram formadas para possibilitar a articulação dos municípios autônomos em nível regional, organizadas em torno de quatro diretrizes de autogoverno: outra agronomia, outro comércio entendido como relação entre produtor e consumidor, outra educação e outra saúde executam as decisões de governo. Nas palavras de Marcos as Juntas de Bom Governo não devem de forma alguma submeter ou retirar o poder dos municípios autônomos uma vez que continuam como funções exclusivas destes últimos “la impartición de justicia; la salud comunitaria; la educación; la vivienda; la tierra; el trabajo; la alimentación; el comercio; la información y la cultura; el tránsito local” (Marcos, julio 2003).

“Las tareas principales de la Junta pues son las tareas que tenemos aquí, o sea que ya los compañeros que ya tienen más tiempo –porque yo soy nueva, pues que voy a quedar, que voy a recibir el cargo todavía–. Entonces nos reparten, así pues, como el de Justicia, el de Agrarios o el de Salud, Educación, todo ese está repartido, pues, entonces se aparece que casi son dos cargos por cada compañero, pero dentro de esas tareas tenemos otras más, que no sólo ése sino que son varios trabajos pero lo funcionamos así en conjunto porque nada más somos cuatro. O sea que las tareas son lo que decimos nosotros áreas de trabajo, por ejemplo, la salud, educación, comercio, que justicia agraria, porque también hay problemas de tierra, por ejemplo en cada municipio pues hay problemas de tierra y nosotros tenemos que verlo eso, pues, así estamos repartidos en cada área de trabajo.” (JBG La Realidad *apud* Gonzalez, 2008: 110)

As comissões de tarefas do povo em nível comunitário, os conselhos dos MAREZ e as Juntas de Bom Governo, não apenas promovem o governo, mas formam promotores dessas políticas, ensinam, exercitam e socializam o planejamento e o controle daquelas de forma coletiva e rodiziada, prevenindo a corrupção com a revogabilidade dos mandatos (Aubry, 2008: 5-6). As JBG conformam assim um corpo político-administrativo de coletivos organizados em torno das afinidades étnicas e territoriais das comunidades e suas necessidades em um contínuo processo de mobilização e democratização da vida comunitária, que segundo comunicado do EZLN, resulta em melhorias concretas das condições de vida das bases sociais do zapatismo.

Si usted mira uno de esos estudios que hacen los gobiernos, va a ver que las únicas comunidades indígenas que mejoraran sus condiciones de vida, o sea su salud, educación, alimentación, vivienda, fueron las que están en territorio zapatista, que es como le decimos nosotros a donde están nuestros pueblos. Y todo eso ha sido posible por el avance de los pueblos zapatistas y el apoyo muy grande que se ha recibido de personas buenas y nobles, que les decimos ‘sociedades civiles’, y de sus organizaciones de todo el mundo” (VI Declaración da Selva Lacandona, 2005)

As Juntas de Bom Governo “herdam” desde 2003 os contatos do EZLN com a sociedade civil nacional e internacional, a fim de planejar e executar políticas para as diferentes áreas da vida social (educação, saúde, projetos produtivos, setor de infraestrutura pública para comercialização, comunicação, justiça e repartição agrária), além de servirem como instância de observação e mediação do exercício do bom governo pelos representantes eleitos para os conselhos municipais dos MAREZ.

“Elegir a sus autoridades es en una asamblea en cada pueblo, o sea, que si nombra a una autoridad no es que lo nombren por bonito, sino porque lo nombran porque se necesita, y ese compa que llega a la mayoría voto acepta por su conciencia, por su entendimiento [...] El mandar obedeciendo es que las autoridades no se mandan solos, sino él propone a las comunidades, las comunidades obedecen también, o sea que mandar; también las autoridades obedecen y el pueblo también manda a sus autoridades y él también obedece, ¿si?, eso nada más.”(integrante da JBG de LA Realidad *apud* Gonzalez, 2008: 110)

Todos os que compõem tais instâncias representativas devem exercer o governo autônomo sob os princípios do “mandar obedecendo”, o princípio da revogabilidade de mandatos e da rotatividade de funções, com o objetivo de que todos possam aprender a governar. A criação dessas estruturas político-administrativas é a garantia do atendimento das demandas históricas das bases sociais zapatistas<sup>54</sup>. As instâncias representativas (comunitária, municipal e regional) também coordenam os trabalhos de comissões de tarefas condizentes com esses três níveis de abrangência territorial.

### **3.3 - Existe uma autonomia de fato dos municípios zapatistas?**

Cada região toma rumos diferentes no que diz respeito à organização da vida nos territórios zapatistas, de acordo com as deliberações formuladas e decididas pelas comunidades. Segundo Bellinghausen, por exemplo, o Caracol de Morelia, (2008) alcançou um desenvolvimento considerável em educação, conseguindo instalar escolas em todos os respectivos municípios autônomos. Já os MAREZ abrangidos pelos Caracóis de La Realidad e La Garrucha têm desenvolvido um sistema de saúde autônomo, com programa de vacinação, visitas domiciliares de promotores de saúde formados em saúde preventiva, medicina tradicional e técnicas de parto natural. Resgatam os saberes ancestrais da medicina maia e conjugam com as estruturas mínimas de atendimento médico comunitário. Contam com clínicas em todos os municípios autônomos, consultório dentário e herbolaria e até mesmo um hospital,

---

<sup>54</sup> Trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz.

dotado de corpo fixo de enfermagem e um laboratório (Bellinghausen, 2008: 17-8). O Caracol de Roberto Barrios tem enfatizado trabalhos direcionados às mulheres, as principais responsáveis pelas atividades dos conselhos autônomos e grandes vítimas de um machismo profundamente arraigado nas comunidades; o Caracol de Oventic, o mais afetado pelas pressões advindas dos inúmeros acampamentos do exército mexicano, organiza ações de justiça, comércio, agroecologia, educação popular, saúde comunitária e preventiva, segundo integrantes da Junta de Bom Governo local (Martínéz, Sanginés, Fernández, Martínez, 2008: 44).

Diante desse quadro é importante nos colocarmos algumas perguntas, para além das propostas, projetos e práticas efetivas de criação de sistema alternativos de saúde e educação. Sabemos que os que trabalham na promoção das políticas de saúde e educação nos territórios zapatistas não recebem salários, assim como os coordenadores de trabalho e as autoridades municipais. Porém, necessitam da construção das instalações e dos prédios, da compra de materiais necessários, de combustível para a utilização de veículos, de energia elétrica que faz funcionar cada uma dessas instalações. São inúmeros os gargalos de infra-estrutura para exercer o governo.

De onde provém os recursos necessários ao exercício do auto-governo? Apoiadores internacionais e o dinheiro estrangeiro parecem ser a principal fonte de recursos financeiros ao auto-governo zapatista, segundo Hilsenbeck (2007) Cal Y Mayor (2009) e Saavedra (2007). Apesar da dificuldade em identificar a origem e os caminhos dos recursos necessários à criação dos serviços que chegam aos municípios autônomos, esses autores são categóricos em afirmar que tais recursos são fundamentais para a própria existência das estruturas dos municípios autônomos zapatistas e das Juntas de Bom Governo, de forma paralela ao Estado. Mesmo assim, as conquistas dos processos autonômicos são consideráveis se considerarmos que a autonomia zapatista se dá em relação ao Estado e não em relação aos partidos, movimentos sociais nacionais e estrangeiros

O sistema de educação rebelde autônomo zapatista<sup>55</sup> surgiu em 1999, quando coordenadores de educação de vários municípios autônomos formularam a proposta de

---

<sup>55</sup> Os dados do sistema educacional zapatista são difíceis de serem utilizados para efeito comparativo. Para se ter uma idéia, em 2007 a JBG de Oventic contava com um sistema de educação formado por 62 escolas primárias que consiste em três níveis de estudo espalhadas em seus municípios autônomos, que atendia 700 alunos, que contribuíam com a manutenção da escola através da entrega de 1kg alimentos e lenha por mês. Em La Realidad o sistema de educação atendia 1726 alunos e estava presente em 70 % das comunidades de sua região. Em La Garrucha o sistema atendia 1030 alunos e contava com um centro de formação e capacitação de promotores/multiplicadores de educação autônoma. E em Roberto Barrios, o

uma Nova educação para a formação de promotores de educação. Criticavam o sistema de educação do Estado, pois consideravam que o sistema de educação estatal não fazia uma ponte entre cotidiano dos alunos e das comunidades com os conteúdos de ensino, porque não respeitavam a língua materna e a cultura indígenas e camponesas, proibiam a utilização das línguas indígenas e de trajes típicos, se centravam na educação como sinônimo de formalismo da qualificação em lugar de um verdadeiro ensino, aplicavam penas e castigos, acirravam o individualismo e a competição. (Martinez; Sanginez; Fernandez; Martinez, 2008: 48).

Os zapatistas definiram as disciplinas, horários de aulas, calendários escolares e formas novas de qualificação. Formularam os programas de educação nas seguintes áreas: leitura e escrita, matemática, educação política, saúde pessoal e coletiva, às quais somaram depois os conteúdos de educação produtiva, cultura, história, natureza, geografia, esportes, também dependentes dos critérios, demandas e contextos regionais. Estabeleceram três níveis de ensino na escola primária: o voltado para os que não sabem ler nem escrever; um segundo nível para os que sabem um pouco como ler e escrever e um nível superior aos que já dominam escrita e leitura. As escolas secundárias, por sua vez, cumpriam a função de multiplicar formadores. A primeira que surgiu em Morelia organizava frentes de trabalho comunitário, funcionando como um pólo de projetos produtivos em agroecologia, beneficiamento de alimentos e costura, para que os produtos servissem à manutenção da escola. (Martinez et al, 2008: 52).

Os promotores de educação devem ser necessariamente escolhidos pelas assembleias comunitárias e a aplicação das diretrizes da nova educação zapatista é tarefa das comissões de educação indicadas nas instâncias municipais e regionais (Martinez et al, 2008: 50). A mesma forma de organização, do nível local ao nível regional é reproduzida pelo sistema de saúde.

O sistema de saúde autônomo zapatista<sup>56</sup> consiste em uma rede de agentes comunitários de saúde (promotores), alguns deles especializados em saúde reprodutiva e

---

registro de alunos apontava ter atendido 2826 alunos desde 1999. Dados retirados dos relatórios das Juntas de Bom Governo recolhidos em 2003 e atualizados em 2007.

<sup>56</sup> Em 2007 a JBG de La Realidad contava 98 casas de saúde comunitária, com 5 clínicas municipais, hospital autônomo, consultórios dentários e casas de medicina tradicional indígena (herbolarias). Contava com 40 promotores de saúde avançados e 50 em formação. A JBG de Oventic contava com uma clínica central, existente desde 1992, 12 microclínicas, 3 centros de atenção às mulheres, 6 centros de capacitação de promotores e 300 promotores, alguns veículos e ambulâncias. A JBG LA Garrucha contava com 3 clínicas municipais, 97 promotores. E a JBG de Roberto Barrios apresentava 2 clínicas municipais e 47 casas de saúde comunitárias (com equipamentos). (dados das Juntas de Bom Governo, 2003-2010).

medicina maia. A definição de uma outra saúde por parte dos povos zapatistas está sintetizada abaixo:

“Es saber cuidarnos para no enfermarnos; tener los remedios necesarios para curarlas. Contar com una buena educación de la salud, clínicas, hospitales, medicinas, yerbas, médicos, parteras, promotores y promotoras, beneficiarse de hospitales que trabajen com um solo corazón, respetando los acuerdos y la cultura de los pueblos, que no caigan em las malas políticas y servicios de salud que da el mal gobierno. Las salud es tener una vida digna” (promotores de salud del Caracol de La Garrucha *apud* Martínez et al, 2008: 56)

Diante do levantamento das causas mais frequentes de enfermidades das zonas zapatistas, dentre as quais estão infecções respiratórias, tuberculose pulmonar, infecções urinárias, doenças de pele, anemia e desnutrição, problemas com gravidez, traumatismos, feridas cortantes, acidentes de trabalho, os promotores de saúde zapatista iniciaram um trabalho de prevenção em nível regional, desde 1994, na zona de La Garrucha.

Os promotores de saúde têm a função participar das capacitações dos técnicos e coordenadores dos sistema autônomo, promover conversas sobre saúde preventiva nas comunidades, acompanhar os pacientes deslocados aos hospitais autônomos localizados no território zapatista, fazer o controle e o registro de consultas mensais, vacinar meninos menores de cinco anos e efetuar o registro, manter a refrigeração das vacinas, dar acessorias sobre higiene pessoal e coletiva. (Martínez et al, 2008: 58)

Para Saavedra, as JBG possuem capacidade operativa de administrar de fato apenas o raio de ação possível pelos recursos materiais, simbólicos e humanos fornecidos por grupos solidários pró-zapatistas (2007: 546) o que resulta em pouca eficácia administrativa. E argumenta que a grande complexidade das tarefas organizacionais exigidas pela administração pública do Estado contemporâneo, até a aplicação prática das políticas em si (saúde, educação, desenvolvimento econômico), não pode ser contornada com a forma zapatista de autogoverno.

A rotatividade de cargos para evitar a corrupção e a criação de políticos profissionais gera uma falta de acúmulo e continuidade de projetos administrativos por falta de pessoal que dê continuidade e coerência a cada um deles. Além disso, o gargalo dos recursos compromete a infra-estrutura necessária aos projetos de desenvolvimento comunitário, como a compra de veículos, materiais e equipamentos de alta tecnologia que, por sua vez, evidenciam a dependência e a sujeição material dos territórios zapatistas em relação aos recursos estatais e ao grande mercado.

Nesse sentido o zapatismo forma péssimos “designers institucionais” (Saavedra, 2007), que tendem a não se especializar na execução de tarefas que exigem certa qualificação prática e precisam se contorcer para administrar recursos escassos nos territórios de sua abrangência. Não se forma assim uma classe dirigente, intelectuais e lideranças comunitárias que possam rivalizar com as direções do EZLN, uma vez que não se estabilizam nos cargos.

Os argumentos de Saavedra sugerem que essa pouca eficiência zapatista é planejada como uma forma de centralizar o poder de gestão dos territórios nas mãos dos militantes do EZLN contra os interesses das comunidades, o que caracterizaria uma forma organizativa deliberada de centralização autoritária da política dessas populações. (2007, p. 553).

Porém, se considerarmos que tanto as tecnologias de organização do trabalho (manual e intelectual organizativo), como os próprios artefatos tecnológicos necessários à criação dos equipamentos para a implementação das políticas públicas zapatistas, comportam em si a formatação da sociedade capitalista que os MAREZ e as JBG pretendem superar, então não é de todo incoerente que os zapatistas neguem os mecanismos estatais de desenvolvimento social. E busquem criar alternativas autóctones para seus problemas concretos, sem necessariamente retornar à idade da pedra política, científica e tecnológica.

Mas como poderíamos avaliar a autonomia dos municípios zapatistas em relação ao Estado? Ou melhor, como qualificar as autonomias dos auto-governos zapatistas? As populações das comunidades zapatistas de fato formulam e decidem as diretrizes às quais suas autoridades vão perseguir? Estas conseguem garantir as condições materiais de vida das suas populações? Os auto-governos conseguem suprir as demandas por saúde, alimentação, trabalho, renda, teto, educação, justiça, paz, liberdade, democracia, independência das bases sociais zapatistas?

### **3.4 - EZLN: agente autônomo ou poder autoritário?**

O funcionamento das autonomias zapatistas como formação do poder popular e auto-governo das comunidades é colocado em dúvida por Saavedra (2007). Este autor questiona a democracia, a liberdade, a independência, a justiça e a paz existente no dia-a-dia das comunidades zapatistas. E também levanta sérios questionamentos relativos às reais capacidades dos comitês de tarefas e dos promotores executarem seus trabalhos e

efetuarem as diretrizes das autoridades zapatistas em nome da melhoria concreta das condições de vida das populações. Em suma, Saavedra pergunta se os auto-governos conseguem exercer um bom governo local e regional, no que diz respeito à implementação eficaz de um sistema de saúde e educação e o desenvolvimento da produção e do comércio que garanta teto, trabalho e alimentação às populações locais. Pois se a eficácia dos auto-governos zapatistas é parte de um discurso que esconde a miserabilidade das bases zapatistas, não estaríamos diante do exercício do poder por parte de uma facção armada que, ao invés de instituir os direitos sociais demandados pelas populações locais, se impõe pela força das armas e pela ausência do estado de direito?

A luta para contrapor suas próprias práticas de governo autonômicas ao Estado não exclui o exercício da auto-crítica por parte do EZLN. A VI Declaração da Selva Lacandona evidenciava o acirramento das divergências entre a estrutura político-militar do exército zapatista e a organização dos auto-governos das comunidades

Y también vimos que el EZLN con su parte político-militar se estaba metiendo en las decisiones que tocaban a las autoridades democráticas, como quien dice ‘civiles’ (...). Bueno, pero entonces, de este problema, lo que hicimos fue empezar a separar lo que es político-militar de lo que son las formas de organización autónomas y democráticas de las comunidades zapatistas. (...) Así fue como se nacieron las Juntas de Buen Gobierno, en agosto de 2003, y con ellas se continuó con el aprendizaje y ejercicio del ‘mandar obedeciendo’” (VI Sexta Declaração da Selva Lacandona, junho de 2005)

O EZLN reconhecia aqui seu caráter militar, necessário à resistência contra o mal governo, mas por isso mesmo hierárquico e anti-democrático, como não poderia deixar de ser uma organização militar. Busca assim, desde 2003, se separar do âmbito político-comunitário e submeter sua organização político-militar aos interesses das comunidades zapatistas e do sistema de poder exercido pelas autoridades autônomas zapatistas em sua forma democrática. Para isso, promove o desligamento entre autoridades civis, eleitas democraticamente pelas comunidades para a composição dos MAREZ, e as autoridades militares do EZLN, tornando impossível acumular funções, ao menos no plano discursivo.

Essa preocupação do comando do EZLN em dissociar sua estrutura político-militar das estruturas político-organizativas dos municípios autônomos expressa uma crescente tensão ocorrida nos territórios zapatistas. Pois desde meados dos anos 90 um crescente racha entre as bases de apoio zapatistas possibilitou que as organizações dissidentes do zapatismo crescessem significativamente (Saavedra, 2007: 461). Segundo este autor, a sedução dos camponeses indígenas pelos recursos liberados pelos

projetos de desenvolvimento local dos governos oficiais; as dificuldades em angariar seus próprios recursos sem contar com as políticas de Estado e as instituições de crédito; os altos custos do suporte material conferido às tropas insurgentes; e o trabalho compulsório em uma das múltiplas comissões criadas para efetivar o auto-governo zapatista, constituíram um sentimento de perda da autonomia e de sujeição da vida comunitária ao comando do EZLN que levou certas lideranças indígenas a se distanciarem do movimento.

Muitos desses, em busca de benefícios particulares a serem fornecidos em curto prazo, haviam se juntado às fileiras do zapatismo logo após o levante de 1994 a fim de tirar proveito da situação de instabilidade iniciada pelo levante armado e pela iminência de uma guerra civil. Tais lideranças abandonam as fileiras do zapatismo ao menor sinal de derrota ou em face de qualquer descontentamento com os rumos tomados pelas comunidades zapatistas devido às várias comissões de trabalho dos auto-governos zapatistas.

Raúl Ornelas (2005) ressalta o caráter de retroalimentação entre o EZLN e as comunidades autônomas de Chiapas, que não apenas se servem do exército insurgente, mas compõem suas fileiras de combatentes e dirigem suas ações táticas e estratégicas através de seus representantes no Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI). A vanguarda política, que tem por compromisso levar a consciência às massas com o objetivo de tomar o poder do Estado-Nação para implementar um governo de transição em nome daquelas, é substituída aqui por um núcleo militar – o EZLN – que se submete às determinações do conjunto das comunidades rebeldes e preserva o espaço desmilitarizado como forma de garantir a auto-organização autônoma das próprias comunidades.

Vale lembrar que uma das estratégias do EZLN para se enraizar na região e ampliar suas bases sociais foi a capacidade de redirecionar as estruturas da sociabilidade comunitária a seu favor, em que um dos elementos decisivos foi a abertura das fileiras insurgentes aos jovens habitantes da região. Incentivados pelo ganho de prestígio pessoal, benefícios particulares e autoridade social, mas sem formação política e experiência organizativa, como as antigas lideranças formadas pelos trabalhos da igreja e das associações camponesas, essa juventude do EZLN assumiu de uma hora para outra postos de autoridade nas comunidades.

No exercício do “mandar obedecendo” esses jovens muitas vezes incorreram em abusos de autoridade e deficiente aplicação dos trabalhos comunitários, o que ocasionou

divergências crescentes com as lideranças históricas (Saavedra, 2007: 458). Por outro lado é inegável que o autoritarismo advém não só da forma como as comunidades são “estimuladas” pelas autoridades autônomas a cumprir as leis revolucionárias do EZLN, mas às dificuldades enfrentadas no dia-a-dia da autogestão na produção.

Los compas zapatistas nos pedieron [como bases de apoyo] hacer trabajos colectivos, hacer trabajo em sociedades que venían a organizar las comisiones para acostumbrarnos. Entonces lo colectivo es trabajar juntos un pedazo de terreno para poder sembrar maiz y frijol. La cosecha no se reparte sino se embodega em una casa. Entonces los más jodidos, los viejtos, huérfanos o viudas agarran entonces su maíz. Así estuvimos haciendo um tiempesito, pero aquí em Tabasco no nos acostumbramos [al trabajo colectivo] porque vimos que la gente no va pareja, que unos trabajan bien y otros no, porque a cada uno le toca um pedacito [para laborar]. Pero no todos producen lo mismo, porque unos sí saben trabajar y otros producen menos. Entonces nunca nos quedó la idea de ser coledividad. Así que al final quedó prohibido el trabajo colectivo, porque la gente no estaba contenta (entrevista colectiva em ejido el Tabasco, 29 de diciembre de 2004 *apud* Saavedra, 2007: 463)

O exercício do poder de forma autoritária causou rachas significativos nas bases sociais zapatistas. As propostas de socialização dos meios de produção e o trabalho coletivo são pré-condições à diminuição das desigualdades sociais entre os camponeses indígenas que formam a base social zapatista. No cotidiano do trabalho na terra surgiram problemas entre aqueles que [pensavam que] trabalhavam mais e aqueles que [ou de quem se pensava que] trabalhavam menos, de forma que o sentimento individual de injustiça e o não-reconhecimento do próprio esforço em acumular excedentes de produção (que são divididos com os mais necessitados e incapazes de produzir) se sobrepõem ao sentido de pertencimento à coledividade: Uma identidade frágil, pouco consensual para Saavedra (2007).

Além dos problemas intra-comunitários Saavedra elenca pontos contraditórios entre o discurso democrático zapatista e as práticas que o EZLN conduziria nas comunidades. O autor considera que as autoridades zapatistas tanto dos MAREZ como das JBG e os coordenadores de comissões de trabalho e tarefas (políticas), ainda que eleitos nas assembléias comunitárias, passam pelo crivo sistemático de comissões de vigilância compostas por comandantes do próprio EZLN (2007: 554).

Diante disso perguntamos: até que ponto é possível criar consensualmente novas relações sociais em que o trabalho (organização, concepção e execução), a posse dos meios de produção e usufruto dos produtos sejam coletivizados e socializados de forma solidária e igualitária? A conquista de novas relações sociais de produção para educar as forças produtivas a um novo regime de produção passa necessariamente pela coerção

nos níveis mais primários de produção? A autonomia enquanto autogestão reivindicada pelo zapatismo se manifesta aqui em todas as suas ambiguidades.

### **3.5 - Justiça Zapatista, Jurisdição e choque de territorialidades**

O movimento zapatista não toma para si a missão da tomada do poder do Estado, mas tem seguidamente estimulado um amplo debate regional e global com vistas a construir estratégias de luta contra o capitalismo. Nesse sentido, a constituição do zapatismo como um movimento social, que ultrapassa o âmbito militar do exército insurgente e se fundamenta num aglomerado de municípios “autônomos em rebeldia” em relação ao Estado mexicano, é fundamental para compreender por que o EZLN não se propõe a tomar o poder do Estado, mas sim constituir-se em paralelo.

Isso não ocorre sem uma contradição entre os sujeitos do zapatismo e os sujeitos do poder econômico e político hegemônico (as forças do Estado e do Mercado). Tomemos como exemplo as contradições entre o exercício da justiça comunitária de fato nos territórios autônomos e o exercício da justiça oficial (prevista em leis) do Estado mexicano. Segue uma descrição do funcionamento da justiça autônoma vigente em território zapatista:

De acuerdo con usos y costumbres, el juez municipal autónomo y los demás integrantes del Consejo Autónomo tiene el deber de solucionar cualquier tipo de problemas como son robos, conflictos familiares, alcoholismo, drogadicción, violación, maltrato infantil, entre otros. (...) Todos estos tipos de problemas pueden ser resueltos por el poder municipal autónomo, mediante el diálogo entre las dos partes y llegar a un acuerdo armonioso, pero si alguna de las dos partes no comprende las decisiones tal y como se acuerda, el juez es el que aplica el castigo o las sanciones dependiendo el delito. (...) También ha habido algunas ocasiones de encontrarse entre las autoridades oficiales y las autoridades autónomas para buscar la solución de algunos problemas que acepten las dos partes. Los encuentros se hacen dentro de los municipios, este encuentro de dos autoridades no es fácil pero se trata de encontrar (Martínez, Sanginés, Fernández, Martínez, 2008: 44)

A justiça autônoma dos municípios autônomos zapatistas se baseia nas leis revolucionárias publicadas pelo EZLN ainda em 1993<sup>57</sup>. Segundo Gonzalez, tais leis orientam as práticas autonômicas presentes nos territórios zapatistas como a regulação de preços, o comércio justo, a luta contra a estocagem de bens voltada à obtenção de maiores lucros (que resulta no desabastecimento), a distribuição justa de terras, a

---

<sup>57</sup> Tais leis foram publicadas no jornal Despertador Mexicano do EZLN, em 1993 e são as seguintes: lei de impostos de guerra, lei de direitos e obrigações dos povos em luta, lei de direitos e obrigações das forças armadas revolucionárias, lei agrária revolucionária, lei revolucionária das mulheres, lei de reforma urbana, lei de trabalho, lei de indústria e comércio, lei de seguridade social e lei de justiça.

preservação e manejo dos recursos naturais, trabalho coletivo, além da criação de equipamentos comunitários de comércio, de saúde comunitária, lazer, educação, centros de construção de casas e estradas, centros de serviços básicos e domésticos (Gonzalez, 2009: 117).

O juiz municipal autônomo e os integrantes do conselho autônomo zapatista são eleitos pela própria comunidade e devem solucionar problemas mediante o diálogo entre as partes e o estabelecimento de um acordo harmonioso. Tem a tarefa de mediar conflitos que surgirem em âmbito comunitário por causa de delitos como roubo, tráfico e consumo de drogas, maltrato infantil, estupros e outras violações, alcoolismo. E aplicam o castigo e as sanções, caso uma das partes não se submeter aos acordos. Segundo Arturo, uma das autoridades da Junta de Bom Governo de Oventic, tais penas são aplicadas de acordo com o tamanho dos delitos, e variam desde alguns dias na cadeia ou multa até a obrigação de fazer algum “trabalho físico no campo ou na comunidade em benefício coletivo” (*traduzido* de Martinez, Sangines, Fernandez y Martinez, 2008: 42).

Também ocorrem casos em que os juízes municipais autônomos e os integrantes do conselho autônomo precisam dialogar com as autoridades oficiais governamentais para resolver as querelas entre zapatistas e não zapatistas. Para Cal y Mayor (2009: 157) as autoridades autônomas surgiram nos anos 90 como alternativa concreta ao exercício das funções judiciárias junto às populações indígenas, imediatamente após o levante de 1994. A justiça governamental era vista como um poder corrupto e preconceituoso, que não apenas ignorava os problemas concretos de justiça dessas populações como também pouco aplicava as penas previstas em lei.

Nesse ambiente, a justiça autônoma zapatista significou uma retomada das formas tradicionais, usos e costumes dos povos indígenas, somadas a elementos do direito ocidental positivo e da concepção zapatista de justiça estabelecendo um marco no *pluralismo jurídico* segundo a coordenadora de direitos humanos Blanca Martinez (*apud* Gonzalez, 2008: 118)<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Blanca Martinez é coordenadora de direitos humanos do FRAYBA, Centro de Defesa dos direitos Humanos Frei Bartolomé de Las Casas, sediado em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas e criado como parte do esforço do clero progressista de Chiapas em garantir a aplicação das leis de defesa dos direitos humanos nos territórios e nas zonas de influências zapatistas. Tal centro cumpre um papel estratégico ao denunciar o cotidiano de violação dos direitos das populações indígenas por parte de militares e paramilitares, além de divulgar os princípios da organização autônoma e criar uma ponte entre simpatizantes do meio urbano e estrangeiros com as autoridades zapatistas.

O exercício da justiça autônoma foi legitimado inclusive por populações não-zapatistas que buscavam espaços de conciliação próprios do costume e das leis indígenas. Até hoje, segundo alguns autores grande parte dos conflitos mediados pelas autoridades autônomas eram relativos à distribuição e definição de terras e, muitas vezes, comunidades em que a maioria dos habitantes é filiada ao PRI recorrem às autoridades zapatistas para resolverem suas disputas:

“Donde antes las comunidades indígenas resolvían sus conflictos agrarios en la Procuraduría Agraria o en la Secretaría de la Reforma Agraria o sus conflictos judiciales en el Ministerio Público, todo en español y todo bajo las reglas del Estado mexicano, ahora tienen una Junta de Buen Gobierno donde pueden ir a resolver sus conflictos agrarios, penales, jurídicos y demás, en sus usos y costumbres y en su idioma (...). Claro que eso corre la voz, porque en la medida que sea buen gobierno entonces las mismas comunidades los van a ir reconociendo. Por eso, no es tanto si hay más bases de apoyo zapatistas o menos, sino por autoadscripción, en dónde se adscriben o inscriben: con el Estado mexicano y con el municipio oficial o con el municipio autónomo, o con los dos. Hay comunidades priístas que se rigen bajo los municipios autónomos, no bajo el municipio oficial, y ese es un punto fundamental para entender” (Ernesto Ledesma *apud* Gonzalez, 2009: 119)

Porém a remunicipalização oficial e as mudanças efetivas ocorridas na transição democrática municipal conduzida pelos governos estadual e federal em Chiapas a partir de 1998, como parte de um esforço estatal de reconquistar a hegemonia política nas zonas de influência zapatista, tiveram grande êxito em recolocar a justiça governamental do Estado de Direito como principal corpo de exercício do poder judiciário junto às comunidades, por dispôr de mais recursos e capacidade de intervenção em nível regional (Cal y Mayor, 2009: 157). As Juntas de Bom Governo surgem em 2003 nesse contexto, para fazer frente ao Estado e efetivar o exercício da justiça nos territórios zapatistas, mas enfrentam grande dificuldade em dar vazão às demandas das populações pela falta de recursos (Gonzalez, 2009: 113).

Se alguns afirmam que o Estado de Direito tem se apresentado como um poder jurídico efetivo na zona de influência zapatista de forma a desautorizar a justiça zapatista, para outros o poder que as JBG exercem sobre o território de populações não-zapatistas evidencia a ausência do Estado de Direito e a vigência das decisões unilaterais do EZLN na região. Saavedra por exemplo, considera que os próprios governos estadual e federal, ao não entrarem em choque aberto com os zapatistas, segundo depoimentos de funcionários estatais<sup>59</sup>, reconhecem as autonomias zapatistas de fato (Saavedra, 2007: 564).

---

<sup>59</sup> Um exemplo de depoimento sobre o respeito estatal ao EZLN se segue aqui: “[Los grupos no zapatistas] no comparten la idea de tener que pagar diezmo a los zapatistas, y allí se generan los problemas; también causa malestar que prohíban las construcciones de caminos y la introduccion de una

Em oposição ao argumento de Saavedra, consideramos que a existência e a criação de políticas sociais dos governos oficiais não são capazes de esconder o fato de que o choque desenvolvimentista na região de Chiapas e na América Central está sendo acompanhado de uma política de contra-insurgência levada a cabo em nível transnacional. Se para Saavedra as políticas públicas de assistência para trabalhadores das zonas rurais, a ocupação militar do exército mexicano, a criação de grandes áreas da Secretaria de Defesa Nacional e a expansão dos projetos de infra-estrutura produtiva em Chiapas consiste em uma forma de expansão do guarda-chuva do Estado de direito à populações historicamente excluídas, consideramos que a focalização daquelas evidenciam formas de controle e coerção direta com o objetivo deliberado de restringir as autonomias dos municípios zapatistas.

Não podemos deixar de lembrar a irrupção de tensionamentos entre corpos políticos concorrentes e antagônicos no tempo e no espaço, guiados e direcionados por formas opostas de exercício do poder. Assim como a cobrança de impostos sobre uma obra de rodovia por parte das Juntas de Bom Governo de La Realidad, o não-monopólio da lei em um dado território nacional é motivo para um infundável debate sobre o paradigma jurídico-político do Estado-Nação moderno e sua formação histórica através da centralização política e administrativa dos meios de exercício da força. Seria essa a prática de *reescrever a modernidade* atribuída aos zapatistas por Andrés Aubry (2008)? Nas palavras de uma agente comunitária (promotora) de direitos humanos da comunidade de Motozintla, município autônomo Tierra y Libertad:

“Yo creo que un reglamento interno en la comunidad es más fundamental que una ley que el gobierno hace desde sus sillitas, así pues, no viendo la realidad que pasan las comunidades, la gente. Entonces yo creo que la autonomía es un punto bastante importante y además está reconocida en la Constitución, y que el gobierno ha tratado de borrarla y no tomarla en cuenta, pero a pesar de eso la autonomía va creciendo cada vez más.” (apud GONZALEZ, 2008: 100)

No nosso entender, esta fala revela a percepção da legitimidade dos regulamentos internos das comunidades em face do descumprimento das promessas por parte dos governos oficiais. Existe aí algum vestígio de cansaço das populações zapatistas contra promessas não cumpridas, feitas por autoridades que não governam obedecendo ao povo a quem devem estar submetidas. É uma concepção de legitimidade

---

red eléctrica en la región. La gente se inconforma porque el gobierno no hace nada, cuando es un acuerdo justo [las realizaciones de dichas obras] y se sabe que hay recursos para financiarlas. El rezago ya no consiste en que la autoridad no le ponga atención a las comunidades, sino en la falta de acuerdos entre la gente, entre zapatistas y no simpatizantes” (funcionário de la Secretaria de Desarrollo Social *apud* Saavedra, 2007: 564-5)

distinta de legalidade jurídico-política (Aubry, 2008). Em face, disso os zapatistas criam as próprias ferramentas de exercício do poder necessário à organização político-social: o que define o bom-governo indígena.

Em um artigo escrito em 2009 Magdalena Gomez comenta sobre a manifestação oficial do governo de Chiapas, que revela seu incômodo com os auto-governos zapatistas exercidos pelos MAREZ. No ano de 1998, uma onda de agressões às comunidades zapatistas foi deflagrada paralelamente às iniciativas feitas pelo governo de Chiapas para apontar a ilegalidade das autonomias a partir de fundamentos jurídicos. O respaldo legal do artigo 39 da Constituição de 1917, que determina que toda a forma de poder político emana das vontades do povo, não era o suficiente para Emilio Rabasa coordenador da Cocopa<sup>60</sup>, que publicou em 11 de maio de 1998 um artigo em que afirmava:

“As autoridades espúrias dos municípios autônomos, além de violar a constituição estatal e geral da República, se enquadram no delito de usurpação de funções ao realizar atos de caráter público como são o registro civil, cobrança de direitos e outros, pelos quais estão passíveis de seis meses a cinco anos de detenção e 20 a 60 dias de salário mínimo de multa. Quanto às normas estatais, tanto a criação como a supressão dos municípios é competência do Congresso do estado segundo o artigo 29 da constituição chiapaneca, na medida em que a incorporação ou segregação em ou entre municípios não poderá ser feita sem aprovação da maioria dos ajuntamentos, e em matéria federal, segundo o [artigo] 115, a integração dos ajuntamentos deverá ser feita mediante eleição popular ou do contrário, qualquer ato de criação ou desconhecimento de ajuntamentos e municípios será violatório do voto popular exercitado na eleição das autoridades municipais, como estabelece o [artigo] 116 federal constitucional, se configura uma violação da garantia constitucional que estabelece que os ajuntamentos serão eleitos mediante o sufrágio universal, livre, secreto e direto” (*traduzido do periódico La Jornada*, 05 de agosto de 2009).

Além disso, Rabasa afirmava que a lei para o diálogo não impedia o “exercício das faculdades outorgadas às autoridades e forças de segurança pública para que cumpram com sua responsabilidade de garantir a segurança interior e busca da justiça.” (*traduzido do periódico La Jornada*, 05 de agosto de 2009). Em contraponto, os defensores do zapatismo recorriam ao convênio 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho, órgão das Nações Unidas) que, segundo Hilsenbeck Filho (2007: 163-4, nota 122), prevê que os povos originários tenham poder de decisão sobre a utilização, o manejo e a forma de apropriação dos recursos naturais dispostos em seus territórios.

---

<sup>60</sup> Comissão de Pacificação e Concórdia, criada para a mediação do conflito em Chiapas a partir das rodadas dos diálogos pela Paz, estabelecidos entre EZLN e representantes do governo federal em 1994, mediados pelo arcebispo de San Cristóban de Las Casas, Don Samuel Ruiz. Durante as negociações foram aprovadas as leis para o diálogo, que fundamentam o cessar-fogo oficial entre EZLN e governo federal até os dias de hoje.

O próprio conceito de território previsto no convênio 169 da OIT responde ao ressurgimento das populações originárias enquanto sujeitos políticos centrais das leis e passa a funcionar desde então como marco legal estratégico para a legitimação das reivindicações por terras e direitos por parte dos povos indígenas presentes nos mais variados países latino-americanos:

“1. Al aplicar las disposiciones de esta parte del Convenio, los gobiernos deberán respetar la importancia especial que para las culturas y valores espirituales de los pueblos interesados reviste su relación con las tierras o territorios, o con ambos, según los casos, que ocupan o utilizan de alguna otra manera, y en particular los aspectos colectivos de esa relación.

2. La utilización del término «tierras» en los artículos 15 y 16 deberá incluir el concepto de territorios, lo que cubre la totalidad del hábitat de las regiones que los pueblos interesados ocupan o utilizan de alguna otra manera.” (artigo 13, Convênio 169 OIT. Parte II, Tierras., 169).

Se as disposições do convênio 169 surgem como um projeto de jurisdição supranacional, que busca estabelecer os termos de uma definição pluralista de territorialidades de diferentes povos dentro de um mesmo Estado-Nação, a própria criação dos MAREZ por parte das comunidades zapatistas impõe uma outra territorialidade contra aquela instituída pelo Estado-Nação e pela economia capitalista, pois:

A formação e o funcionamento dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) ilustram os alcances da luta zapatista no horizonte da transformação social. Estas iniciativas têm um caráter de reagrupamento territorial a partir de vários tipos de nexos históricos: o pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio. Diferentemente das divisões arbitrárias dos municípios ‘oficiais’, os municípios rebeldes são o resultado da afinidade entre suas populações. Esta ruptura coloca um desafio radical frente ao poder, pois desloca o conflito da arena política para a questão fundamental do controle do território. (Ornelas, 2005: 134)

Com vimos, os termos da territorialidade (identidade constituída na apropriação do espaço geográfico) zapatista não são os da soberania de um governo sobre um determinado espaço geográfico com um conteúdo populacional e recursos naturais, sujeitado ao seu poder discricionário. Esses são os termos que definem a territorialidade de cada Estado-Nação moderno do sistema de Estados desde o século XVII ou Estado Territorial Moderno (Porto-Gonçalves, 2001: 229) e que se caracteriza por impôr a homogeneização e supressão de qualquer territorialidade alternativa à dos que controlam a política e a economia, seja em âmbito nacional, seja em âmbito internacional.

O território não é um compartimento com um conteúdo fechado de recursos naturais e população, não é externo a ela, mas sim uma consequência direta das formas

de apropriação do espaço geográfico (territorialização), que nos dá a dimensão material da existência social ao nos forçar a compreender a natureza como condição da humanidade (Idem: 230). Nesse sentido, a territorialização zapatista desponta como diversa ao Estado Territorial moderno, ao buscar recriar meios de exercício do poder baseados em territórios definidos a partir do pertencimento histórico a uma etnia, dos trabalhos em comum, da situação geográfica e das relações de intercâmbio desde uma perspectiva dos de baixo.

### 3.6 - Auto-gestão da economia comunitária

Primera pregunta: ¿Hay cambios fundamentales en la vida de las comunidades indígenas zapatistas?

Primera respuesta: Sí.

Segunda pregunta: ¿Estos cambios se dieron a partir del alzamiento del primero de enero de 1994?

Segunda respuesta: No.

Tercera pregunta: ¿Cuándo fue entonces que se dieron?

Tercera respuesta: Cuando la tierra pasó a ser propiedad de los campesinos.

Cuarta pregunta: ¿Quiere decir que fue cuando la tierra pasó a manos de quien la trabaja, que se desarrollaron los procesos que se pueden apreciar ahora en los territorios zapatista?

Cuarta respuesta: Sí. Los avances en gobierno, salud, educación, vivienda, alimentación, participación de las mujeres, comercialización, cultura, comunicación e información tiene como punto de arranque la recuperación de los medios de producción, en este caso, la tierra, los animales y las máquinas que estaban en manos de los grandes propietarios. (Subcomandante Marcos In: *Gustar el café – el calendario y la geografía de la tierra*, dezembro de 2007).

Na forma das Juntas de Bom Governo as comunidades zapatistas têm consolidado uma espécie de poder popular de alcance regional, fundado e integrado socialmente pela organização e garantia do exercício da decisão comunitária direta sobre os rumos dessas políticas em nível local e regional. A construção dos autogovernos tem por pressuposto democratizar, ensinar e possibilitar a apropriação das formas de gestão da produção por parte dos camponeses zapatistas.

Tal poder se baseia em uma forma de ocupação do território que garante a produção e a reprodução da base social dos municípios autônomos zapatistas para além da realização do lucro e da propriedade privada que constituem o território capitalista. Para o processo ser iniciado, os zapatistas do EZLN frisam a necessidade de assegurar a tomada dos meios de produção (animais, terras e maquinários) por quem trabalha. E, posteriormente, organizar comissões de trabalho para conduzir projetos produtivos nas comunidades zapatistas.

La importancia de estos trabajos, pues, hablando de la producción no sólo nada más de pensar y del consumo, lo que es de los alimentos o de los granos básicos, sino que hablando de la producción es muchas cosas de productivas. Pensar cómo se puede producir mejor y todo eso son los logros que siempre ha tenido ya la Junta de Buen Gobierno. (JBG Morelia *apud* Gonzalez, 2008: 112)

Por essa fala podemos entender que o sentido da produção para as autoridades zapatistas é guiado pelos princípios de uma *economia moral* (definida conforme Thompson, 2005) de provisões dos bens de primeira necessidade das populações zapatistas<sup>61</sup>.

A idéia de desenvolvimento econômico caminha junto do bem-estar social de forma que, segundo Navarro, os zapatistas rompem com a perspectiva estatista ou mercadológica da assistência social. (Navarro, 2009: 56).

“El función como Junta de Buen Gobierno es impulsar más las áreas de la autonomía, de la salud, educación, producción, entre otros, y la tarea es llevar bien la administración para entregar cuentas claras al pueblo. Esta forma de gobierno es diferente que el gobierno oficial. Gobernamos al pueblo y también obedecemos de todos sus opiniones, es decir, mandar pero obedecemos al pueblo, mandar obedeciendo, y también cuando el pueblo se presenta su necesidad a su gobierno, aquí en la Junta de Buen Gobierno pues también nosotros lo priorizamos la necesidad, si es una necesidad de agua... no es igual a que como el gobierno federal que lo manda a una cancha deportivo, que a él no lo está fijando cuál es la importancia (JBG Morelia: *apud* Gonzalez, 2008: 109)

Daí surgem algumas polêmicas relativas às reais capacidades dos auto-governos zapatistas suprirem as demandas de suas populações e sobre as possibilidades de uma atuação em nível local romper com o capital e suas relações predatórias. É sobre esse ponto que gostaríamos de fazer alguns apontamentos que julgamos de extrema importância para repensarmos a possibilidade de uma outra economia, produção e comércio, à luz do zapatismo.

Os trabalhos da comissão de produção das Juntas de Bom Governo envolvem o desenvolvimento de projetos produtivos para o desenvolvimento das comunidades em toda a complexidade relativa à construção de infra-estrutura e condições de sustentabilidade e autosuficiência dos territórios zapatistas, norteadas pelos princípios das leis revolucionárias do EZLN. Seus trabalhos abrangem o incentivo à formação de

---

<sup>61</sup> Thompson utiliza a expressão *economia moral* para definir o conjunto de costumes no qual se amparava a plebe inglesa do século XVIII para garantir o abastecimento de alimentos e provisões, em caráter de resistência ao crescimento das relações capitalistas no âmbito dos mercados locais. É na esfera da circulação que Thompson analisa os efeitos do liberalismo econômico e do avanço das relações capitalistas de produção no campo, que passaram a submeter as necessidades humanas por alimento à lei da oferta e da procura, como uma nova força da natureza que, ao invés de destruir as plantações com pragas, pestes e catástrofes climáticas, submetia os consumidores de trigo aos humores do Mercado. (Thompson, 2005). Ao longo do capítulo procuraremos desenvolver a idéia da rebelião zapatista sob o prisma da economia moral.

cooperativas, a repartição e administração de bens comunitários (ejidais) e terras até a organização da produção coletiva de milho, feijão, hortaliças, café voltado ao auto-consumo.

As comissões de produção também precisam contornar os problemas relativos à distribuição e comercialização através da criação de mercados autônomos zapatistas e compra de meios de transporte necessários para eliminar os intermediários. As Juntas de Bom Governo se tornam proprietárias desses equipamentos de infra-estrutura e a apropriação privada desses bens é punida severamente como crime de corrupção contra as comunidades.

No que diz respeito à resolução de problemas relativos à organização produtiva alguns membros das comissões das Juntas de Bom Governo são claros em falar de suas limitações técnico-profissionais por falta de capacitação e recursos, principalmente quando precisam solucionar problemas de cunho tecnológico:

Lo que nos dificulta: no tenemos más estudio. Porque a veces se presentan problemas difíciles y también siempre pues hemos buscado la forma de la solución y también nos dificulta un poco que de por sí no hay más recurso para dar solución a los problemas del pueblo. Porque hay a veces problemas en cuestiones de agua o en otras cosas, sí no hay más recurso pues eso es lo que nos dificulta para mejorar o para mejorar su necesidad al pueblo. Esa es una dificultad que estamos viviendo pero también de los estudio que no tenemos más estudio para hacer y mejorar el trabajo como de por sí, los que estamos trabajando aquí, aquí estamos aprendiendo entre todos, el que sabe algo pues le enseña al otro y así, poco a poco se va cambiando. Eso es.” (JBG Morelia *apud* Gonzalez, 2008: 113)

Um exemplo de problema enfrentado pelas comissões de produção é a acentuação da desigualdade entre os próprios territórios zapatistas. As comissões de produção das Juntas de Bom Governo também são formadas para equilibrar essas disparidades regionais e distribuir de forma solidária os recursos entre as regiões construindo estradas, armazéns, mercados e restaurantes populares e estimulando a formação de cooperativas e oficinas voltadas à organização do trabalho associado (Gonzalez, 2008: 126).

Um exemplo disso se dá pelos trabalhos da JBG do Caracol de La Realidad, onde se construíram três mercados zapatistas para que as comunidades consigam contornar os atravessadores, escoar sua produção e adquirir bens por preço acessível. Os lucros obtidos são convertidos em projetos de desenvolvimento das infra-estruturas de saúde, educação e quaisquer outros setores que as Juntas de Bom Governo definirem como prioridade. (Gonzalez, 2008: 126). A Junta de La Garrucha apresenta armazéns e tendas de comercialização de café em seu território e a JBG de Roberto Barrios, dois mercados para a comercialização da produção local.

Apesar da prática do trabalho associado estar prevista nas leis revolucionárias do EZLN, o número de cooperativas de vulto em território zapatista não é grande, o que nos faz pensar nas capacidades de praticar uma outra produção, sem contar com recursos. Na Junta de Bom Governo de Oventic se localizam duas importantes cooperativas de comercialização de café<sup>62</sup> orgânico para mercados de comércio justo de países europeus, 3 cooperativas de mulheres artesãs, além de oficinas de produção de calçados (não necessariamente tais oficinas organizam trabalhos coletivos). Em Roberto Barrios a chamada Sociedade Cooperativa de Produccion Che Frontera Norte é dona de dois caminhões para realizar o transporte de mercadorias e gado. Dividem os ganhos de acordo com as necessidades de apoiar os cooperados e membros da comunidade em geral, ou investir nas cooperativas (Gonzalez, 2008: 130) e contribuem, segundo as leis de impostos zapatistas, às Juntas de Bom Governo

Antes, cuando se empezó, no se pensaba todavía en eso sino que se pensaba en la lucha, que vamos a luchar, pero ahora estamos trabajando mucho en la construcción de la autonomía y cuando nosotros pensamos en autonomía es que tenemos que ir construyendo con la organización, con el trabajo colectivo, tenemos que ir apoyando las diferentes áreas. Por ejemplo, con los niños queremos también que vayan aprendiendo el colectivismo, desde la educación, desde las escuelas autónomas y aquí los promotores, juntos los promotores de agroecología y de educación, pues también les van a ir enseñando cómo deben trabajar, cómo deben sembrar hortalizas, el maíz, el frijol, cómo hay que cuidar los animales, por ejemplo, esa es la idea. (cooperativista de Victórico Grajales *apud* Gonzalez, 2008: 132)

Além da formação de promotores e coordenadores de qualificação (agroecologia, sapataria, carpintaria, metalurgia, culinária, artesanato, corte e costura) e das frentes de trabalho para estimular a produção associada enquanto prática e também princípio educativo, a autogestão zapatista implicou uma outra modalidade de intervenção social na economia comunitária. Em recente discurso, o tenente insurgente Moisés discorre sobre algumas conquistas dos conselhos municipais dos MAREZ e das Juntas de Bom Governo. Dentre elas um banco comunitário, fundado com a cobrança de impostos sobre as obras das rodovias que têm sido construídas em Chiapas pelo governo federal:

Les voy a platicar algunos pues logros de lo que han hecho los compañeros y compañeras de esos tres colectivos que ya les mencioné. Por ejemplo, la Junta de Buen Gobierno en el Caracol uno, que es La Realidad, han inventado pues lo que le llamaron Banpaz, que quiere decir: Banco Popular Zapatista. Si ustedes nos preguntan o piensan, se imaginan, queriéndonos preguntar de dónde el recurso. Otro es el impuesto que se le cobra al mal gobierno porque está metiendo la carretera para que llegue fácil sus policías y su ejército a desalojar a nuestros

---

<sup>62</sup> Nos referimos aqui às cooperativas Mut Vitz e Ya'chil Xojobal Chu'icha'n. Os cooperados de ambas estão ligados historicamente ao movimento zapatista da região. (Dados das Juntas de Bom Governo, 2003-2010)

compañeros y compañeras, y a otros hermanos y hermanas, en Montes Azules. Y ahí se le cobra pues el impuesto y eso es lo que invierten en el Banco Popular Zapatista. (...) (Moisés, Cuarto Viento..., 2009)

O surgimento do banco popular autônomo zapatista (Banpaz) no Caracol de La Realidad se deu a partir de discussões dos próprios habitantes das comunidades locais. Apesar dos esforços das autoridades da Junta de Bom Governo de La Selva Fronteriza para a criação de um sistema de saúde autônomo baseado na medicina preventiva, muitos moradores dos municípios autônomos locais necessitavam fazer empréstimos em dinheiro junto a pequenos proprietários da região para os casos em que precisavam viajar longos trajetos até um hospital estatal mais próximo.

Foi a partir disso que as comunidades reuniram um fundo, inicialmente voltado a empréstimos para os doentes necessitados, composto por um aporte advindo do EZLN, das doações feitas a um jovem doente (cujo valor era mais que o suficiente para seu atendimento individual), dos impostos cobrados junto às empresas de construção de rodovias locais e uma outra parte advinda dos ganhos obtidos com o sistema de transporte administrado pela Junta de Bom Governo. Todo solicitante de empréstimos junto ao Banpaz precisa ter o aval da assembléia comunitária, testemunha de sua necessidade real em realizar o empréstimo. O prazo para pagamento da dívida com o banco é colocado pelo próprio requerente.

No início as comunidades cogitaram que o banco funcionasse para realizar empréstimos a projetos individuais, mas quando se deram conta que era um puro negócio restringiram os empréstimos à questões de saúde e hoje em dia aos projetos coletivos. Uma das autoridades da Junta de Bom Governo de La Realidad afirma que o banco é:

“parte de nuestra autonomía, en la que nosotros mismos podemos crear nuestros propios recursos económicos, nuestros alimentos, nuestros servicios de salud y educación, nuestros medios de comunicación y modos de comercialización. Así lo estamos haciendo, cada vez con menos dependencia de afuera, porque al principio (hace ya seis años), empezamos con más apoyos del exterior. Ahora somos cada vez más independientes y, por lo tanto, cada vez más autónomos” (Ruiz *apud* Muñoz, Glória. 2009)

Lembremos que o banco zapatista do caracol de La Realidad, que conseguiu recursos junto à comunidade para constituir o fundo de empréstimos para assistência médica e estímulo a projetos produtivos, consiste por si só um exemplo de auto-organização econômica que retoma as experiências de auto-organização das associações

mutualistas dos trabalhadores industriais do século XIX e início do século XX<sup>63</sup>, precursoras da seguridade social que viria a ser praticada após a primeira guerra pelos Estados dos países capitalistas centrais.

Porém, há um problema de escalas de ação política presente aqui. Quando a cobrança de impostos pelos zapatistas passa a ser uma fonte de recursos para a formação de um banco de empréstimos voltados ao atendimento de demandas sociais das comunidades, poderíamos nos perguntar: É possível um movimento social, desde uma legitimidade baseada nas *autonomias* dos povos indígenas, gerar um programa de alternativa econômica, mesmo que em âmbito comunitário? Ou como pergunta Yañez (2006), há uma economia zapatista?

Para Hilsenbeck, os bens produzidos e a matéria-prima empregada indicam que as comunidades zapatistas estão afastadas do mercado mundial e, por isso mesmo, ocupam posição marginal e periférica na estrutura econômica, inclusive enquanto modelo econômico alternativo ao modelo de capitalista de mercado. Suas experiências autogestionárias não podem ser pensadas como modelo ou mesmo sistema econômico. Além disso, a baixa renda obtida com a comercialização de produtos com baixo valor agregado faz com que as autoridades zapatistas demonstrem grande fragilidade política e econômica para exercer “atos mínimos de governo”, dependendo diretamente de recursos da própria comunidade e de doações advindas de doadores nacionais e internacionais (2007: 218).

Essa enorme dependência do dinheiro de apoiadores internacionais é questão nevrálgica para pensar o significado da autonomia. Cal y Mayor (2009: 156) aponta que a negação da institucionalidade, dos vínculos e dos recursos oficiais por parte das autoridades dos municípios autônomos zapatistas significa na prática uma grande dificuldade na obtenção de bens materiais. Apoiadores internacionais e o dinheiro estrangeiro parecem ser a principal fonte de recursos financeiros do auto-governo zapatista, o que torna o zapatismo extremamente vulnerável à economia das ONG's européias.

Apesar da dificuldade em identificar a origem e os caminhos dos recursos necessários à criação dos serviços que chegam aos municípios autônomos, Aracy Cal y

---

<sup>63</sup> Segundo Mézaros, as associações dos trabalhadores não são um bloco isolado da sociedade capitalista a exemplo do que afirmava Proudhon, mas produto da contradição entre relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas dessa mesma sociedade, como concebido por Marx. Nesse sentido, política e economia não caminham separados mas estão sempre em determinação recíproca (Mézaros, 1993: 82, nota 13).

Mayor, a exemplo de Saavedra (2007), é categórica ao afirmar que tais recursos são fundamentais para a própria existência das estruturas dos municípios autônomos zapatistas e das Juntas de Bom Governo, de forma paralela ao Estado. E que por isso é difícil pensar a possibilidade de expansão das autonomias nos termos zapatistas para o resto do país.

Para a autora, alguns municípios autônomos contam com serviços de saúde, educação, projetos produtivos e afins de melhor qualidade que aqueles prestados pelo Estado, porém em vários municípios os serviços simplesmente inexistem e a situação dos auto-governos é caracterizada pela penúria financeira (Hilsenbeck, 2007: 218). Lembremos que o banco zapatista do caracol de La Realidad é exemplo de auto-organização econômica que, em certos sentidos, retoma as experiências das associações mutualistas dos trabalhadores industriais do século XIX e início do século XX<sup>64</sup>, precursoras da seguridade social que serviria às necessidades do Estado na regulação a reprodução da força de trabalho. Por outro lado o motivo de existência do banco zapatista foi a dificuldade da população zapatista em acessar serviços básicos de saúde, o que, por si, só indica a dificuldade material das autonomias zapatistas. Mas diante disso perguntamos: Existe a gestação de uma economia alternativa por parte dos zapatistas?

Se o desenvolvimento econômico zapatista é definido pelo seu valor-de-uso social, determinado pelas práticas de formulação e tomada de decisão dos auto-governos, baseadas nas necessidades sociais manifestas nas assembleias comunitárias, como poderíamos decretar a irrelevância da autogestão zapatista baseados apenas na observação dos tipos de bens e matérias-primas produzidas nas comunidades zapatistas, como propõe Hilsenbeck (2007)? Ou no baixo grau de “desenvolvimento” das comunidades ,como propõe Saavedra (2007)?

Não seria importante pensar os critérios de uma outra economia, com base nessas experiências autonômicas zapatistas relativas à produção, organização do trabalho, comercialização e criação de infra-estruturas comunitárias? E talvez colocar em questão a própria noção de desenvolvimento?

---

<sup>64</sup> Segundo Mészáros as associações dos trabalhadores não são um bloco isolado da sociedade capitalista a exemplo do que afirmaria Proudhon, mas produto da contradição entre relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas dessa mesma sociedade como diz Marx. Nesse sentido política e economia não caminham separados mas estão sempre em determinação recíproca (Mészáros, 1993: 82, nota 13).

### 3.7 - Economia Zapatista e Desenvolvimento Alternativo

Da mesma forma que Holloway (2005) acentua o projeto zapatista como uma práxis que visa “mudar o mundo sem tomar o poder” focalizando o poder político, Yañez (2006) busca compreender os termos de uma possível práxis econômica, alternativa ao neoliberalismo, retomando as polêmicas entre os acadêmicos Victor Toledo, Sérgio Zermeno e Neil Harvey e o subcomandante Marcos, travadas logo após o lançamento da VI Declaração da Selva Lacandona em 2005.

Preocupado com as limitações da autogestão zapatista, Toledo estabelece os seguintes princípios para conceber um modelo de desenvolvimento econômico alternativo ao neoliberalismo a fim de dar continuidade ao programa de uma economia alternativa: biodiversidade e autogestão (aliança com a natureza), produção social do território, sustentabilidade como poder social (famílias, comunidades e regiões) e modelos agroecológicos (entendidos como formas de manejo da natureza baseados na teoria ecológica e nas práticas de etnoecológicas dos mais variados povos). Também enuncia que há necessidade dos princípios anteriores serem complementados por um novo papel da ciência e da tecnologia, além da domesticação do mercado. E se pergunta se, do ponto de vista econômico, os Caracóis zapatistas são sustentáveis (Toledo *apud* Yañez, 2006: 8).

O autor avalia que fechar as fronteiras e tentar “implantar clínicas, vendas, escolas ou cooperativas mantidas unicamente pela solidariedade nacional e internacional” (*traduzido de* Toledo *apud* Yañez, 2006: 8) é insustentável. Como alternativa a esse isolamento local dos territórios zapatistas e a essa dependência material das comunidades em relação aos recursos externos, Toledo propõe levar a cabo um projeto de modernização alternativa, amparado na produção de novas modalidades territoriais, na implementação de sistemas agroecológicos, na apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos, na retomada da aliança mesoamericana com a natureza e na “articulação econômica com setores alternativos (verdes, justos e orgânicos) urbanos e industriais” (Ibidem).

Nesse mesmo sentido, Aubry considera que a alternativa ao modelo neoliberal e ao agronegócio é a re-ruralização e re-campesinação da população, uma vez que se propõe um outro sistema de produção e um conhecimento, que convergem na defesa do território, da terra e do terreno, como sustentam os zapatistas em seus comunicados (Aubry, 2008:8).

Para Yañez, a VI Declaración de La Selva Lacandona não é muito clara a respeito de um programa de alternativa econômica ao neoliberalismo. Se a declaração tem por objetivo lançar um programa de lutas anti-capitalista abaixo e à esquerda, fundado nos princípios organizativos do mandar obedecendo, dela estão ausentes elementos referentes à economia, produção, emprego e comércio, a não ser quando apontados como parte do modelo capitalista neoliberal. Assim o EZLN estaria postergando uma discussão necessária sobre desenvolvimento, em nome de uma postura politicista própria da esquerda tradicional naquilo que ela compartilha com o capital: o projeto de desenvolvimento das forças produtivas.

De fato, a idéia dos territórios zapatistas como ilhas da utopia têm sido criticada de diferentes formas. Hilsenbeck afirma que “não devemos cair em uma idealização das experiências de autogoverno, autonomia e democracia direta levadas adiante pelas comunidades indígenas” (2007: 22). Por sua vez, Atílio Borón (2003) considera de fundamental importância que o zapatismo não incorra nos erros de uma bougainvilleanização<sup>65</sup> de suas experiências de autogoverno, uma recriação dos modelos de ilhas socialistas utópicas, condenadas ao fracasso no oceano capitalista em que as águas não param de avançar sobre a terra firme.

Victor Toledo, por seu turno, afirma que no México rural uma ampla gama de comunidades indígenas camponesas não pertencentes às fileiras zapatistas do EZLN recriam em seus próprios âmbitos territoriais um modelo de apropriação social da produção alternativo ao neoliberalismo, sem a necessidade de se definir politicamente. Por isso mesmo essas comunidades indígenas são flexíveis para “negociar, administrar e gerir tudo aquilo que convenha a seus objetivos de autogestão e autonomia locais” (*apud* Yañez, 2006: 2) superior ao zapatismo.

---

<sup>65</sup> Na década de 90, os habitantes aborígenes da ilha de Bougainville, localizada no Oceano Pacífico, sob domínio de Papua Nova Guiné, se rebelaram contra uma mineradora inglesa que devastara florestas, contaminara rios, expropriava terras e empregava seus trabalhadores em regime semi-escravo. Sofreram um embargo econômico e entraram em uma guerra de libertação contra o exército de Papua Nova Guiné e Austrália. Através de técnicas rudimentares de processamento de óleo combustível, criaram um diesel feito do óleo de côco que possibilitou a utilização de carros e máquinas motorizadas, abandonados pela mineradora. Criaram um sistema de diques e construíram pequenas hidroelétricas, inventaram armas de fogo com paus e pedras e lançaram mãos da medicina tradicional para tratar da saúde dos enfermos, alfabetizaram a população, Acabaram com a distinção entre as classes e após alguns anos conseguiram a assinatura de um tratado de paz com as forças inimigas. Os saberes tradicionais da população foram fundamentais nesse exemplo de revolução para uma sociedade sustentável que recriou na prática a idéia de desenvolvimento segundo o primado das necessidades sociais. Apesar disso, trata-se de uma experiência desconhecida em grande parte do mundo que podemos apontar como exemplo potencial de desenvolvimento através do poder local. Essas informações se baseiam no documentário “The Coconut Revolution”, da BBC, de 2000.

Toledo também critica o ELZN uma vez que a VI declaração não faz qualquer menção às milhares de comunidades indígenas camponesas voltadas à busca de sustentabilidade e não toma a natureza como eixo central da argumentação, o que infringe a cosmovisão meso-americana. Além disso, acusa o EZLN de lançar mão de antigas pretensões meta-territoriais, como a aliança operário-camponesa e uma nova Constituição no México, sem que tenha avançado efetivamente na consolidação das autonomias locais em seus territórios (*apud* Yañez, 2006, 3). Conclui que o EZLN se apresenta ao mundo como movimento social que funda novas práticas e relações sociais, mas possui objetivos iguais a qualquer outro agrupamento político tradicional.

Sérgio Zermeño concorda com as indagações de Toledo e aponta que nos escritos dos comunicados zapatistas “há muitos poucos parágrafos explicando o assunto do local-regional e da enorme riqueza que está implicada nos *caracoles*” (*apud* Yañez, 2006:4) de tal forma que em sua opinião as experiências autonômicas zapatistas deveriam ser muito mais visíveis para que outras comunidades do México pudessem seguir o exemplo.

Importante notar que tanto Toledo como Zermeño se preocupam com o exercício das autonomias zapatistas enquanto experiências não-sustentáveis e condenadas ao âmbito local por causa da tutela do EZLN e suas pretensões de exercício do poder em escala nacional, que segundo os autores está evidente na VI Declaração da Selva Lacandona (antes vc disse que é regional. Qual é o âmbito do poder pretendido pelos zapatistas, afinal?). Porém, ambos os autores não se preocupam com o exercício do poder do Estado e com as limitações impostas pelo capital às autonomias zapatistas e não-zapatistas quando estas se limitam ao âmbito local.

De fato, se sobrepuséssemos dois mapas, um com as maiores reservas de recursos estratégicos e biodiversidade; outro com as regiões habitadas e as bases sociais de organizações camponesas e originárias atingidas pelos projetos de infraestrutura, teríamos muito claramente uma sobreposição de recursos e populações atingidas em mobilização (Porto-Gonçalves, 2009) <sup>66</sup>. São os expropriados da nossa contemporaneidade, expelidos das suas terras de subsistência, de soberania alimentar, de saberes ancestrais, sendo empurrados para as aglomerações urbanas para abastecer o exército industrial de reserva e ampliar a exclusão social. Segundo Ana Esther Ceceña (2009), são produtos das políticas de Banco Mundial, financiadas pelo Capital

---

<sup>66</sup> Tal idéia foi proferida Por Carlos Walter Porto-Gonçalves em palestra realizada no Seminário Meszáros: O desafio e o Fardo do Tempo Histórico, USP, 12 de agosto de 2009.

transnacional e apoiadas pelas elites políticas e econômicas dos países “em desenvolvimento”, empolgadas com o acúmulo do PIB e o desenvolvimento das forças produtivas.

No México, a ocupação transnacional do território vem se dando na frente econômica e militar, através da conjugação do Plano Puebla Panama, que consiste na interligação de um corredor de infraestrutura que conecta os EUA até o Panamá, à iniciativa Mérida, um projeto de militarização e articulação dos serviços de inteligência e segurança dos países da América Central e México aos EUA. Ceceña nos lembra que a Selva Lacandona em Chiapas (núcleo do território zapatista) é um dos territórios nodais de ambos os planos, uma vez que agrega as últimas grandes reservas de biodiversidade, com grandes recursos minerais e energéticos ainda intocados (Ceceña, 2009: 205).

Nesse contexto de avanço do capital contra os territórios indígenas e camponeses de Chiapas, torna-se nula (ou reduzida?) a possibilidade dos zapatistas lançarem um projeto de oposição ao neoliberalismo que seja capaz de utilizar qualquer uma de suas experiências de desenvolvimento local como modelo a ser replicado por outros movimentos sociais, caso esse projeto não esteja conectado a luta política de abrangência nacional.

Além disso Neil Harvey considera que os zapatistas ressaltam a importância das reivindicações do movimento indígena por um modelo de desenvolvimento alternativo, mas que há uma forte limitação para a conquista desses objetivos por parte das outras organizações não-zapatistas de Chiapas. Problemas agrários, queda de preços, fim de subsídios, privatização de empresas públicas, falta de acesso à saúde e educação eram temas das manifestações de outras organizações de Chiapas que, diante da repressão governamental, se somaram às fileiras do EZLN. (Harvey *apud* Yañez, 2006: 5), que por sua vez participa ativamente do Congresso Nacional Indígena (CNI) composto por organizações indígenas de todos os estados do México, cuja linha política de aliança entre homem e natureza rechaça abertamente a privatização de recursos naturais.

Por outro lado, a proposta de Toledo para o desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas envolve o uso racional de recursos e a flexibilidade para gerenciar as relações com outros setores da sociedade em prol do desenvolvimento local, o que para Harvey significa uma possível confluência entre localismo sustentável e o novo setor empresarial atrelado à idéia de capitalismo ambientalmente e socialmente responsável (*apud* Yañez, 2006: 7). Em outras palavras, Harvey previne que o debate

sobre modelos de desenvolvimento alternativo é fértil, mas que certas experiências de desenvolvimento local citadas por Toledo não passam de “capitalismo ecológico neoliberal” para o qual os esforços de apropriação social do território por parte das comunidades não pode ceder espaço.

Apesar da insustentabilidade da auto-reprodução do projeto autônomo zapatista como um sistema capaz de se contrapor à magnitude das forças do Capital, consideramos que a chave para explicar sua permanência está na compreensão da autonomia e do território como elementos da *economia moral zapatista*. Tal conceito, conforme definido por Thompson (2005) remete ao confronto do sujeito do campo à modernidade capitalista, que significou a “aliança para progresso da pobreza” (*traduzido* de Aubry, 2009: 8), a partir da expropriação de terras, conhecimentos da natureza e do trabalhador, códigos biogenéticos de plantas e animais, contaminação do solo, dá água, desmatamentos, exploração da mão-de-obra sem-terra, seja no campo, seja na cidade.

### **3.8 - A economia moral zapatista**

O protagonismo dos camponeses indígenas na história política de um país como o México contrasta fortemente com as considerações clássicas de Marx sobre a preponderância e o papel central do proletariado industrial urbano na luta de classes e o caráter residual do camponês ou da tribo sem-Estado, enquanto trabalhador direto vinculado aos seus meios de produção pelas relações de propriedade comunais, familiares e naturais (Marx, 1975: 65). Aqui buscamos refletir acerca de uma vinculação intrínseca da *economia moral* com as lutas sociais autônomas nas quais os principais sujeitos do conflito contra os agentes do capital estão muito mais próximos do que definiríamos como camponeses do que com o proletariado urbano-industrial, apontado por Marx como o principal sujeito da revolução social contra o capital. A figura do camponês é fundamental para compreender as possibilidades de revolução nos países subdesenvolvidos, uma vez que o meio rural coloca as condições objetivas para desenvolver a estratégia da guerrilha: militantes civis e militares diluem-se na massa (Hobsbawm, 2007).

Em franca extinção numa sociedade onde a terra tende historicamente a se tornar pura e simplesmente propriedade privada (meio-de-produção e/ou mercadoria objeto de

especulação), o trabalhador pequeno proprietário ou trabalhador de propriedades comunais da terra, assim como o artesão das cidades, vê suas condições de trabalho serem dissolvidas pelos pressupostos da acumulação de capital: a) disponibilidade de trabalho livre como força de trabalho vendável, útil no mercado para gerar produtos mercantilizáveis e b) separação do trabalho livre dos meios de produção e da matéria-prima<sup>67</sup>.

Para Marx, o campo é o laboratório natural do trabalhador e o ponto de partida necessário para a conformação da propriedade privada e do proletariado. O avanço das relações capitalistas no espaço rural significa a expropriação do campesinato dos meios de produção, de modo que o campesinato passa a ser formado por indivíduos proprietários única e exclusivamente da própria força-de-trabalho. Nessa narrativa de formação do trabalhador assalariado é fundamental para Marx diferenciar o proletariado (novo sujeito social do mundo industrial) das massas rurais que tiveram seus direitos naturais à terra (tribais, divinos, sanguíneos, familiares) destituídos de significado e de efetividade devido ao avanço das relações sociais capitalistas no campo. A marcha da “modernização” passa pelo campo e pela dissociação do camponês dos próprios meios de trabalho, convertendo terra e força de trabalho em mercadorias livres para serem compradas e vendidas. Aquilo que Marx denomina direito natural à terra é historicamente esmagado pelo movimento expansivo da economia do valor-de-troca sobre as relações sociais existentes ao redor do globo, em função de uma única relação: a relação de capital, movida pela lógica de acumulação.

Como é sabido, Marx empreendeu uma análise crítica à economia política de Adam Smith e David Ricardo, conhecida como “clássica”. Os economistas clássicos se detinham na compreensão dos mecanismos de mercado que explicariam o acúmulo de riquezas pelos indivíduos, se apoiando em uma noção de *homem econômico natural*, cuja universalidade (a)-histórica interligaria todos os homens. Os indivíduos acumulariam riquezas a partir de suas capacidades individuais de produzir bens e interagir com a “mão invisível” do Mercado, reguladora das trocas econômicas através da *lei da oferta e da procura* de mercadorias. Ou seja, os indivíduos se realizariam enquanto comerciantes e não como produtores. Para Marx, essa universalidade da lei de mercado institui o ideal burguês do isolamento dos indivíduos e da sua produção; um

---

<sup>67</sup> Segundo Jessop, a acumulação depende do equilíbrio de três momentos: “a expansão das relações de mercado (mercantilização do mundo, regime de propriedade, etc), a reprodução-regulação de mercadorias fictícias (notavelmente Terra, Força de trabalho, Dinheiro, Conhecimento e Tecnologia) e a manutenção dos suportes extra-econômicos do capital” (Jessop: 2001, 88).

ideal que despreza não apenas os laços “naturais” (sanguíneos, familiares, tribais) entre seres humanos, mas também o caráter cada vez mais integrado dos indivíduos vivendo na sociedade de seu tempo, através da universalização das trocas de mercadorias, valorizadas pelo trabalho humano contido nelas.

Só no século XVIII, na ‘sociedade burguesa’, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (...) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade (Marx: 1982, 4)

A partir da crítica da economia política clássica, Marx define um método de apreensão da realidade centrado no caráter conflituoso e eminentemente político da economia. Sua análise da *produção*, da *circulação*, da *mercadoria* – categorias centrais da economia política clássica – deriva para a apreensão da realidade centrada no *trabalho humano* e na sua apropriação *político-econômica* formalizada pela propriedade privada dos meios de produção, instituída pelo Estado e pressuposto do Mercado. É na demonstração do trabalho alienado, estranhado do produtor, que Marx identifica a tensão entre produtor direto e o proprietário dos meios de produção. Sua obra enfatiza a necessidade de compreensão do sentido histórico da luta social no terreno estático da economia política e aponta que o movimento histórico e os sujeitos desse movimento são o centro da análise dessa sociedade.

Há muito tempo a obra de Marx têm sido centro de intensos debates com implicações prático-teóricas. Sem se ater ao resgate das inúmeras correntes marxistas militantes ou teóricas surgidas ao longo de 150 anos, consideramos que uma das bases da discórdia no seio da teoria marxista é a tensão entre sujeito histórico e estrutura social. Ou seja, até que ponto as diversas correntes marxistas enfatizam ora o sujeito ou ora as estruturas em suas análises da realidade histórica?

A observação histórica das sociedades nos permite reconstituir as condições políticas e as lutas sociais que determinaram, limitaram e, até certo ponto, alteraram o surgimento do mercado, naturalizado na teoria pelo uso das categorias da economia política clássica:

Eu disse que Marx tornou visíveis as ‘regras’ do capital. Para isso, foi necessário proceder através de uma ‘Crítica da Economia Política’. Dessa maneira ele pôde formular o conceito de um ‘modo’ capitalista de produção, tanto como circuito do capital como um modo de auto-reprodução, pelo qual o capital reproduzia as relações produtivas que permitiam sua própria reprodução. Esse modo de produção pôde então ser conceitualizado como uma estrutura integral, na qual todas as relações devem ser tomadas simultaneamente como um conjunto, e

na qual cada regra tem sua definição dentro dessa totalidade. A partir disso, acrescentou (por vezes erroneamente) as formas de desenvolvimento pelas quais esse modo poderia passar, e mais ainda, (e mais precipitadamente) projetou sua ‘lei do movimento’ no futuro. O fato de que essas ‘leis’ ou ‘tendências’ não operam (ao contrário do que ele uma vez afirmou truculentamente) com ‘necessidade férrea no sentido de resultados inevitáveis’, pode ser explicado, em parte, por ter Marx subestimado as tendências contrabalançadoras em operação. (Thompson, 1981: 170-1)

Utilizo essa interpretação para refletir sobre a transformação da terra em mercadoria e para pensar no surgimento da *economia moral zapatista* como mais uma manifestação das “tendências contrabalanceadoras” subestimadas por Marx na sua abordagem do desenvolvimento das forças produtivas. Para Thompson, a *economia moral* não se resume a uma mera prática discursiva, um retorno ao passado, um resíduo reacionário ou romântico, mas constitui um princípio organizativo do modo de vida pré-industrial e assalariado, reinventado e reapropriado pela população em processo de proletarianização que experimentava e compartilhava o avanço das relações capitalistas sobre os mercados de alimentos:

Nenhum outro termo parece se oferecer na hora de descrever a maneira como muitas relações ‘econômicas’ são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades industriais e camponesas. Essas normas existem como um tecido de costumes e usos, até serem ameaçadas pelas racionalizações monetárias e adquirirem a autoconsciência de *ser* uma ‘economia moral’. Nesse sentido, a economia moral é invocada como resistência À economia do ‘livre mercado’ (...) As racionalizações ou modernizações do mercado capitalista afrontavam as normas da comunidade e criavam ininterruptamente um antagonista ‘moral’ (Thompson, 2005: 258).

No estudo de Thompson, as turbas inglesas do século XVIII recorriam às leis caritativas de regulação de mercado que asseguravam o fornecimento de alimentos a preços acessíveis, de forma que não tornassem os consumidores reféns da especulação dos mercadores, atravessadores e produtores. Além da especificidade da *economia moral* para analisar as particularidades da industrialização e da liberalização dos mercados na Inglaterra, concordamos com Thompson quando aponta o acesso à terra e a seus produtos como o fundamento do *modo de vida e da visão de mundo camponesa*, constituídas pelo primado da subsistência e da reciprocidade. Uma vez que o avanço das relações capitalistas põe em xeque “a norma da reciprocidade e o direito à subsistência como elementos morais genuínos da ‘pequena tradição’ (...) – isto é, na cultura camponesa, de modo universal” (Thompson, 2005: 259), as massas camponesas resistem e se lançam na luta de classes<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Para Thompson, inclusive, a cultura de organização política que origina a criação de associações mutualistas dos trabalhadores da indústria no século XIX herda a cultura organizativa radical da plebe/turba inglesa dos séculos XVIII e XVII, que trabalhava no campo e nas manufaturas, nos portos e

Ora a formação de um mercado que oferta a força-de-trabalho necessária para a produção de mercadorias na indústria está conjugada à apropriação privada dos territórios “naturais”. Para Rosa Luxemburgo e Karl Polanyi, a conversão da natureza em terra “destituída de toda significação social e cultural” constitui um espectro social estruturante do processo de acumulação capitalista do mesmo porte da utopia liberal, que busca a converter todo o ser humano em força-de-trabalho (Alimonda: 2006, 242). Tanto um como outro, convertidos em mercadorias, serão negociados por outra mercadoria: o dinheiro. Este por sua vez, somado à ciência e à tecnologia conforma o conjunto de *mercadorias fictícias* que constitui o suporte da sociedade de mercado.

Ao colocarem em questão os usos correntes da terra e do território, os zapatistas desenham no nível do discurso e da prática uma proposta de ruptura com o capital que, como podemos observar através dos relatórios e estudos sobre as comunidades zapatistas, acreditamos constituir um trabalho de base silencioso e cotidiano de construção política e econômica local e regional, subvalorizado pelas narrativas da ruptura revolucionária, mas que apenas poderemos compreender a partir de uma maior ênfase analítica nas implicações organizativas de tais processos autônômicos. Afinal, por que persistem em resistência?

---

nas praças de mercado. O desaparecimento dessa cultura proletária devido ao acirramento dos mecanismos de controle do trabalho dentro e fora das fábricas foi acompanhado do fim da perspectiva de auto-organização dos trabalhadores e de um maior direcionamento de suas organizações à forma sindical que conhecemos hoje em dia, controlada de perto pelas instituições estatais de regulação social do mercado de trabalho. Essas considerações de Thompson estão presentes no livro *Peculiaridade dos ingleses e outros escritos* (2001) e são parte do debate travado pelo autor contra os argumentos de Perry Anderson acerca do reformismo da classe operária inglesa desde o século XIX.

### 3.9 - Autonomia como princípio de organização

Na superposição entre terra (meio de produção) e território político observamos a ligação entre economia e política que fundamenta o porquê da continuidade e da organicidade do EZLN e seu projeto político junto às comunidades indígenas de Chiapas. Consideramos que a capacidade de replanejar o espaço geográfico “liberado” pelas armas do EZLN constitui o pilar da *economia moral da autonomia indígena-camponesa*, definida aqui como princípio organizativo da luta pelo controle social do *valor-de-uso* da terra e das estruturas de administração política do território, contra e apesar do Estado e do Mercado capitalistas, *respectivamente forma-política e forma-econômica das relações sociais de capital*.

Buscamos desenvolver a idéia de que a *economia moral* é capaz de qualificar o projeto político zapatista no campo da esquerda anti-capitalista e permite vislumbrar princípios organizativos das lutas de classe do futuro próximo, em que as organizações revolucionárias devem buscar a autonomia de ação dos militantes, garantindo as condições de reprodução da vida, de forma a liberá-la das relações sociais capitalistas que hegemonizam tempo e espaço.

Segundo Navarro, organizações camponesas de todo o país debatiam, desde 1991, os conceitos de *independência* e *autonomia*. O primeiro conceito foi criticado como termo frequentemente utilizado para marcar posição de confrontação com o Estado, mas que historicamente sempre esteve ligada às organizações que deixavam abertos os canais de diálogo com o poder instituído (2009: 39). Suas ações acabavam, dessa forma, marcadamente direcionadas pela lógica do Estado. Por outro lado, a *autonomia* surgia como conceito que remetia à total independência em relação a qualquer instância externa, sindical ou partidária, ainda que não defina claramente um posicionamento em relação ao Estado (Navarro, 2009: 39).

O conceito de independência era debatido pela esquerda mexicana desde os anos 60. Eram tempos em que o PRI controlava de perto todas as organizações operárias, camponesas e populares e a esquerda se debatia para conquistar sua independência frente ao Estado. As organizações que surgiram desde então adotaram uma linha pragmática para evitar os riscos de isolamento e exclusão em relação às políticas e às instituições estatais de que dependiam. Criaram organizações com estatuto jurídico-político de cooperativas e empresas para servirem de fachada a um lento e contínuo

trabalho de base, com o intuito de, num segundo momento, possibilitar a apropriação desses instrumentos pelas massas (Navarro, 2007: 39) de forma autônoma do controle do PRI.

Em síntesis, la problemática organizativa se desplegó de la cuestión de la independencia a la cuestión de la generación de formas de gobierno propias gestadas desde los sectores populares sin intervención externa, es decir a la cuestión de la *autonomia* (apud Navarro, 2009: 38)

Desde os anos 80, essas organizações produtivas camponesas ligadas à União Nacional de Organizações Regionais Campesinas Autônomas (UNORCA) exerceram um importante papel no ciclo de mobilizações por demandas relativas à apropriação do excedente econômico produzido no campo. Operou-se um sutil, mas profundo, atrelamento da *autonomia* (aquele que define sua própria lei) à *autogestão* (apropriação do processo produtivo) advinda das causas econômicas dos camponeses, nos termos de autonomia financeira, comercial e técnica dessas empresas sociais.

Tais organizações se mobilizaram pela garantia de infra-estrutura à produção, comercialização e estocagem, através de um trabalho de formação caracterizado pela criação de bases de apoio sob os princípios de organização democrática de formulação e tomada de decisão. Deram origem à elaboração de estruturas organizativas de abrangência territorial regional e estadual, como as *uniones de ejidos* (sindicatos ejidais) e sofreram seguidas críticas no campo da esquerda por desenvolverem projetos produtivos taxados de economicistas, num ambiente em que se pautava a sindicalização de trabalhadores rurais e a tomada de terras. (Navarro, 2009: 40).

Isso não impediu que as empresas sociais autônomas obtivessem certo sucesso, apesar da repressão estatal, da cooptação de lideranças pela moeda de troca dos créditos rurais e da diferenciação social entre os camponeses. O que possibilita a adesão dessas correntes do movimento camponês ao zapatismo é a aprovação das reformas neoliberais e a abertura dos mercados agrícolas, que pôs em risco as organizações camponesas autônomas.

Nesse sentido, consideramos que a autonomia que caracteriza a estratégia política zapatista dá especial ênfase à forma de organização necessária à emancipação dos trabalhadores, ao estabelecer no dia-a-dia da luta social um processo de “mudança nas correlações de força, na estrutura de poder e de propriedade, na inovação institucional” (traduzido de Lopez y Rivas, 2003: 6). A autonomia contribui para o projeto de democracia socialista, como defendida por Rosa Luxemburgo, ao reforçar a

consolidação do *gobierno conselhist*, um instrumento do poder popular surgido no âmbito das relações de produção, fundamental para a consolidação do controle social dos trabalhadores sobre a política e a economia em favor de seu projeto político (Lopez y Rivas, *idem*).

Seguindo essa tradição, destacamos a importância das *formas de organização das classes exploradas* para as lutas de classe, reunidas na construção de um projeto político de sociedade em que seja possível o autogoverno dos produtores diretos, uma vez que no capitalismo o Estado é um conjunto de instituições, mas também “o conjunto de princípios organizacionais que deve presidir à estrutura interna de todas as instituições, mesmo as que não lhe sejam diretamente ligadas” (Bernardo, 2005: 1). Sua importância não deve ser confundida como o objetivo final do movimento revolucionário, pois consideramos que não é possível implantar “ilhas de autonomia” no universo das relações capitalistas de produção “onde impera o autoritarismo, ou seja, onde a exploração se conjuga com a opressão” (Bernardo, 2005: 2). E perguntamos: não é isso o que os zapatistas buscam fazer, quando sustentam a bandeira da autonomia e levam a cabo práticas autogestionárias nos seus territórios em contradição com as estruturas do Capital? Essa de fato é a questão que move nossa análise do zapatismo.

“Sí, pues, por eso la autonomía está formando ahorita como estamos, capacitarnos ahorita ya como promotores de educación, de salud, es en lo que estamos trabajando también eso y por eso le llaman autonomía, que se forman parte de los indígenas también, que tengamos nuestra propia autoridad también, no nomás los gobiernos tienen, pues, sino que mismos indígenas también tenemos derecho de formar una parte como autoridad. Cómo vamos a defender a nuestro territorio, pues así es como están trabajando también la autonomía.” (María Victoria, promotora de derechos humanos del MAREZ ‘Ricardo Flores Magón’, Ocosingo *apud* GONZALEZ, 2008: 114).

A autonomia contém um caráter formativo quando sustentamos a dimensão assumida pela *autogestão* para pensar o caso zapatista, buscando qualificar o conceito de *autonomia* reivindicado pelos municípios rebeldes de Chiapas. A exploração conjugada com a opressão, instituídas pelas formas organizacionais hierárquicas condicionadas, difundidas e ensinadas pelo Estado, começam a ser enfrentadas a partir de formas de organização alternativas, inseridas na gestação de um projeto político anti-capitalista. É na organização interna das lutas sociais surgidas no âmbito das relações de produção, predominantemente capitalistas, que é possível avaliar a autonomia como princípio organizativo e como projeto político, na medida em que as “relações verticais de hierarquia se convertem em relações horizontais de solidariedade e coletivismo”

(Bernardo, 2005: 1) que enfrentam a verticalidade hierárquica das instituições moldadas pelo Estado e condicionadas pelas relações de capital.

Dentre os princípios da autogestão enquanto forma de organização, João Bernardo ressalta: a) o direito de todos darem a sua opinião, b) a rotatividade nas funções e nas tarefas e c) a possibilidade de revogar a qualquer momento os mandatos dos representantes e coordenadores eleitos. Concordamos com tais critérios para pensar o grau de auto-gestão das formas de organização dos *produtores diretos*. Pois é no conflito entre sujeitos sociais e os agentes das relações de produção capitalistas, manifestado no processo de exploração, que observamos o surgimento das formas de organização que negam as formas (mecanismos) de organização derivadas da política e da economia capitalistas: acreditamos que nesse nível surge a *práxis autônoma* de cunho revolucionário e que esta *práxis*, no caso zapatista, nega concretamente a separação liberal clássica entre as funções econômica e organizativa da vida social privada (sociedade civil) e vida pública política (Estado), surgidas pelo efeito de autonomização e separação entre Estado e Sociedade Civil enquanto esferas independentes entre si<sup>69</sup> (Dinerstein, 2009).

“Los logros que hemos tenido: ya tenemos Comisiones para sacar adelante la salud, educación y producción, entre otras trabajos para cubrir lo que faltan al pueblo, hasta ahorita ya no dependemos del mal gobierno. Nosotros, los logros que hemos tenido pues siempre es más de la salud, de la educación, de la producción, porque también a esas Comisiones pues ya tenemos promotores, quien se está llevando a capacitaciones para que esos promotores se sirvan a sus pueblos, a su municipio, y ya sea si es cuestión de salud, ellos se están preparando más: de lo que es cuestiones de medicamento, como es la prevención, bueno, hay muchos trabajos ahí en cuestiones de salud, pero son ellos que llevan esta tarea y son ellos que están preparando esas Comisiones. Igualmente lo que es de la educación, pues ya se están nombrando Comisiones, promotores o educadores para ayudar al pueblo; y en cuestiones de la producción pues igual manera, ya hay nombrados Comisiones quien lo está llevando. (integrantes da JBG de Morelia *apud* Gonzalez, 2008: 112)

Lembramos que a autonomia e a *práxis* autônoma, desenvolvidas a partir de organizações pertencentes à sociedade civil, não representam qualquer forma de negação *a priori* da efetividade das relações sociais capitalistas. A intervenção e a

---

69 Sob o capitalismo o Estado se “descola” da sociedade e a regula através do exercício da coerção e do consenso. Como um corpo externo ao meio social, mantém contínua vigilância sobre o estatuto formal da propriedade privada, fundamento da sociedade civil, que iguala todos os cidadãos perante a lei e garante a cada um deles a capacidade de firmar contratos. Os contratos de trabalho, formalidade do mercado de trabalho, são firmados por sujeitos iguais perante a lei, mas desiguais de fato enquanto proprietários dos meios de produção de um lado e proprietários da própria força-de-trabalho de outro. A economia capitalista se fundamenta nessa ideologia da igualdade formal entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, garantida pelo Estado vigilante. Do ponto de vista liberal a sociedade civil, que institui a fronteira da vida privada perante o Estado, garante formalmente a despolitização e a naturalização da economia capitalista baseada no processo de exploração do trabalho.

regulação da vida social se dão pelas mais variadas formas de relações de poder; relações de coerção e consenso que atravessam e inter-relacionam sociedade política (Estado restrito) e sociedade civil, segundo Gramsci. Nesse sentido, a autonomia total entre organizações da sociedade civil e Estado não passa de uma ideologia liberal que reafirma uma distinção tensa e contraditória entre instituições surgidas de uma mesma base social.

Para os fins desse estudo enfatizamos que apenas se compreendidos como parte da trama de contradições sociais da sociedade capitalista é que os processos autonômicos, a exemplo daqueles existentes nas comunidades de Chiapas, contém em si a potencialidade de formulação e execução da ação crítica e do projeto político hegemônico anti-capitalista.

Consideramos que no meio rural mexicano o projeto hegemônico neoliberal significou a inexistência e o desmonte das políticas públicas de Estado nas áreas da saúde, educação, saneamento, habitação, assistência técnica. Concomitantemente, deu-se início a uma política econômica de liberalização do mercado agrícola desde os anos 60 e 70 que, a exemplo do início do século XX, proletarizou novas massas camponesas e retomou a efervescência política do espaço rural, nas suas áreas mais pauperizadas pela expropriação de terras. Aqui interessa notar o desenvolvimento de formas de auto-organização das lutas por parte dos sujeitos do meio rural que, segundo nosso ponto de vista, estão baseadas na apropriação do território, amparada no princípio organizativo da *economia moral*.

Empregamos tal conceito para explicar a formação da identidade entre sujeitos que experimentam em comum os processos de expropriação, exclusão e competição desigual, verdadeiras *experiências de classe* que possibilitam a organização das lutas sociais anti-capitalistas, surgidas como ferramentas das visões de mundo em contradição crescente com a lógica do sistema do valor-de-troca e da acumulação. Nesse contexto, a retomada dos meios de produção pelas comunidades zapatistas é pré-condição dos processos autonômicos. Mas, para além disso, as formas de gestão da produção ensinam princípios organizativos de autogestão da sociedade.

### **3.10 - Territórios da Autonomia Zapatista: conceitos de território**

“Yo creo que la autonomía zapatista es una forma, pues más que nada como estamos viviendo en este sistema, apartarnos

del sistema que nos ha venido oprimiendo, nos ha venido marginando sobre todo a las comunidades. Yo creo que la autonomía zapatista es parte para liberarnos de lo que nos está pasando y pues es bastante importante y fundamental. Digamos que nosotros tenemos así como la relación con la tierra, si no hay tierra pues tampoco tenemos autonomía y con la autonomía tenemos derecho a defender nuestro territorio, todo, nuestra diversidad, tenemos nosotros la facilidad de defender nuestras propiedades, nuestros recursos y pues sin tierras y sin autonomía yo creo que no podríamos hacer nada. (Rosy, promotora de derechos humanos del MAREZ “Tierra y Libertad”, Motozintla *apud* GONZALEZ, 2008: 106)

Em plena era da mundialização do capital caracterizado pelo exercício do poder hegemônico por parte dos Estados capitalistas centrais e das mega-corporações transnacionais (Chesnay, 1996), o sentido do território para indígenas e camponeses assume um caráter de resistência anti-capitalista. Nosso argumento busca explorar esse projeto zapatista de reapropriação e redirecionamento dos meios de produção e reprodução material e simbólica nos municípios autônomos rebeldes zapatistas (MAREZ) de Chiapas. Para alguns autores, trata-se de processo de organização e reconstrução do poder popular a partir do território, caracterizado pela forma e conteúdo das atividades de formulação, planejamento e execução das decisões relativas à vida nessas comunidades. Para outros, não passa de um resquício do poder político zapatista em Chiapas, totalmente sujeito aos desafios da autogestão e da autonomia diante da magnitude do sistema dos recursos de poder dos quais o Estado e o Mercado dispõem

Como já dito antes, os primeiros municípios autônomos zapatistas foram constituídos em dezembro de 1994. Cada município autônomo consiste em um conjunto de comunidades, não necessariamente vizinhas espacialmente. Estão fundadas nas terras juridicamente definidas pelo Estado mexicano como *propriedade social* ou em terras ocupadas desde 1994 e não reconhecidas oficialmente (Ornélas, 2005). Vale dizer que a municipalização zapatista não condiz com a municipalização oficial. Comunidades localizadas em um município oficial estão agregadas junto às comunidades de outros municípios oficiais, o que segundo Ornelas (2005) manifesta uma territorialização dos povos em contraste às impostas pelo Estado.

A autonomia entendida como prática e projeto de construção do poder popular anti-capitalista abrange todo o conjunto de ações que signifique a tomada dos meios materiais e simbólicos de produção e reprodução social das vidas comunitárias, e que aponte para o surgimento de novas relações sociais contra e para além do capital. Nesse

sentido, é fundamental que busquemos a compreensão do principal elemento da autonomia zapatista expresso na citação acima: o território.

A terra, para os zapatistas, não está limitada à sua valoração social como puro e simples meio de produção ou como mercadoria em si, conforme reza a lógica capitalista, mas como fundamento do *modo de vida indígena e camponês*, de sua *cosmovisão* (Lopez y Rivas, 2008). Isso envolve a tomada de terras e a territorialização zapatista do espaço. Qualificamos a autonomia zapatista pela capacidade desse movimento social reinventar o território, como afirma Porto-Gonçalves (2006). E, nesse sentido, podemos dizer que o processo e a forma de ocupação territorial exercida a partir do surgimento do movimento zapatista e do exercício do poder por parte de suas bases sociais se define por uma outra territorialidade, um projeto (prática cotidiana e uma orientação político-ideológica) de ocupação espacial em resistência ao regime de produção do espaço capitalista.

“Es importante destacar el elemento místico en el concepto de territorio. Territorio no es un pedazo de tierra nada más, no se puede definir con una sola palabra (no existe una traducción directa en los principales idiomas indígenas de Chiapas). Tiene que ver con donde sembramos el maíz, donde nacemos, donde nos casamos, donde tenemos los hijos. Tiene que ver con los bosques, con los animales, con los lugares sagrados, las cuevas, las lagunas, los cerros. El territorio somos los pueblos.” (Seminario permanente anual ‘Derechos de los Pueblos Indígenas’, 1ª sesión: “El derecho al territorio de los pueblos indígenas”, CDH Fray Bartolomé de las Casas, novembro de 2005 *apud* GONZALEZ, 2008: 69).

Defendemos que a territorialidade da resistência do zapatismo qualifica a autonomia do movimento ao questionar o território do poder hegemônico da modernidade, constituído politicamente através do Estado-Nação moderno e do *livre-mercado global*. A *imbricação da geopolítica* com os movimentos sociais não está limitada a uma manifestação da perda do papel central da classe para uma *nova forma de fazer política*, relativa ao “renascimento do interesse pela sociedade civil e pelas relações entre Estado e sociedade em geral” (Slater, 2000: 504), mas acima de tudo a uma dimensão histórica de crise das velhas territorialidades da identidade política, conformadas pela fábrica e pela fazenda (Zibechi, 2003: 186).

Alguns autores citam o esgotamento do projeto de modernidade, manifesto pela perda da exclusividade dos Estados nacionais em representar e planejar o território diante da globalização econômica e do neoliberalismo (Raffestin, 1993 *apud* Ribeiro, 2005: 267). O território se torna uma dimensão essencial da política, desafiando os locais específicos do político na modernidade: partidos, arenas e processos de representação. A articulação entre identidades político-culturais e o território revela a

capacidade do espaço de resguardar orientações culturais, resignificadas politicamente em novos contextos como possibilidades alternativas de prática social e de reprodução social. Cabe, portanto, retomar a idéia de *espaço herdado* de Milton Santos (*apud* Ribeiro, 2005) para pensar a territorialidade do zapatismo e de outros movimentos sociais que qualificam a autonomia política através da “liberação do território” e da construção do poder popular, apesar do Estado:

O espaço não é formado, somente, pela superfície construída pelas últimas trocas intergeracionais e, muito menos, pela última modernização. Ao contrário, o espaço herdado é formado por um contínuo intercâmbio entre mortos e vivos, em que as normas e as regras inscrevem-se na materialidade, orientando a cultura imaterial. Os objetos contêm a ação (possível e necessária), da mesma maneira que a ação refaz os usos dos objetos, atribuindo-lhes sistematicidade e atualizando-os. Ao propor a reflexão do espaço herdado, este autor aciona a categoria sartreana de *prático inerte*, o que permite que o espaço seja compreendido em sintonia com o senso prático dos homens lentos. (...) O espaço perde, com esta orientação teórica, a sua aliança com o racionalismo abstrato e com a matematização do mundo. Adquire novas conotações e espessura simbólica, possibilitando a afirmação tendencial de um outro mapa... (Ribeiro, 2005: 269)

Ora, quando consideramos a capacidade de reorganização da vida social dos municípios autônomos de Chiapas, relatamos a aplicação de novos mapas por parte de um movimento social em franca contestação com o uso economicista ou politicista do território: ou melhor, tais divisões revelam a possibilidade do (re)planejamento político, econômico, cultural abaixo e à esquerda, a ser manifestado nos novos mapas de Chiapas.

Essa territorialização da política revela a construção de sujeitos políticos que se lançam na reconquista do espaço geográfico como parte de um *repertório de ação* (Tarrow, 1993) mais apropriado para um contexto específico, em que o caráter histórico e social do território nacional é evidenciado pela livre-circulação de mercadorias, fluxos financeiros e a integração subalterna dos países do Sul no comércio internacional. Ao mesmo tempo, a ocupação de terras e a demarcação de novos territórios como estratégia de luta dos movimentos sociais revela e reativa as dimensões político-militares de constituição do Estado, historicamente conformado pela centralização dos meios de exercício do consenso e da coerção que asseguram os domínios territoriais da hegemonia nacional. A forma Estado-Nação moderna ocidental pretende uma universalidade, inclusiva redentora, que pressupõe uma zona excluída desgraçada pela barbárie do além-fronteira:

A ameaça de anarquia e alteridade do lado de fora intensificaria a inclinação para ver os entendimentos e princípios comuns de participação compartilhados como normas adequadas de julgamento político no interior do Estado e fortaleceria a concepção do Estado territorial

como a unidade mais alta de lealdade política, identificação e participação democrática (Slater, 2000: 507)

São nessas terras de outrem, de “anarquia e alteridade”, a exemplo dos territórios zapatistas no México que, acreditamos, se desenvolvem experiências de poder popular apesar do Estado. Quando assumimos como realidade objetiva as necessidades de constituição de espaços internos e externos de exercício do poder, podemos também falar de “dentro” e “fora” da economia de mercado, do Estado capitalista ou das relações de capital. Entendidos como sistemas fechados, tanto a política como a economia obscurecem as possíveis fissuras que compõem os mosaicos de contradições sociais, que constituem os projetos hegemônicos. O resultado é a naturalização das formas hegemônicas de tempo e espaço, economia e política, construídas social e historicamente.

Sugerimos que a territorialidade do movimento neozapatista se realiza no dia-a-dia da posse e da organização dos *meios de produção e reprodução da vida das bases sociais zapatistas*. À luz das experiências autonômicas e todas as suas limitações questionamos: podemos ignorar outras racionalidades e projetos de novas relações sociais que se organizam apesar do Capital em sua forma-política e em sua forma-econômica? Podemos menosprezar os espaços apropriados e criados pelo poder popular, a partir das formas de organização dos desvalidos da terra, para o enfrentamento das relações sociais capitalistas que se fundamentam nas estruturas do Estado e do Mercado?

### **3.11 - A estratégia contra-insurgente contra as autonomias**

Para pensar os problemas da repressão levantados por Borón (2003) referentes ao auto-isolamento dos zapatistas em Chiapas, abaixo abordaremos alguns casos que evidenciam os limites que o Estado impõe à autonomia zapatista, não apenas quando busca a regulação estatal através do apelo ao diálogo como estratégia para evitar o aniquilamento; mas também quando o movimento exerce uma precária mas incômoda autonomia de formulação, decisão e execução das próprias políticas em relação ao Estado, constituindo aquilo que poderíamos definir como forma de organização embrionária do poder popular.

Se, de fato, os zapatistas engendram uma restrita, mas significativa, autonomia em relação ao Estado, isso se dá pelo fato do EZLN ter possibilitado a liberação dos meios de exercício do poder econômico e político à população indígena camponesa de Chiapas, através do levante armado. Mas ao mesmo tempo em que a liberação territorial possibilita o fortalecimento e a qualificação dos processos autonômicos das comunidades indígenas camponesas, não incorre em um fechamento comunitarista endógeno que acentua o isolamento político e o aumento da repressão contra as autonomias, uma vez que foram estabelecidas em contexto não revolucionário?

A partir dessa pergunta traremos alguns exemplos sobre o que se convencionou denominar *guerra de baixa intensidade*, tida como a principal estratégia de repressão empreendida pelo Estado contra o movimento zapatista. Poderemos então definir quais os termos atuais em que o uso da violência está fundamentado para legitimar a ação do Estado e criminalizar o zapatismo e pensar se esses limites não estão sendo cada vez mais esticados pelo governo do México para despolitizar a causa zapatista e os problemas sociais em geral, de forma a reinaugurar uma guerra contra o crime que iguala movimentos sociais ao narcotráfico<sup>70</sup>.

No texto *El Calendario y La Geografía da Guerra*, apresentado em Colóquio realizado em San Cristóban de Las Casas, Chiapas, o Subcomandante Marcos, líder e porta voz do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), comenta que após anos de articulação política pelo México, o zapatismo parece estar diante de uma nova reação militar e paramilitar às suas bases sociais em Chiapas:

Quisiera aprovechar la ocasión para comunicarles algo. Es ésta la última vez, ao menos en un buen tiempo, que salimos para actividades de este tipo, me refiero al coloquio, encuentros, mesas redondas, conferencias, además de, por supuesto, entrevistas. (...) Miren, el EZLN es un ejército. Muy outro, es cierto, pero es un ejército. Y, además de la parte que ustedes quieren ver del *Sup* (...), como vocero, 'ideólogo' o lo que sea, creo que ya tienen edad para saber que el *Sup* es, además, el jefe militar del EZLN. (...) Como hace tiempo no ocurría, nuestras comunidades, nuestras compañeras y compañeros, están siendo agredidas. Ya había pasado antes, es cierto. Pero es la primera vez desde aquella madrugada de enero de 1994 que la respuesta social, nacional e internacional, há sido insignificante o nula. (Marcos, 2007: 54).

---

<sup>70</sup> A semelhança com o tratamento dedicado pelo Estado a qualquer sujeito que expressa o protesto social é evidente nos dias de hoje. A guerra ao narcotráfico é apontada como verdadeira locomotiva ideológica da máquina de guerra dos EUA e dos governos de direita da América Latina contra os mais importantes movimentos sociais do continente, incluindo as guerrilhas surgidas nas décadas de 70. Os casos de El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Colômbia, Equador, Bolívia e Peru são exemplares no que diz respeito à criminalização do modo de vida das populações rurais, por parte das forças de direita que controlaram ou ainda controlam o poder desses Estados.

Marcos considera necessário lembrar sua função, não só de ideólogo zapatista, que forma opiniões, divulga idéias e articula politicamente com atores de outras forças da sociedade, mas como chefe militar do EZLN. E ressalta que, no fim de 2007, mais uma vez as comunidades zapatistas e a militância civil zapatista têm sido alvos de ataques variados, vindos do governo federal, dos governos locais, da direita e da “esquerda institucional”, do exército e dos grupos paramilitares.

Alguns meses depois Ledesma (2007), do *Centro de Análisis Político e Investigaciones Sociales y Económicas de Chiapas* (CAPISE), aponta um incremento das forças armadas na região como nunca antes visto. Lembra que a maior parte dos 56 acampamentos permanentes do exército mexicano instalados em território indígena é formada por unidades das forças especiais, especializadas em estratégias de contra-insurgência, caracterizadas por ações de inteligência e intervenções indiretas através do treinamento e cobertura de paramilitares utilizando jovens da própria região. A imagem do exército é preservada e a ilegalidade da ação paramilitar se torna uma questão policial, um fator que legitima a presença das forças oficiais de segurança na região.

Ledesma também aponta a atuação de instituições agrárias atreladas ao Estado, como responsáveis por outra faceta das agressões sofridas pelas comunidades zapatistas. Através de uma política de remarcação e recenseamento fundiário, o governo federal tem definido como áreas de preservação ambiental muitas das terras ocupadas pelas comunidades indígenas desde o levante de 1º de janeiro de 1994. Ao mesmo tempo, estimula grupos indígenas a tomarem e ocuparem terras expropriadas pelos zapatistas à época do levante, garantindo aos antigos proprietários uma indenização e às famílias miseráveis da região um pedaço de terra e uma alternativa não zapatista. Em abril de 2008 a União dos Ejidos da Floresta (UES), que ocupava parte das terras expropriadas pelos zapatistas em 1994, deixou o local. Sobre o ocorrido o informe do periódico *La Jornada* de 3 de maio explica:

A JBG [Junta de Buen Gobierno] esclarece que não manteve nenhuma negociação com o governo de Chiapas. ‘O pagamento de uma elevada quantia de dinheiro aos invasores da UES, moradores de Nuevo Momón, foi decisão de Juan Sabines. Além disso, quis pagar de novo por essas terras, que já estavam muito bem pagas’ (a seu antigo proprietário, o general e ex-governador Absalón Castellanos Domínguez). (...) Ainda que a imprensa oficial tenha respaldado os invasores da UES e acusado os zapatistas de ‘invadir’ estes 525 hectares, é sabido que a ex-fazenda foi recuperada pelas bases do EZLN após o levante de 1994. (...) O povo de 24 de dezembro nasceu nessa mesma terra, mas foi expulso pela invasão militar de 1995, e membros da UES em Nuevo Momón se apoderaram de suas antigas terras e moradias. Perseguidos e ameaçados, finalmente, tomaram posse do terreno em 24 de dezembro de 2006. Em seguida, começou a “disputa”, promovida por membros da UES. (*La Jornada*, 3 de maio de 2008)”

As áreas em questão foram ocupadas por indígenas *bases de apoio zapatistas* em 1994, expulsos durante a ofensiva do exército federal no início de 1995. Tais indígenas se refugiaram numa área de acampamento militar, onde sofreram ameaças e assistiram militares apoiarem a formação de assentamento fantasma da UES, na mesma área em que haviam sido expulsos. Ou seja, o exército acobertava um grupo indígena e estimulava o atrito desses com os zapatistas. Após uma década de convivência em meio a perseguições, a comunidade zapatista retornou à área e fundou a comunidade 24 de dezembro, em 2006. A partir daí começaram os conflitos com a UES, que finalmente saiu da área em 2008, após pagamento de indenização aos membros da UES, efetuado pelo governo estadual do partido esquerdista PRD.

Os ataques extra-oficiais aos zapatistas não são recentes e não acontecem por acaso. Em 1997, paramilitares identificados como *priistas* mataram 45 habitantes do povoado indígena de Acteal, em uma campanha de intimidação própria da guerra de baixa intensidade. O periódico *La Jornada* de 19 de dezembro de 2007 apresenta artigo acusando a formação de grupos paramilitares como parte de uma grande estratégia anti-zapatista, desenhada de alto abaixo no interior do Estado:

A ninguno se le menciona como protector de grupos paramilitares ni como autoridades que dieron escolta y protección a paramilitares priístas. El nombre de Absalón Gordillo, en cambio, que autorizaba la protección a los paramilitares, no aparece en los registros del libro blanco de Acteal. (...)El gobierno dejaba, pues, vía libre para que, a través de la policía del estado, se preparara a grupos paramilitares indígenas que enfrentaran, socavaran y exterminaran a las bases zapatistas. En el cerco militar se recurría al Ejército, y en los Altos y en el norte, a las poblaciones indígenas que estaban bajo el control de subsidios oficiales(...) A los grupos paramilitares, como Los Chinchulines, Paz y Justicia o Máscara Roja, se les mantenía impunes porque se trataba de una guerra contra simpatizantes zapatistas. Apoyar a estos grupos paramilitares, dejarlos crecer, fortalecerlos como táctica de lucha intercomunitaria, era algo más que una omisión: era una política decidida por el Ejército a finales de 1994 y aprobada por el gobierno federal a principios de 1995.

Se os zapatistas e o exército mexicano não mais se envolveram em confrontos diretos desde 1995, os ataques às comunidades se mantiveram ao longo dos anos, pela ação de grupos civis armados e paramilitares das mais diversas origens, financiados e acobertados pelos governos e partidos que assumem o poder no nível municipal, estadual e federal.

O caso ilustra um pouco do teor dos conflitos armados em Chiapas. A edição do *La Jornada* de 3 de junho comenta o prosseguimento de incursões policiais e militares nas comunidades indígenas e camponesas de Chiapas, que “não são acompanhadas de

nenhum tipo de explicação ou justificação das tropas federais e dos corpos policiais que, em alguns casos, fazem referências imprecisas à luta contra o narcotráfico”. Alguns informes produzidos pelas redes de solidariedade zapatista e de observação dos direitos humanos no estado de Chiapas apontam novas referências para abordarmos a perseguição ao zapatismo, não apenas ao EZLN, mas às suas bases civis e às comunidades autônomas. Em 4 de junho de 2008 a Junta del Buen Gobierno El Camino del Futuro denuncia uma operação militar e policial em duas comunidades zapatistas:

(...) 6. Se bajan todos en sus carros y agarran rumbo al pueblo de Hermenegildo Galeana, donde todos y todas son bases de apoyo zapatistas, acusando que en ese pueblo tienen sembradillos de mariguanas. 7. Toda la zona zapatista de Garrucha y sus autoridades autónomos somos testigos que no existe plantíos, sólo hay zapatistas y hay trabajador de milpa y platanar, y están dispuestas y dispuestos a luchar por libertad, justicia y democracia. Rechazar cualquier provocación (Enlace Zapatista, 5 de junho de 2008)

O relatório publicado no sítio do *Enlace Zapatista*, rede de comunicação e solidariedade das *Juntas de Bom Governo* apresenta a provocação de um contingente de 200 soldados, mais policiais e oficiais contra duas comunidades zapatistas do território referente à Junta El Camino del Futuro. Os oficiais buscam atrapalhar o cotidiano das comunidades e justificam sua ação pela busca e averiguação de uma possível plantação de “mariguana” (maconha). Tais ações, em caráter policial, adquirem legitimidade perante uma opinião pública cada vez mais aterrorizada pela guerra do narcotráfico<sup>71</sup>. Uma guerra em que o inimigo difuso está pronto a ser utilizado segundo as necessidades de repressão oficial do Estado.

Em matéria para a agência *Suramericapress* publicada em de abril de 2008 Ricardo Daher comenta as observações de Ernesto Ledesma (CAPISE) sobre a militarização da região, acompanhada do aumento de torturas, desaparecimentos, detenção e ameaça contra ativistas e militantes de movimentos sociais. De forma articulada, as ações contra as bases sociais do zapatismo sofrem um *cercos midiático* por parte da grande mídia, que não publica notícias desses acontecimentos. Ao mesmo tempo, o ativista considera a inserção do México num contexto de aumento da repressão aos movimentos sociais, facilitado pela política de combate ao narcotráfico:

En un año, subraya, el gobierno ha despojado a los indígenas de unas 36.000 hectáreas. Este proceso se da en medio de una mayor presencia militar en el Estado. Ledesma denuncia que México está en un proceso de militarización, donde los uniformados están ocupando responsabilidades que siempre estuvieron ocupadas por civiles. Además, cuatro de los

---

<sup>71</sup> Além da fronteira com o maior mercado consumidor de drogas do mundo (EUA), o norte do México tem sido palco de uma verdadeira guerra ao narcotráfico, com mais de 1400 mortos em 2008. Ver A *Guerra às Drogas é o ‘Iraqe de Calderón’?*”

ministros del presidente Calderón, tienen antecedentes de reprimir las organizaciones sociales y encabezar las represiones en Oaxaca y San Salvador de Atenco, donde más de 30 mujeres fueron violadas, decenas de personas torturadas y varios muertos. 'El mensaje del gobierno a los movimientos sociales ha sido bien duro y lo está ampliando', subrayó. Por otra parte, destacó Ledesma, las autoridades están usando la supuesta lucha contra el narcotráfico para criminalizar el movimiento social. El argumento de la presencia del ejército en Chiapas es combatir el narcotráfico (Suramericapress, 21 de abril de 2008)

Tais denúncias parecem definir a via repressiva como política pública destinada a minar os fundamentos sociais do zapatismo civil, seja atacando as experiências de autogoverno das comunidades autônomas de Chiapas, seja através do cerco midiático, seja através da criminalização da boa imagem pública do EZLN, acusando-o de práticas de *narcoguerrilha*. Uma repressão técnica que, quando não legitimada pelo invólucro legal do Estado de Direito e sua guerra ao narcotráfico e ao terrorismo, se complementa ao uso de grupos políticos e paramilitares opositores e atuantes na sociedade civil.

Gilberto Lopez y Rivas define a *guerra de baixa intensidade* contra o zapatismo como uma alternativa à guerra convencional, largamente empregada na repressão e no desgaste físico e moral das bases sociais de movimentos insurgentes e revolucionários. O autor aponta que tal estratégia foi empregada pioneiramente na Guatemala contra as guerrilhas de esquerda desde os anos 60<sup>72</sup>, se caracterizando pelo uso de grupos paramilitares de ultra-direita arregimentados dentre habitantes locais, tropas regulares do exército e serviços de inteligência, não necessariamente centralizados diretamente sob uma única ordem de atuação, resguardando autonomia tática e liberdade ação para contribuírem à corrosão do tecido social inter e intra comunitários das bases sociais. E que no dias de hoje o próprio exército guatemalteco estaria assessorando o serviço de inteligência e os militares mexicanos nessas estratégias de guerra.

Não estaria nesse sentido colocada uma limitação à possibilidade de construção hegemônica na sociedade civil? Aqui lembramos que a luta política também é uma luta violenta, uma vez que tanto a *sociedade política* como a *sociedade civil* são espaços de *coerção e consenso*, como definida em Gramsci (1980). Em outras palavras, fazer

---

<sup>72</sup> O autor escreve "En el conflicto guatemalteco, agudizado en los años sesenta, encontramos lo que podría ser el taller de la paramilitarización y militarización en Centroamérica. Tenemos grupos de ultraderecha que se mostraban como autónomos pero adscritos a la sección de inteligencia (g2) del ejército guatemalteco, patrullas de autodefensa civil que en principio fueron reclutadas por el ejército en forma forzosa y desempeñaron un papel en las masacres y en el control militar de las comunidades, prácticas de tierra arrasada durante le gobierno de Efraín Rios Mont, en la década de los ochenta, que consistían en el bombardeo inmisericorde a las comunidades, todo ello es muestra de una experiencia que dejó a lo largo de 36 años más 100 mil muertos, 40 mil desaparecidos, 50 mil refugiados en el extranjero, 1 millón de desplazados a otros puntos del país, 600 matanzas colectivas y una experiencia acumulada de represión, que hoy está trascendiendo las fronteras de Guatemala, la de los *Kaibiles*, que actualmente adiestran a la fuerza armada mexicana" (Nota 8 de Lopez y Rivas, 2003)

política significa também redefinir os limites do que é político e do que não é político, do que é violência legal e ilegal.

### **3.12 - O prisma da hegemonia para entender a luta armada**

A escalada da guerra de baixa intensidade empreendida pelo governo mexicano contra os zapatistas não tem sido acompanhada, até o momento, pelo retorno do EZLN à luta armada aberta. No entanto, as mais recentes declarações dos rebeldes de Chiapas têm expressado preocupação com os níveis crescentes de agressão sofridos pelas comunidades. Não estaria nesse sentido colocada uma limite à luta política não-violenta na sociedade capitalista?

Essa questão nos afasta da idéia da sociedade civil como pólo das liberdades civis e campo exclusivo do consenso, oposta ao campo da coerção, sinônimo de Estado. A concepção gramsciana de sociedade civil como um complexo de “trincheiras e casamatas” do poder do Estado parece mais adequada para analisar a realidade no México, em que as possibilidades da *ação comunicativa* são ainda mais dependentes dos eventos espetaculares da ação política. Como afirma Figueiredo (2003) “a guerra é o espetáculo” nesse contexto.

Se somarmos o fato de que a estratégia de *contra-insurgência* planejada no interior do Estado se utiliza de paramilitares (grupos organizados também constituintes da sociedade civil) nos aproximamos da interpretação de Gramsci feita por Liguori (2005), para quem a luta política também é uma luta violenta aberta ou em potencial: tanto a *sociedade política* como a *sociedade civil* são espaços de *coerção e consenso*. E nada garante à sociedade civil o monopólio da via pacífica, como pretende a concepção liberal. Estado e a sociedade civil estão fracionados de cima abaixo por visões de mundo distintas de sociedade, que por vezes se assumem como antagônicas e diametralmente opostas, a ponto de se confrontarem abertamente como forças sociais inimigas.

A concepção liberal, com a qual Gramsci travava debate, apresentava o Estado como sinônimo de governo, responsável pela manutenção da ordem social a partir do exercício da lei e da repressão: “o estado vigilante”. Mas a concepção de Estado gramsciana baseia-se não apenas na existência de um aparato de repressão para garantir

a ordem na sociedade, mas também na concepção de *hegemonia*, por meio da qual as classes dominantes asseguram o consentimento dos dominados:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se leve em conta interesses e grupos sobre os quais a hegemonia se exerce, que se forme um certo *equilíbrio de compromisso*, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica corporativa; mas é evidente que tais sacrifícios e tal compromisso não dizem respeito ao essencial. Porque se a hegemonia é *ético-política*, ela não pode deixar de ser econômica, ela não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce nos setores decisivos da produção (Gramsci apud Buci-Glucksman, 1990: 100).

A problemática do equilíbrio de compromisso diz respeito à formação da hegemonia como elemento ético-político que não está dissociado do econômico, o que significa dizer que são faces de uma mesma moeda do exercício do poder. A hegemonia de um grupo é coerção, mas também consenso ativo e passivo (vontade de conformismo), uma vez que os interesses não dominantes podem estar presentes de forma subalterna ou em vias de conflitar os projetos hegemônicos. A hegemonia diz respeito à direção ético-política, moral e econômica em toda a complexidade necessária à compreensão do exercício do poder.

A preocupação de Gramsci com essa questão relaciona-se à sua interpretação da revolução russa e da teoria da organização apresentada por Lênin para a superação do Estado capitalista. Em uma passagem na qual compara formações estatais diferenciadas pela idéia de ocidente e oriente, Gramsci escreve:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a Sociedade Civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas. (Gramsci, 1980: 75).

A idéia de Oriente em Gramsci está pautada na sua leitura das condições que possibilitaram o advento da revolução russa de 1917, desde o golpe definitivo contra o Estado levado a cabo pelo partido comunista, num país onde a sociedade civil era “primordial e gelatinosa”. Segundo Lênin, a tomada do poder do Estado era condição fundamental para a tarefa civilizatória do socialismo, uma vez que ao tomar controle do poder do Estado (poder político), a vanguarda do proletariado (o partido comunista) empregaria os instrumentos de repressão do Estado burguês a favor do proletariado em caráter “educativo” para todas as outras classes sociais. Esta fase socialista, definida sob o conceito de *ditadura do proletariado*, é um momento de transição em que o Estado

civiliza a sociedade para estabelecer o comunismo, até “definhar-se” (Lênin, 1987), uma vez que suas funções repressivas terminam. A política para Lênin significa o exercício do poder a partir do Estado, considerado aparelho de dominação de classe e o fim da sociedade de classes implica o fim do Estado.

Gramsci pensa o entrincheiramento do poder do Estado na sociedade civil a partir da interpretação dos processos históricos e das condições políticas no Ocidente em contraposição ao Oriente, considerando-se o processo de “socialização da política” iniciado nos países ocidentais desde o final do século XIX, onde a sociedade civil, em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas, adquire um caráter cada vez mais central ao exercício da hegemonia:

A teoria ampliada do Estado em Gramsci (conservação/superação da teoria marxista ‘clássica’) apóia-se nessa descoberta dos aparelhos privados de hegemonia, o que leva nosso autor a distinguir duas esferas essenciais no interior das superestruturas (...). Portanto, o Estado em sentido amplo, ‘com suas novas determinações’, comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (Coutinho, 1989: 76-7).

A sociedade civil de Gramsci, uma das faces do Estado ampliado ocidental, seria, portanto, uma complexa e “robusta cadeia de fortalezas e casamatas” composta por aparelhos privados de hegemonia, cuja tomada por parte do movimento revolucionário é central para pensar a construção e conquista da nova hegemonia. Para a prática política transformadora e conseqüente deveria haver um deslocamento do foco da ação política, fundamentado no fato do lugar do poder não se concentrar apenas na sociedade política (o Estado estrito), mas em uma ampla rede de instâncias e aparelhos denominados em seu conjunto como sociedade civil – a face ampliada do Estado nas sociedades capitalistas complexas.

Isso não quer dizer que a sociedade civil e seus os aparelhos privados de hegemonia se constituam como espaço não-coercitivo e pacífico de construção não-violenta da hegemonia, como certas leituras da obra de Gramsci podem sugerir. Para Liguori (2005) e Bianchi (2007), as leituras de Norberto Bobbio e Carlos Nelson Coutinho, enfatizam o conceito de sociedade civil em sua dimensão superestrutural, conferindo autonomia à sociedade civil frente à estrutura econômica, de um lado, e ao

Estado em sentido estrito, de outro, sugerindo uma ruptura entre a teoria gramsciana e o materialismo histórico, que converteria Gramsci em um teórico liberal.

Para Bianchi (2007), a interpretação da obra de Gramsci efetuada por Norberto Bobbio acaba por definir uma oposição entre hegemonia (sociedade civil como pólo da superestrutura assumida como consenso) e ditadura (Estado como pólo da superestrutura assumida como coerção), de onde decorre a atribuição de um caráter liberal-positivo à sociedade civil, em oposição à negatividade do Estado (legislador repressivo, mas necessário para assegurar as regras do jogo) sob clara influência do pensamento tocquevilliano. A interpretação de Bianchi dos *Cadernos do Cárcere* leva a ressaltar dois sentidos de sociedade civil recorrentes na obra de Gramsci:

No primeiro, a sociedade civil está associada às formas de exercício e afirmação da supremacia de uma classe sobre o conjunto da sociedade. Faz parte de um programa de pesquisa que visa esclarecer não só os processos de revolução burguesa e de fundação de um novo Estado, como a longevidade e fortaleza das instituições políticas do Ocidente capitalista e a possibilidade de instauração de uma nova ordem social e política. No segundo sentido, frequentemente apresentado entre aspas, destaca-se a capacidade de iniciativa econômica que o Estado possui no capitalismo contemporâneo (BIANCHI, 2007: 43)

A sociedade civil aparece em Gramsci não apenas como uma instância político-cultural de construção hegemônica, mas também como instância da atividade econômica, dos interesses materiais e da propriedade privada regulados, ensinados e consentidos pela coerção e pela legislação estatal, não por acaso, ambos elementos determinantes do efeito de autonomização (fetichização) do processo de acumulação na sociedade capitalista.

Bianchi considera assim que a ampliação do conceito de Estado só pode ser compreendida a partir da elaboração da idéia de hegemonia como unidade-dual da força e do consenso, que compreende uma relação dialética entre sociedade civil e sociedade política, estrutura e superestrutura, ditadura e hegemonia; mas de forma alguma condizente com o predomínio de um dos pólos em detrimento do outro. A sociedade civil não é o pólo exclusivo do consenso e a sociedade política não é o pólo exclusivo da coerção, mas ambas se integram organicamente na unidade-dual própria do pensamento dialético gramsciano. A partir disso, ele também critica o próprio Coutinho (1989) cuja interpretação tende a enfatizar a esfera da sociedade civil como espaço preferencial de conquista da hegemonia.

Num país como o México, em que o *status quo* parece muito bem fundado em grupos, sindicatos, associações patronais e partidos que ocupam e monopolizam a intermediação da sociedade com o Estado (Zermeño, 1997), não é de se surpreender que

a luta pelo reconhecimento de direitos indígenas, como aqueles formalizados pelos *Acordos de San Andrés* (não reconhecidos), tenha sido precedida por uma irrupção social violenta, pela luta armada e pela ação repressiva imediata. Sentar-se à mesa de negociação com armas apontadas à cabeça não parece ser uma boa forma de iniciar o diálogo ou obter o consenso, mas sim uma boa forma de identificar o opositor.

Para todos os efeitos o espaço aberto pelas mobilizações sociais pró-zapatistas forçaram o Estado a *engolir* o EZLN como interlocutor, e se constituiu em um mecanismo legal de inclusão política dos rebelados, a exemplo da *Lei para o Diálogo* de 1995. Nessa franja do Estado de Direito, o EZLN têm se articulado há mais de uma década com movimentos sociais espalhados pelo México e evitado sua *deglutição* como partido político que disputa eleições, gozando de uma imunidade jurídico-político garantida pela Lei Cocopa<sup>73</sup>. Mesmo derrotado militarmente, o levante armado motivou a transição democrática do país para um regime de alternância partidária desde 2001, organizou a sociedade civil em torno da luta por direitos universais e forçou a criação de espaços de intermediação entre Estado e sociedade civil.

Fazer política significa também redefinir os limites do que é político, do que não é político e do que é legítimo. Nesse sentido a importância do zapatismo é educativa, cultural e política na medida em que teria ampliado os limites da cidadania no México. No entanto defendemos que a causa da repressão ao zapatismo está localizada em um ponto mais caro ao poder, pois a exemplo de Dinerstein (2009) e Ornélas (2005), são as práticas dos autogovernos das comunidades zapatistas que incomodam o Estado, tanto em sua dimensão restrita quanto ampliada.

Desde 1994 as comunidades indígenas de Chiapas têm desenvolvido o autogoverno, garantindo a “gestão coletiva de recursos, o apoio recíproco, a defesa diante das agressões militares, os cuidados com a saúde e a educação, a produção dos mantimentos para a própria sobrevivência e para a dos integrantes do EZLN” (Genari, 2005: 58).

Depois de analisar a sistematização da violência oficial e paramilitar contra o zapatismo, sugerimos que aquela visa atacar especificamente o caráter anti-sistêmico concretizado nas experiências de *autonomia* dos territórios zapatistas. Isso aponta para a necessidade de enfatizar a dimensão e os alcances *geográfico-espacial do poder do*

---

<sup>73</sup> A Lei Cocopa garante o estabelecimento das mesas de negociação dos zapatistas com o governo, impedem os rebelados de aparecerem publicamente portando armas de fogo e garante a imunidade às lideranças do EZLN. Nos referimos à essa lei na nota 27 do capítulo primeiro, no item 1.4.

*Mercado e do Estado* para pensar a revolução social. Por isso mesmo que acreditamos que os movimentos sociais do campo, por fundamentarem suas lutas na ocupação e na reprodução da vida em territórios definidos pelas visões de mundo dos explorados e oprimidos, causam incômodo imediato à hegemonia vigente.

## Considerações Finais

No primeiro capítulo deste estudo buscamos abordar o histórico do zapatismo desde o levante de 1994 até os dias de hoje. Na periodização do zapatismo em três fases condizentes à luta armada, à construção de alianças na sociedade civil em constante diálogo com o governo federal e à fase mais recente relativa à sexta declaração da selva lacandona em que o EZLN busca estabelecer princípios para uma prática de esquerda popular, anti-capitalista e anti-estatista. Identificamos a autonomia do movimento como um tema transversal dessa três fases. Em seguida levantamos o surgimento da autonomia como idéia força e as abordagens teóricas que buscam definir os termos da autonomia zapatista.

A pergunta que mobiliza esse presente estudo busca compreender o significado dessa autonomia através da bibliografia levantada. O que significa a autonomia, num contexto em que a trama de relações do Estado é capaz de intervir em diferentes esferas do cotidiano das bases sociais de um movimento de resistência? É uma autonomia em relação a o quê?

Buscamos compreender a autonomia zapatista para além da forma espasmódica, perene, momentânea, rápida como um comercial de TV, que numa fissura da realidade desaparece tão rapidamente quanto surge, de forma a não permitir o controle por parte do poder vigente. Não negamos o impacto midiático do zapatismo e o surgimento de uma nova forma de uso das telecomunicações por parte da rede social pró-zapatista. Porém buscamos ressaltar que o movimento buscou traçar uma estratégia conseqüente de sobrevivência, através de uma articulação efetiva com outros movimentos sociais e inclusive partidos políticos, tendo por objetivo uma autonomia de decisões políticas em relação ao Estado.

Nessa caminhada os zapatistas agregaram um amplo leque de alianças organizadas e simpatizantes difusos à sua causa, nos mais variados setores da sociedade mexicana. A busca pela transição democrática (alternância de partidos no poder) e a garantia de direitos sociais por parte dos povos indígenas foram o mote do campo de forças civis pró-democráticas, que após 2005 passam a se afastar do EZLN, quando o movimento anuncia uma campanha de mobilização política paralela às eleições ao governo federal.

A autonomia aqui precisa ser entendida além de uma autonomia decisões das instâncias decisórias das organizações da sociedade civil e dos partidos políticos em relação ao poder instituído. Ou seja, a política zapatista não apenas busca superar uma autonomia politicista, como busca radicalizar a busca por condições materiais e simbólicas que legitimem e possibilitem de fato essas autonomias. Por isso, a partir do capítulo 2 apresentamos a autonomia como um eixo de longa duração das lutas sociais mexicanas, do qual o EZLN é apenas um dentre os mais recentes expoentes. Passamos pela gestação do problema agrário atrelado à questão racial no México, enfatizando a importância da massa indígena e camponesa em todas as revoluções e guerras civis, como sujeitos oprimidos pela territorialização colonialista contra a qual buscam se contrapor.

A autonomia assume contornos territoriais desde a época da colonização, em que os indígenas buscam se organizar e garantir sua sobrevivência e subsistência nas franjas da legislação colonial e pós-colonial. A modernização do estado e o liberalismo como doutrina social que guia as formas de regulação social, retiram as salvaguardas precárias que garantiam formalmente a existência de terras comunais. Os indígenas são passim proletarizados ou sub-proletarizados pelo regime de propriedade privada. Tanto os indígenas como os mestiços pobres do campo são os principais protagonistas dos exércitos populares da revolução mexicana, de Pancho Villa e Emiliano Zapata. Forçam a criação de leis e direitos sociais, dentre os quais a lei de reforma agrária que recria a forma de propriedade indígena da terra e garante a repartição de terras. Vimos que em Chiapas a coligação de poder local que se torna o novo governo pós-revolucionário é uma casta de funcionários do PRI, composta por novas elites e velhos proprietários rurais, que dão continuidade à exploração dos camponeses indígenas.

À parte do sistema exploração mantido em Chiapas, iniciativas de organização popular surgem desde as remotas serras de Chiapas, onde comunidades indígenas afastadas geograficamente dos centros urbanos, dão continuidade aos seus modos de vida basicamente centrados na subsistência. A partir dos anos 30 e 40, quando o governo federal de Lázaro Cárdenas fomenta a repartição de terras e desde os anos 60, com uma atuação cada vez mais incisiva da Igreja da libertação, os camponeses indígenas de Chiapas passam a modelar a demanda por autonomia, se organizando em terras *ejidais* e em cooperativas. A partir dos anos 70 essas cooperativas passam a ser reguladas pela legislação federal que buscavam conter o poder político de decisão autônomo engendrado no espaço dessas organizações produtivas.

Ao longo do século XX a autonomia adquire o sentido de oposição ao Estado por parte dos movimentos de esquerda contrários ao regime do Partido revolucionário Institucional, também no meio urbano, em um sentido de espaço de decisão política autônoma. A repressão à nova esquerda mexicana pós-68 e a chegada de grupos guerrilheiros em Chiapas demarca a aliança entre a autonomia territorial (*ejidos*), a autonomia produtiva (cooperativas e associações camponesas) e a autonomia política (teologia da libertação, sindicatos autônomos, guerrilheiros).

Assim, no capítulo 3, buscamos qualificar a autonomia zapatista e descrever o surgimento, o histórico recente, o funcionamento de alguns auto-governos zapatistas como territórios em resistência que implementam políticas de produção, justiça, saúde, educação, autônomas em relação às instituições do Estado, ainda que em relação a elas. Pudemos observar que as comunidades zapatistas não negam a existência do Estado e inclusive buscam encontrar soluções de diálogo junto aos governos oficiais em casos que envolvem litígios entre zapatistas e não-zapatistas. Uma abordagem mais detalhada é capaz de observar o sucesso relativo de implementação de políticas de educação, comercialização, organização interna e saúde com abrangência regional.

A dependência dos zapatistas em relação aos recursos de apoiadores nacionais e estrangeiros para implementar tais políticas pode evidenciar a dependência do movimento em relação aos outros Estados, indiretamente determinantes no controle e regulação dessas organizações. Ou seja, a autonomia em relação aos recursos do Estado no México seria dependência de fato em relação às sociedades civis de outros países, por sua vez controladas pelos outros Estados-Nação. É necessário analisar concretamente se existem reais capacidades e interesses por parte dos serviços de inteligência em restringir o acesso das bases sociais zapatistas a recursos estrangeiros.

Mas consideramos que as possibilidades de controle desses recursos pelos outros Estados são mais remotas que as políticas de contra-insurgência, implementadas de fato pelo governo do México em sua tendência à militarização e à criminalização dos movimentos sociais, classificados sob a alcunha do narcotráfico. O EZLN e suas bases sociais tendem a se tornar alvo cada vez constante de uma guerra de baixa intensidade que visa desmobilizar, oprimir e controlar de perto as populações em que o zapatismo possui grande capilaridade.

Uma segunda questão daí surgida é o afastamento do EZLN em relação ao Estado, não apenas como resultado de um projeto revolucionário e anti-capitalista que visa a destruição do aparato de repressão, mas também uma consequência direta da

desconfiança histórica que os movimentos de esquerda e os camponeses indígenas nutrem pelos governos autoritários. O surgimento de políticas sociais do Estado voltadas a abranger as bases sociais zapatistas de fato consegue cindir comunidades, fomentar a discórdia, armar os anti-zapatistas e legitimar o poder das autoridades oficiais contra as autoridades autônomas.

Porém, não é possível concordar com os argumentos que tingem o zapatismo como uma força autoritária e irracional que obriga suas bases sociais a se manterem à margem da rede de seguridade social do Estado. Tais políticas sociais só foram conquistadas como fruto das mobilizações camponesas de Chiapas e hoje emergem como função dos mega-projetos de infra-estrutura produtiva, que promovem o deslocamento forçado das populações indígenas e sangram os recursos naturais ainda disponíveis nos territórios.

Portanto, o projeto que norteia as políticas sociais em questão logra a desmobilização e o racha entre as comunidades indígenas e camponesas, fazendo o zapatismo cindir por dentro. Porém é inegável que a resistência e a crítica do zapatismo contra esses projetos do Estado e das transnacionais buscam teórica e praticamente pensar outra política e outra concepção de desenvolvimento econômico. Muito mais que uma lei de racionalização administrativa universal das políticas sociais de Estado, consideramos que tais políticas são regidas pelas necessidades de destruição dos modos de vida que recusam a se sujeitar às forças de mercado e ao poder do Estado.

É fundamental pensarmos quais as possibilidades de organização popular em contextos tão adversos. Os zapatistas trazem uma contribuição às teorias da organização políticas na medida em que buscam estabelecer instâncias organizativas de poder paralelo, que buscam se comportar como Estado. Para isso necessitam de “territórios liberados”, em que a vida comunitária e as liberdades civis estejam relativamente garantidas. Ainda que sejam alvos de perseguição por parte de paramilitares, militares e priistas, as populações zapatistas e o próprio EZLN não estão sujeitos à mesma escala de violência aberta que caracterizou a política contra-insurgente na Guatemala, na Nicarágua, em El Salvador e atualmente na Colômbia. Ainda assim, não é difícil que em um futuro próximo tais formas de repressão sejam implementadas por um governo nacional cada vez mais afinado aos interesses das transnacionais e dos Estados Unidos. Isso só o futuro próximo dirá.

Por outro lado buscamos ressaltar aqui que os territórios zapatistas se amparam na visão de mundo e nas experiências de resistência social de populações camponesas

contra as forças modernizadoras do capital e o poder do Estado. Essas experiências contaminaram a lógica guerrilheira e deram uma legitimidade ao EZLN que não podemos ignorar. Em certo sentido, os neozapatistas herdam o legado das lutas camponesas, bem como das guerrilhas latino-americanas<sup>74</sup>, mas transformam-nas. Ou melhor, resignificaram a própria idéia de política e do fazer político, enfatizando um lento mas contínuo trabalho de formação política das bases zapatistas, sensível as experiências de classe das populações em questão.

Concluimos afirmando que essas *experiências de classe* significam o compartilhamento coletivo de situações de exploração, organização do trabalho e que sempre se constituem em uma concreta consciência social de classe, histórica, nem sempre correspondente à expectativa de comportamento político considerado necessário (pela vanguarda e pelos intelectuais) à resolução social da contradição capital e trabalho. A classe é um acontecimento, uma forma-ação histórica que herda e reflete sobre as práticas organizativas do passado.

De fato, o papel exercido pelos sujeitos do trabalho político junto às massas traz à tona uma determinação da agência humana nos rumos das lutas de classe que, se por um lado pode super-valorizar as capacidades da vontade humana diante das estruturas, por outro é capaz de explicar o acúmulo e os usos dessas experiências compartilhadas (de classe) que ensinam, testam, experimentam os princípios de organização necessários a qualquer projeto político de enfrentamento das relações sociais capitalistas. As práticas autonômicas enquanto projeto e princípio organizativo são o legado mais importante das experiências zapatistas para a construção de um mundo igualitário, solidário e fraterno e para iniciarmos a destruição das estruturas do sistema vigente em que reinam a exploração, a opressão e a desigualdade.

---

<sup>74</sup> Importante ressaltar alguns legados negativos de guerrilhas de esquerda na América Latina. Lembremos que a partir de 1980 o Sendero Luminoso, guerrilha maoísta peruana, se prontificava a eliminar o Estado burguês a partir de baixo. Camponeses e sócios de cooperativas rurais foram considerados parte do Estado e passaram a sofrer atentados por parte da guerrilha. Tais práticas aceleraram o processo de expropriação dos meios de produção do campesinato e lançaram à pobreza milhares de camponeses e trabalhadores das cooperativas. (Rodrigo Montoya Rojas: 2008, 17)



## Posfácio

Depois de conhecer um pouco o estado de Chiapas retornava à Guatemala rumo aos aeroportos que me levariam ao Brasil. No dia anterior, o lado guatemalteco da fronteira fôra bloqueado por um protesto de camponeses da região, contra os processos de desapropriação de suas comunidades para a construção de represas e auto-estradas.

Passando de van por uma das auto-estradas high-tec recentemente construídas pelo Plano Puebla-Panama (que prevê a construção de mega projetos de infra-estrutura voltados ao sangramento de recursos naturais para o Norte e invasão de lixo industrial com alto valor agregado ao Sul), ficamos atrás de uma caminhonete civil com dois soldados munidos de AR-15. Um dos peruanos presentes no carro sussurrou algo que não ouvi ao seu colega. Não me contive e disse: "La distinción entre militares y paramilitares és muy tênue por aquí". Desconfiados, menearam afirmativamente a cabeça. A coisa se torna ainda mais triste quando aprendemos um pouco mais sobre história recente daquele país. O governo afirma aplicar um projeto de contenção do narcotráfico e militariza a região. Para outros essa ocupação militar é uma forma de conter qualquer foco de insurgência nos campos, florestas e montanhas e assegurar o controle territorial

Na chegada à cidade de Antigua Guatemala, as marcas da fúria da natureza demonstravam o absurdo da construção de uma rodovia de quatro pistas de ida e mais quatro pistas de volta rasgando montanhas, desviando rios, devastando florestas, destruindo modos de vida de subsistência e seus modos de produção em nome do desenvolvimento econômico e do progresso (conceitos tão neutros quanto Estado ou sociedade civil). Pergunto: progresso e desenvolvimento de quem e para quem? Com certeza as populações indígenas e camponesas expropriadas de territórios ancestrais, onde praticam a agricultura, piscicultura, pecuária e extrativismo vegetal e garantem sua subsistência material sem pôr em risco a sobrevivência da fauna e da flora local, não vão tomar parte desse espólio de recursos estratégicos por parte das transnacionais e as elites guatemaltecas.

As chuvas torrenciais de setembro, às quais um amigo guatemalteco se referia no encontro em Manágua, Nicarágua, haviam enterrado vivas centenas de pessoas que usufruíam da estrada faraônica, recém-inaugurada. De minha parte, gostaria muito que as classes dominantes – que apoiaram a estratégia de guerra total contra a guerrilha e

toda a população camponesa e indígena no norte do país até meados dos anos 90 – estivessem temerosas diante dos boatos que permeiam as montanhas fronteiriças com o México: a existência de núcleos camponeses indígenas simpáticos ao zapatismo de Chiapas. Definitivamente, as fronteiras nacionais se tornam barreiras translúcidas à organização popular, apesar do poder do Estado.

Me pergunto como que, depois de anos de repressão, humilhação, opressão, torturas, infanticídios, estupros e desaparecimentos forçados dos povos da região, identificados pela inteligência militar com bases sociais da guerrilha de esquerda, insistem em enfrentar o Estado *guarda-noturno* e seu exercício do poder sem quartel. Aprender com essas formas de organização das lutas sociais em contextos tão repressivos é o mínimo que intelectuais acadêmicos deveriam fazer a fim de socializar e sistematizar tal conhecimento junto aos movimentos populares de outros países. É com essa sugestão que finalizo esse estudo.

## Referências Bibliográficas:

### Livros e artigos:

ALIMONDA, Héctor. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Ática, 1995.

ALIMONDA, Héctor. “Una herencia en Manaos (anotaciones sobre historia ambiental, ecología política y agroecología en una perspectiva latinoamericana)”. IN: Horizontes antropológicos., Jun 2006, vol.12, no.25, p.237-255.

ALMEYRA, Guillermo. “Quince años del EZLN y la autonomía en Chiapas”. In: *OSAL, Observatorio Social de América latina, año X, no. 25* . CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Argentina. 2009

AUBRY, Andrés. “El zapatismo – tierra, terruño y territorio: entrevista con Andrés Aubry” In BELLINGHAUSEN, Hermann. “Evolución de la autonomía y el Buen Gobierno: entrevista a Herman Bellinghausen”. In: Los colores de la tierra: nuevas generaciones zapatistas MARTINEZ, Haydeé; SANGINÉS, Isabel; FERNÁNDEZ, Paulina; MARTINEZ, Ricardo (organização e textos). 2008.

BERNARDO, João. “A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas”. In: Piá Piou. Revista do coletivo Cactus. Coletivo de mulheres que atua autogestionariamente em educação. São Paulo, n° 3, Novembro de 2005.

BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. 2ª. Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BÓRQUEZ, Luciano Conchero e VENTURA, Sergio Grajales. “Movimientos campesinos e indígenas en México: la lucha por la tierra” IN: Relatório OSAL, ano VI, n° 16, janeiro-abril de 2005.

BORON, A. “A selva e a pólis: interrogações em torno da teoria política do zapatismo”. In: *Filosofia Política Marxista*. São Paulo: Cortez, p. 203-230, 2003.

BRANCALEONE, Cássio. “Os zapatistas e o significado da experiência de autogoverno indígena e camponesa no México contemporâneo”. In: <http://acyseclacso.ning.com/>. Acessado em novembro de 2010.

BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio. A dramática história dos índios norte-americanos*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

BRUIT, Héctor Hernan. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos*. Campinas: Editora Iluminas, 1992.

CAL y MAYOR, Aracy Burguete. “El Municipio en Chiapas em coyuntura zapatista: um actor inesperado”. In: revista encrucijada americana. Año 3. N° 1. Otoño-Invierno 2009.

CALDERÓN ARAGÓN, Georgina. “LA inserción del capital en los espacios rurales e indígenas en México” In: Amalia Inês Geraignes de Lemos, Mônica Arroyo, Maria Laura Silveira (org). América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CASANOVA, P. G. “Causas da rebelião em Chiapas” in Olho da História – revista de História Contemporânea. Salvador, n. 3 dezembro de 1996.

CECEÑA, Ana Esther. “Autonomia y control de los territorios em America Latina” IN: GASPARELLO, Giovanna e GUERRERO, Jaime Quintana (org.) Otras Geografías, experiencias de autonomias indígenas en Mexico. Mexico D.F., Editorial RedeZ. 2009.  
CHESNAY, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996

DINERSTEIN, Ana Cecília. “The Project of autonomy in America Latina: Self-government and the critique of ‘civil society’ by the Zapatistas in Mexico”. Rio de Janeiro: Apresentação de trabalho na LASA, 2009.

DAGNINO, E. “Cultura, cidadania e democracia: A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana”. In: Alvarez, S. & Dagnino, E. & Escobar, A. (orgs). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DAHER, Ricardo. “El ejército prepara una agresión al EZLN”. 21 de abril de 2008. Disponível em: <[WWW.suramericapress.com](http://WWW.suramericapress.com)>

ENGELS, Friedrich. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1978.

EVERS, T. "Identidade: a face oculta dos movimentos sociais". In: *Novos estudos Cebrap*, vol. 2, no 4. São Paulo, 1984.

FELICE, Massimo Di. “Sete deslocções que diferenciam o EZLN dos novos movimentos sociais” In: BRIGE, Marco; DI FELICE, Massimo (orgs). *VOTÁN-ZAPATA: A marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã, 2002

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A guerra é o espetáculo: Origens e transformações da estratégia do EZLN*. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP, 2003.

GENARI, Emílio. *EZLN – passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOMÉZ, Magdalena. *La autonomía indígena y la impunidad del Estado* in: Periódico *La Jornada*, 05 de agosto de 2009.

GONZALEZ, Cristina Híjar. *Autonomia Zapatista. Otro mundo es posible*. AMV. México, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980

HILSENBECK, Alexander. Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército zapatista de Libertação Nacional. Dissertação (Mestrado). Marília: UNESP, 2007

HOLLOWAY, John. Mudar o Mundo sem tomar o poder. São Paulo: Contraponto, 2003.

JESSOP, Bob. “Estratégias de acumulação, formas estatais e projetos hegemônicos” In: Idéias: Campinas, Unicamp, ano 14 (½) 2007.

JESSOP, Bob. “State Theory, regulation, and autopoiesis: debates and controversies”. In: Capital and Class, nº 75. 2001. pp. 81-91.

LAVALLE, Adrián Gurza. “A Longa transição – eleições e regime político no México” In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo. nº 58, novembro de 2000.

LAZAGNA, Angela. “John Holloway e a construção dos espaços de não-poder. é possível 'mudar o mundo sem tomar o poder'?”. In: Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/angelalazagna.pdf>. Acessado em 2010.

LEDESMA, Ernesto. “Estamos alarmados por el nivel de agresiones en Chiapas”. Crónica del Encuentro de Ledesma con los colectivos de Madrid. 10 de abril de 2008. Disponível em: <http://redlatinasinfronteras.wordpress.com> Acessado em 2008.

LENIN, Vladimir Ilich. O estado e a revolução. São Paulo: Hucitec, 1987.

LIGUORI, Guido. “Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade”. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréia Paula (org.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LÓPEZ y RIVAS, Gilberto. “Autonomías indígenas, poder y transformaciones sociales en México”. Apresentação para o II Seminário Científico Teoria Política do Socialismo. Marxismo e Movimentos sociais na Virada do Milênio. Universidade Estadual Paulista: Marília, 25 a 27 de agosto de 2008.

LOPEZ y Rivas, Gilberto. “Contra insurgencia y paramilitarismo en Chiapas en el gobierno de Vicente Fox”. En: Chiapas (Argentina), No. 15, 2003. Disponível em <http://membres.multimania.fr/revistachiapas/No15/ch15lopez.html> acessado em 2010.

MARCOS, Subcomandante. “Parte IV – Gustar el café. El calendario y la geografía de la Tierra”. In: Colóquio Ni el Centro ni la Periferia. San Cristóbal de Las Casas. Dezembro, 2007. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>>.

\_\_\_\_\_. “Parte VII (y última) – Sentir el Rojo. El calendario y la geografía de la Guerra”. In: Colóquio Ni el Centro ni la Periferia. San Cristóbal de Las Casas. Dezembro, 2007. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>>.

\_\_\_\_\_”La treceva estela. Parte seis”. Em: <http://www.ezln.org.mx>.

MARTINEZ, Haydeé; SANGINÉS, Isabel; FERNÁNDEZ, Paulina; MARTINEZ, Ricardo (organização). Los colores de la tierra: nuevas generaciones zapatistas, 2008.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARX, Karl. “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 17, outubro de 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/017/17kmarx.htm>

MÉSZAROS, Istvan. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993.

MOISÈS, tenente insurgente “Cuarto viento: una digna rabia organizada” In: Coloquio Siete Vientos en los calendarios y geografías de abajo, México, 2009. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>.

MUÑOZ, Glória. “Insólito Banco anti-capitalista en la Selva Lacandona” La Realidad, 2009. Disponível em: <http://www.kaosenlared.net/noticia/mexico-insolito-banco-anticapitalista-selva-lacandona>. Acessado em novembro de 2010.

NAVARRO, Luiz Hernandez. Movimiento Indígena: Autonomía y representación política. In: GASPARELLO, Giovanna e GUERRERO, Jaime Quintana (org.) Otras Geografías, experiencias de autonomías indígenas en Mexico. Mexico D.F., Editorial RedeZ. 2009.

NUNES, Américo. As Revoluções do México. São Paulo: Perspectiva, 1980.

OFFE, Claus. Los nuevos movimientos sociales cuestionam los límites de la política institucional. In: Partidos políticos y nuevos movimientos sociales. Madrid: Sistema, 1992.

OLVERA, Alberto J. “El concepto de sociedad civil en una perspectiva habermasiana: hacia un nuevo proyecto de democratización”. In Sociedad civil, n. 1, vol. 1, México, 1996

\_\_\_\_\_. “Sociedade Civil e Governabilidade no México”. In: DAGNINO, Evelina (org.) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra 2002.

ORNELAS, Raul. “A Autonomia como eixo da Resistência Zapatista – Do levante armado ao nascimento dos Caracoles”. In: CECEÑA, Ana. Esther (org) Hegemonias e Emancipações. Buenos Aires: CLACSO, 2005

PORTO-GONÇALVEZ, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ceceña, A. E. (Org.) Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado Buenos Aires: CLACSO. 2006.

\_\_\_\_\_”Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. Publicado na II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales Universidad de Guadalajara, México, 21-22 de Noviembre de 2001.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Outros territórios, outros mapas” In: OSAL, ano 6, nº 16 jun. 2005. Buenos Aires : CLACSO, 2005.

ROJAS, Rodrigo Montoya. “Introdução”. In: Mariátegui, José Carlos. Sete Ensaio de interpretação da realidade peruana. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular e Clacso, 2008.

RONFELDT, David, ARQUILLA, John, FULLER, Graham and FULLER, Melissa. *The Zapatista "Social Netwar" in Mexico*. Santa Monica, Calif: RAND Corporation, 1998. Disponível em [http://www.rand.org/pubs/monograph\\_reports/MR994](http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR994) em 2010.

SAAVEDRA, Marco Estrada. La comunidad armada rebelde y el EZLN. Mexico: El Colegio de México, 2007.

SLATER, David. “Repensando as espacialidades dos movimentos sociais – questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais” IN: Alvarez, S. & Dagnino, E. & Escobar, A. (orgs). Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. pp. 502-33.

TANAKA, Laura Saldivar. “A reforma Agrária Mexicana: do ejido à privatização”. In: MARTINS, Mônica Dias (organização) O banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

TACHO, major insurgente. “Mensaje del EZLN a los pobladores de San Pedro de Michoacán” In: Cartas y Comunicados. Disponible en <http://palabra.ezln.org.mx/>, 1997.

TARROW, Sydney. “Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention” In: Social Science History, vol 17, nº 2. 1993, pp. 281-307.

THOMPSON, Edward P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_ *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Edunicamp, 2001.

\_\_\_\_\_ “Economia moral revisistada”. In Thompson, E. Costumes em Comum: ensaios sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

TISCHLER, Sergio. “La forma clase y los movimientos sociales en América Latina”. In: Revista del OSAL, n. 13, Buenos Aires, 2004, p. 77-85.

TOLEDO, Caio Navarro de. “A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução”. In: Crítica Marxista. Brasiliense. 2ª ed. 1994, p. 27-38.

WILLIAMS, R. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WIRTH, Ioli, CHABES, Marcos, PAVAN, Tessy Priscila. “Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para metodologia de incubação”. Campinas: Itcp Unicamp, 2008. Disponível em <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/535> , acessado em abril de 2009.

VAINER, Carlos Bernardo. “As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?”. In: Planejamento e Território – ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR – UFRJ/ DP&A editora, 2002 (1986). pp. 12-32.

VINÍCIUS, Leo. O neozapatismo e os velhos meios de produção. Disponível em <http://passapalavra.info/?p=2280>. Acessado em 2010.

YÀÑEZ, David Velasco. “¿Hay una economía zapatista? – LA outra Campaña y las alternativas al neoliberalismo” 2006. Disponível em [http://www.sjsocial.org/crt/articulos/753\\_david\\_v.html](http://www.sjsocial.org/crt/articulos/753_david_v.html) , acessado em 2010.

YUDICE, George. “A globalização da cultura e a nova sociedade civil.” In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (organizadores) Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. pp. 428-464.

ZERMEÑO, S. “O Levante Zapatista no México”. In: Praga – revista de estudos marxistas. São Paulo: Boitempo editorial. No 2, 1997.

ZIBECHI, Raúl. “Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos” In: OSAL, ano 4, Janeiro de 2003.

## Fontes e arquivos na internet:

Cartas y Comunicados del EZLN. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/>

Convênio 169 OIT Sobre pueblos indígenas y tribales em países independientes. Organização das Nações Unidas, 169. Disponível em <http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/lima/publ/conv-169/convenio.shtml>.

ENLACE ZAPATISTA. (relatórios das Juntas de Bom Governo. 2003-2010). Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx>.>

EZLN. “Cartas, Comunicados e Discursos divulgados entre 1º de janeiro de 1994 e 18 de maio de 2006”. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>

LA JORNADA. (reportagens abril-junho de 2008). Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/chiapas-palestina>.

Primer Coloquio Internacional in memoriam Andrés Aubry, San Cristóban de las Casas, 13 a 17 de dezembro de 2007. In Enlace Zapatista, disponível em: Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx>.>

Primer Festival Mundial de la Digna Rabia, Ciudad de México, 31 de dezembro de 2008 a 5 de Janeiro de 2009. In: Enlace Zapatista, disponível em <http://enlacezapatista.ezln.org.mx>

Relatórios das Juntas de Bom Governo 2007-2008. In: Enlace Zapatista, disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx>.>



## Figuras Anexas

### Municipios e territórios rebeldes Zapatistas, autônomos e pluriétnicos

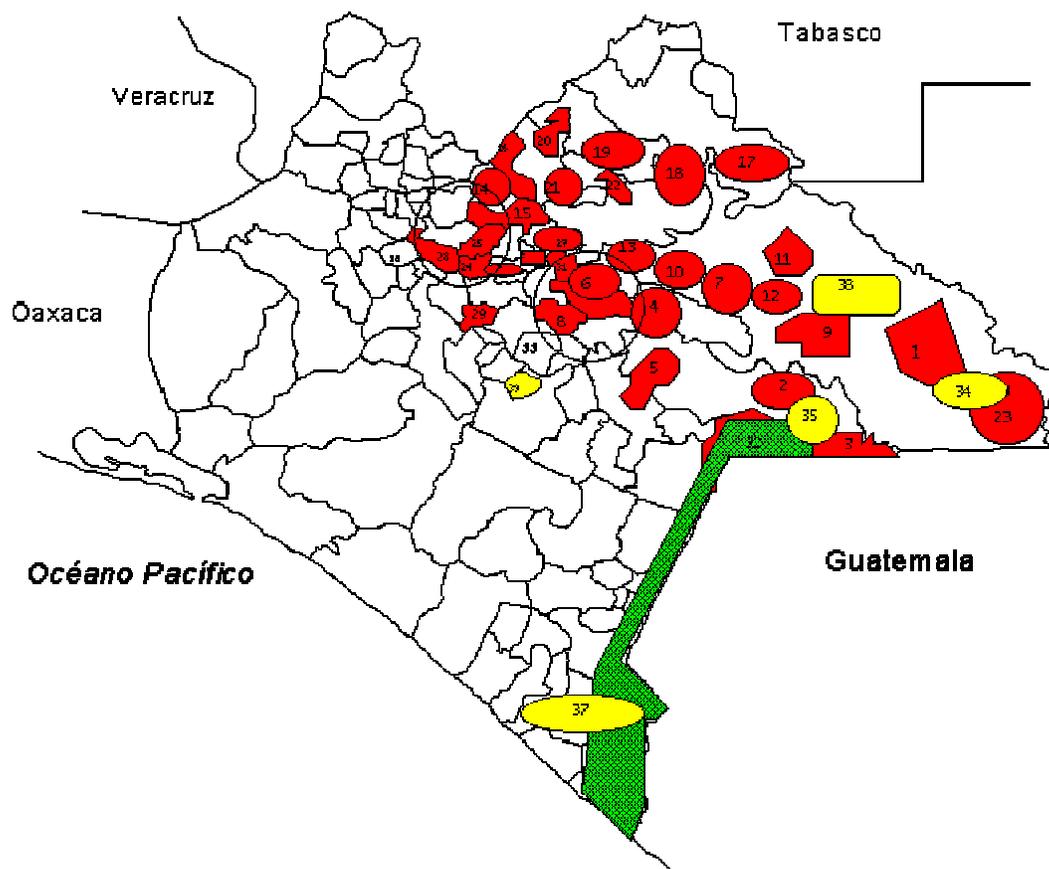


Figura 1: Municipios y territorios rebeldes Zapatista, autônomos y pluriétnicos. Ciepac, 2003.  
Disponível em: <http://www.rehberg.net/nonviolentways/mapas.html#autonomos>



## Caracoles del EZLN

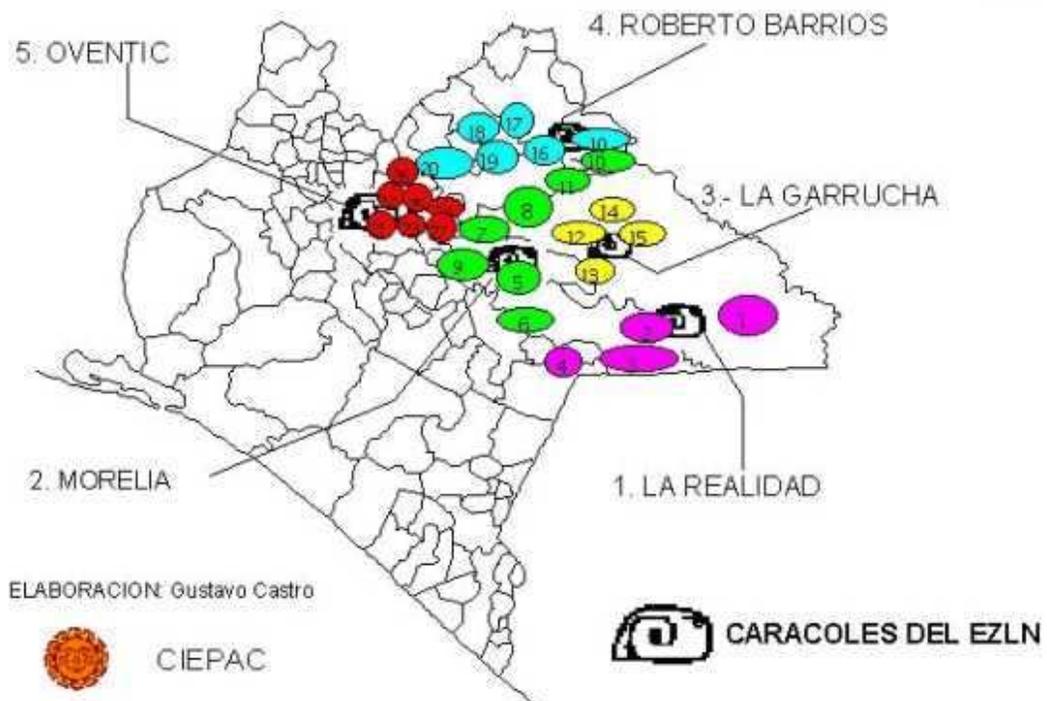
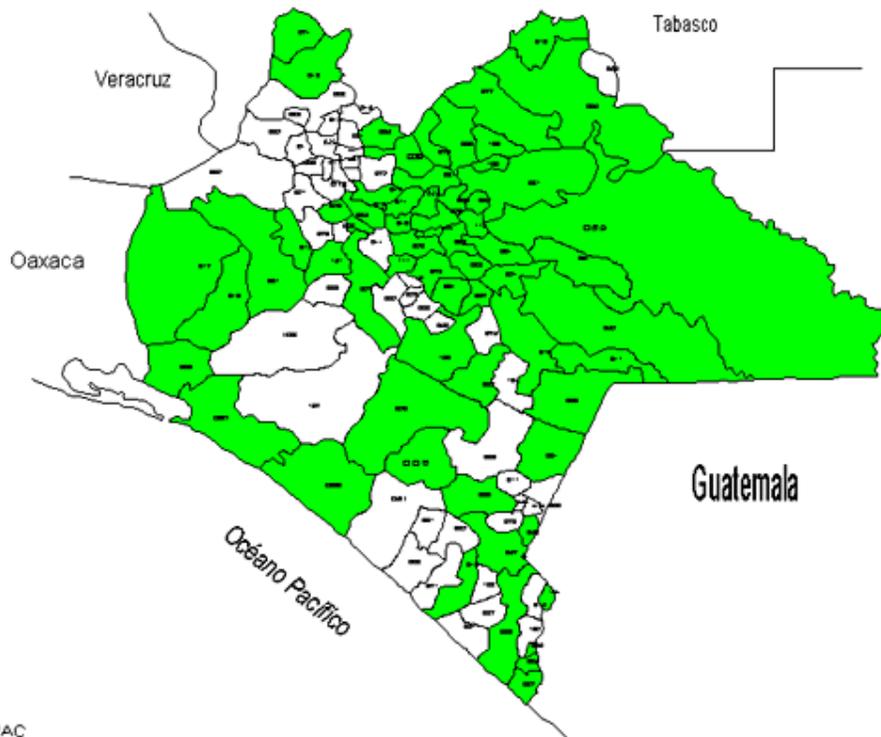


Figura 2: Caracoles del EZLN. Ciepac, s/data. disponible em:  
<http://www.nodo50.org/pchiapas/chiapas/mapas/caracol.jpg>



### Municipios com presença militar em Chiapas

MUNICIPIOS CON PRESENCIA MILITAR  
RETENES, PATRULLAJES, INCURSIONES, BASES MILITARES,  
CAMPAMENTOS, SOBREVUELOS



CIEPAC

Figura 3: municípios com presença militar em Chiapas. Ciepac, sem data. disponível em <http://www.nodo50.org/pchiapas/chiapas/mapas/militar.gif>